

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Marcas da construção da identidade nacional brasileira na imprensa periódica (1822-1889)

Nicole Ferreira de Noronha Silva

M

2023



Nicole Ferreira de Noronha Silva

**Marcas da construção da identidade
nacional brasileira na imprensa periódica
(1822-1889)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pela Professora Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Aos que sentem saudade de casa.

Sumário

Declaração de honra.....	5
Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Introdução	9
1. O papel da imprensa na construção identitária.....	19
1.1. Uma breve apresentação da imprensa fluminense.....	19
1.2. A relação entre a imprensa e a política no Brasil de Oitocentos	27
2. O Brasil independente e a construção do Estado Nacional	31
2.1. Os movimentos de Independência e o projeto nacional	33
2.2. “Constituição ou morte!”: a Monarquia Constitucional no Brasil em 1824.....	40
2.3. A consolidação da Nação e o conflito cisplatino.....	43
2.4. A nacionalidade em perspectiva e a abdicação de D. Pedro I.....	46
3. Do “Império americano” à República	52
3.1 Os representantes da Nação e o ato adicional de 1834	52
3.2 A salvação da Pátria: “VIVA A MAIORIDADE DO IMPERADOR!”	56
3.3 “Apóstolos da desordem”: o Brasil entre revoluções e rebeliões	58
3.4 A Guerra do Paraguai e a glória nacional.....	61
3.5 “Só a liberdade pode tornar um povo grande”: o Manifesto Republicano.....	65
3.6 “Ordem e progresso”: regeneração brasileira e golpe republicano em 1889	68
4. A identidade nacional brasileira em construção	75
4.1 Os conceitos que se relacionam com a identidade nacional	76
4.2 “Brasil para brasileiros”: o antilusitanismo e a construção da identidade nacional	81
4.3 As divergências identitárias liberais e conservadoras	85
4.4 Identidade nacional – Monarquia versus República	87
4.5 A imprensa e as distinções entre identidade nacional e identidade regional.....	89
Conclusão.....	91
Referências Bibliográficas	96

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 19 de Junho de 2023

Nicole Ferreira de Noronha Silva

Agradecimentos

À minha família, por sempre me apoiar e me fazer acreditar que era possível prosperar em outras terras.

Ao meu amado João, por seu companheirismo, seu carinho e sua compreensão.

Aos queridos, Marco e Raquel, por todos os conselhos e por todo o cuidado.

À minha doce amiga Maria Gabriela e sua família, por todo o apoio.

Aos meus amigos, que o Porto me trouxe e que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada.

À minha orientadora, Professora Doutora Conceição Meireles Pereira, por toda a paciência e ensinamentos preciosos.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por me receber de braços abertos.

À todos aqueles que fizeram parte da minha formação académica.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar o processo de formação da identidade nacional brasileira e suas representações na imprensa periódica do Rio de Janeiro ao longo do século XIX. Considerando a influência da imprensa nas transformações significativas do contexto político, social e cultural neste período, pretende-se fazer a análise do discurso propagado pelos periódicos, cujos redatores assumiram, muitas vezes, participação política ativa.

A análise e comparação das fontes busca dilucidar o processo de construção identitária, ou seja, a seleção e difusão dos aspectos que englobavam o "ser brasileiro", a partir do processo centralizador oriundo do Rio de Janeiro. Esta investigação tenciona ainda interpretar as nuances da composição da identidade nacional, sob as perspectivas liberais e as perspectivas conservadoras relativas a momentos chave da construção do Estado nacional, visando contribuir para a compreensão das primeiras décadas da história da nação brasileira.

Palavras-chave: Brasil; século XIX; construção identitária; imprensa periódica; identidade nacional brasileira; nacionalismo.

Abstract

This dissertation aims to analyze the process of formation of the Brazilian national identity and its representations in the periodic press of Rio de Janeiro throughout the 19th century. Considering the influence of the press on significant transformations in the political, social, and cultural context during this period, the intention is to analyze the discourse propagated by the periodicals, whose editors often took active political participation.

The analysis and comparison of the sources seek to elucidate the process of identity construction, that is, the selection and diffusion of aspects that encompassed the "Brazilian being," based on the centralizing process originating from Rio de Janeiro. This investigation also intends to interpret the nuances of the composition of national identity from liberal and conservative perspectives, regarding key moments in the construction of the national state, aiming to contribute to the understanding of the early decades of Brazilian history.

Key-words: Brazil; 19th century; identity construction; periodic press; Brazilian national identity; nationalism.

Introdução

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do Tenente Antonino, a do Doutor Campos, a do homem do Itamarati. E, bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria?

(Lima Barreto, *O Triste fim de Policarpo Quaresma*)

O século XIX se caracteriza pelo afloramento do nacionalismo, juntamente com o desenvolvimento da ciência e do industrialismo. Para além disto, o novo parâmetro em diferentes âmbitos proporcionado pelo desenvolvimento e extensão do campo educacional, assim como um maior contacto entre diferentes regiões, proporcionado pela evolução dos transportes, da imprensa e das migrações, promovem, gradualmente, uma maior inserção populacional na esfera política. Neste sentido, observamos uma mudança social, política e intelectual decisivas para as revoluções que ocorrem por todo o globo e concretamente na América Latina. A mudança das estruturas sociais e o ritmo com que estes eventos ocorrem mostram uma sincronia complexa num emaranhado de relações entre os povos europeus e americanos.

Em meio a estas transformações, a questão identitária nacional permeia o ideário dos grupos ascendentes e torna-se peça chave para a compreensão deste período em diversos níveis. Este estudo propõe investigar as marcas da construção da identidade nacional brasileira entre 1822 e 1889, através do discurso da imprensa periódica em momentos chave compreendidos neste período. A escolha da temática desta investigação foi fruto de um trabalho realizado no âmbito de Seminário em História Contemporânea, realizado no fim da Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹. Neste trabalho, que se propôs a compreender as marcas da construção da identidade brasileira na imprensa em 1849, durante o Segundo Reinado, foram analisados dois periódicos do Rio de Janeiro, um de carácter liberal e outro conservador. Este estudo permitiu a compreensão de uma imprensa com posicionamento firme e uma ideia bem formada do que seria necessário para a construção de uma nação solidificada no Brasil,

¹ SILVA, Nicole Ferreira de Noronha de. Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849. *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, Porto, 2022.

conjuntamente com uma identidade que não pudera ainda ser expressa e explorada de maneira plena. Sob a perspectiva conservadora, a falta de uma identidade nacional consolidada e bem representada se dava por conta da movimentação liberal; sob a perspectiva liberal, isto era devido a presença estrangeira no Brasil. A questão da identidade nacional deve, portanto, ser interpretada e compreendida de acordo com os diferentes contextos, os quais geram diferentes discursos e impulsionam a propagação de diferentes ideias. Esse trabalho de Seminário abriu as portas para que estas interpretações pudessem ser estudadas em outros contextos do Brasil do século XIX, de modo a buscar uma compreensão mais ampla e detalhada da construção da identidade nacional brasileira por meio da imprensa, ao longo de quase sete décadas.

As questões identitárias são de grande relevância para o estudo da História e a compreensão dos diversos processos históricos. A identidade nacional pode ser interpretada e reinterpretada de diferentes maneiras, tendo em vista uma série de fatores, sejam eles sociais, económicos, culturais, políticos ou geográficos, os quais atuam de maneira ativa na sua formação, como demonstram numerosos estudos sobre o nacionalismo e identidade nacional que têm vindo a ser publicados. A história do Brasil fornece uma investigação rica neste domínio, haja em vista a sua trajetória de território colonizado que alcançou a autonomia e na medida em que suas especificidades e extensão levaram a uma proliferação de diferentes identidades, as quais mescladas entre si formam um povo diverso e multicultural. Neste sentido, é de sumo interesse compreender não só como se deu este processo de construção identitária, mas também como ele foi representado e reproduzido.

Dentre diversas obras selecionadas para apoiarem esta investigação, algumas se revelaram fundamentais para a compreensão do panorama historiográfico associado ao tema em questão, de modo que cada uma das obras citadas a seguir contribuem substancialmente para esta pesquisa e apontam lacunas que podem ser preenchidas. Partindo do geral para o particular, a obra de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*², evidencia profundas vertentes intrínsecas ao nacionalismo, capazes de se sobrepor às grandes diferenças encontradas dentro de um determinado grupo. Neste sentido, a soberania nacional, fruto do iluminismo, seria um produto cultural. A descrição da nação, ainda que admitida como sem definição científica, como *comunidade imaginada*, feita por Anderson, impõe um aspeto fraternal ao nacionalismo fortemente

² ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

impulsionado pelo consumo da imprensa. O consumo de jornais, segundo Anderson, reafirmaria o senso de comunidade, à medida que o mesmo material, que apresentaria diferentes questões “nacionais”, seria cotidianamente consumido pelo mesmo corpo social. Esta ideia contemplada por Anderson é peça chave para a compreensão da influência da imprensa na construção da identidade nacional, e do senso de comunidade atrelado a ela, sendo, conseqüentemente, um estudo valioso para esta investigação. Além disso, o amadurecimento da imprensa ao longo do século XIX abrange um largo contingente populacional, nomeadamente no Brasil, e seus efeitos podem ser reconhecidos na teoria de Anderson.

É neste contexto que os primeiros capítulos da obra de Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*³, são de igual relevância para uma interpretação consistente sobre o nacionalismo e suas origens. Em conformidade com Anderson, Hobsbawm admite a dificuldade de uma definição objetiva para a nação, ainda assim, o historiador alerta que a identificação nacional não se impõe sobre outras identificações que integram o indivíduo em sociedade, tornando esta ideia um significativo contributo para esta investigação, na medida que serão utilizadas publicações periódicas com diferentes características. Somado a isto, Hobsbawm alega que a identidade nacional é desenvolvida diferentemente de acordo com as distintas regiões de um país. Assim, esta investigação poderá contribuir para a compreensão do enraizamento da consciência nacional no Brasil, partindo do Rio de Janeiro, e poderá impulsionar outras investigações que contemplem esta construção a partir de outras regiões do Brasil, de modo a refletir suas similitudes e suas disparidades. Outro ponto substancial na obra de Hobsbawm é sua reflexão assídua do desenvolvimento do nacionalismo ao longo do século XIX, e do próprio conceito de nação, em meio ao afloramento do liberalismo e seu destaque na difusão da consciência nacional, o qual representa um grande papel ao longo da História brasileira. Além disso, o autor coloca a reflexão acerca destes laços imaginados, aos quais denomina de “protonacionalismo”, impondo uma análise sobre a influência da linguística e do pertencimento a um Estado neste processo. Considerando a proposta de interpretar a construção de uma identidade nacional brasileira a partir dos periódicos, levamos em consideração a proposta de Hobsbawm ao defender a importância do material impresso na afirmação da construção linguística, neste contexto, abrindo espaço para interpretações

³ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

acerca da contraposição da identidade nacional brasileira à identidade portuguesa, a partir dos periódicos.

No que se refere ao estudo da construção nacional brasileira, não podemos deixar de citar a obra *Brasil: Formação do Estado e da Nação*⁴, organizada por István Jancsó, compilando estudos diversos sobre os conceitos presentes na construção nacional, reflexões sobre identidade nacional e a formação do Estado brasileiro ao longo do século XIX. Pode-se destacar, contudo, o capítulo redigido por José Carlos Chiaramonte⁵, o qual reflete sobre o uso de conceitos como nação, nacionalismo e Estado, entre o final do século XVII e meados do século XIX, admitindo suas diversificações e seu impacto no ofício do historiador. Segundo Chiaramonte, compreender o significado de nação no período de independências das Américas espanhola e portuguesa auxilia na interpretação da formação das nações latino-americanas. Esta proposta feita por Chiaramonte permeia a todo o momento esta investigação, de maneira que a análise diligente das fontes deve levar em consideração os significados atrelados aos conceitos utilizados no momento de produção dos periódicos, a fim de melhor identificar seus objetivos. Em conformidade com Anderson e Hobsbawm, citados anteriormente, o historiador admite a dificuldade em definir a nação, mas discorre sobre o papel da etnicidade, num carácter mais amplo, em sua construção. O historiador discorre sobre a vertente étnica como delimitadora do pertencimento à nação, sendo sobreposta pelo pertencimento à unidade política, ao longo da contemporaneidade. Esta ideia serviu de apoio para algumas considerações nesta investigação, ocasionando a reflexão se os periódicos destacariam as particularidades da “brasilidade” consoante aspetos políticos, em sobreposição aos aspetos culturais, abrangidos pelo conceito de etnicidade.

Ainda no que diz respeito a construção da Nação brasileira, a obra de Maria Elisa Noronha de Sá, *Civilização e barbárie*⁶, fornece um estudo fundamental para a compreensão deste processo, refletindo sobre o caso brasileiro em meio a outros processos latino-americanos. A historiadora busca a compreensão de um nacionalismo

⁴ JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.

⁵ CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 61-91.

⁶ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de Nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

européu e suas ressignificações num âmbito distinto, alertando para que não sejam concebidas ideias de uma nacionalidade prévia a construção do Estado brasileiro, e rejeitando a ideia de naturalidade no projeto centralizador oriundo do Rio de Janeiro após a independência. Esta investigação poderá contribuir para esta ideia, tendo a vista a análise de periódicos, cuja produção deu-se ao longo de um período que erroneamente poderia ser considerado “como o nascimento, após uma longa gestação, de uma «nação brasileira» já existente previamente”⁷.

A fim de compreender o contexto da construção da identidade nacional brasileira, uma das obras fundamentais para este estudo foi a obra organizada por Jurandir Malerba, *A Independência Brasileira: novas dimensões*⁸. Esta obra engloba um compilado de estudos com diferentes interpretações sobre a independência do Brasil, seus antecedentes, os projetos possíveis para implementação da construção do Estado e mesmo seus efeitos imediatos. Sob outra perspectiva, a obra de Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*⁹, contribuiu significativamente para este estudo na medida que discorre sobre o fluxo do partido conservador a partir de 1840 e sua colaboração para a centralização do Império. Como resultado, observamos a unificação do Estado nação e a formação de uma identidade nacional, com a presença de uma elite institucionalizada nos cargos privilegiados das administrações públicas. Esta contextualização não só é essencial para uma melhor compreensão do contexto de construção nacional, como abrange o papel das elites na formação do Império Brasileiro, inclusive sua influência na imprensa. Mattos apresenta esta visão de maneira a construir, gradualmente, um panorama político oriundo da escolha de uma construção imperial no Brasil, após sua independência. Uma terceira obra fundamental para a contextualização do Brasil ao longo do Império é *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*¹⁰, de José Murilo de Carvalho. A obra discorre sobre as elites que moldaram o rumo da história imperial, seus diferentes perfis, associações e origens. O historiador apresenta um trabalho detalhado, expondo a formação de uma elite brasileira composta, inicialmente e sobretudo, por portugueses e posteriormente por brasileiros que se deslocavam à Portugal a fim de completar sua formação acadêmica, com destino predominante à Universidade de Coimbra. José Murilo de

⁷ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*, p. 11.

⁸ MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/INL, 1987.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carvalho relata ainda os embates entre os liberais e os conservadores, suas distintas relações com a Monarquia, o antilusitanismo acentuado em meados do século XIX, além de um labor jornalístico ativo nos partidos, auxiliando esta investigação a conceber em conjunto a identidade e os objetivos dos redatores das fontes trabalhadas ao longo da pesquisa.

Com relação à história da imprensa brasileira, não se pode deixar de mencionar a obra de Nelson Sodré, *História da imprensa no Brasil*¹¹, que traz um estudo da imprensa desde o contexto colonial, traçando um perfil cuidadoso de uma imprensa em constante mudança, de acordo com o quadro político em vigor. Sodré faz referência a inúmeros periódicos, discorrendo sobre suas atuações políticas e seus redatores, destacando alguns eventos marcantes para a História do Brasil, como o Sete de Abril¹². Esta obra não apenas é primordial para uma investigação que utiliza como fontes diferentes periódicos, como foi uma contribuição indispensável para a escolha dos periódicos que serão analisados nesta investigação. O historiador colaborou para a identificação dos periódicos mais relevantes para este trabalho, de acordo com a proposição do tema, e sua intensa relação com o período monárquico e, por conseguinte, o reconhecimento de influências políticas externas nas abordagens dos periódicos.

O capítulo escrito por Maria Helena Capelato na obra *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*¹³, foi de grande relevância para a assimilação da imprensa como fonte e objeto de estudo, contribuindo para uma análise das fontes periódicas de maneira responsável. Segundo a historiadora, “a análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução”¹⁴. Desse modo, Maria Helena Capelato alega que ao utilizarmos a imprensa como objeto de estudo, devemos levar em consideração o contexto de produção dos periódicos, os objetivos dos redatores e sua forma de expressão. Ao longo deste capítulo, a historiadora sintetiza as origens da imprensa e suas transformações, destacando a história da imprensa brasileira e a influência dos periódicos na política do Brasil. Além disso, a historiadora elaborou uma listagem de abordagens de pesquisa que

¹¹ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹² Referência à abdicação de D. Pedro I, ocorrida em 7 de abril de 1831.

¹³ CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. Em: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanita, 2015, p. 114-136.

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador, p. 115.

podem nortear uma investigação que trabalha sobretudo com a imprensa periódica.

Por fim, no sentido de melhor identificar e analisar os conceitos presentes neste estudo, a palestra de Reinhart Koselleck, “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”¹⁵, apresenta-se como contributo significativo. Neste estudo, Koselleck consegue, de maneira objetiva, auxiliar na diferenciação entre os conceitos, de modo a relacionar suas associações, e compreender o conteúdo interligado. O autor enfatiza a importância de compreender os conceitos dentro de determinados contextos, de modo que diferentes conceitos podem abranger associações distintas, consoante o contexto em que se inserem. Neste sentido, o artigo de Marcelo Jasmin, “História dos Conceitos e Teoria Política e Social”¹⁶, em concordância com Koselleck, alerta para o cuidado com o anacronismo ao não considerarmos o sentido original do conceito utilizado, ao interpretarmos tais conceitos somente com as perspectivas do presente.

O Brasil inicia um longo processo de consolidação nacional após sua independência em 1822, o qual foi permeado por um conjunto de decisões por parte da elite brasileira e portuguesa, moldando um devir histórico caracterizado pela singularidade. A imprensa coloca-se como importante agente desta construção, exercendo uma grande influência política e social, resta-nos saber como e porquê. Neste sentido, as questões que permeiam esta investigação são: Quais as características ideológicas fundamentais dos periódicos em análise?; De que forma esses periódicos representam os eventos nacionais mais marcantes do Brasil oitocentista e as influências destes eventos na formação e consolidação da identidade nacional?; Quais são as diferenças e convergências entre a concepção identidade nacional sob uma perspectiva liberal progressista e sob uma perspectiva liberal conservadora?; Da mesma forma, quais são as diferenças e convergências entre a concepção de identidade nacional sob o ideário monárquico e sob o ideário republicano?; Quais são os conceitos associados pelos periódicos ao “partido português” e ao “partido brasileiro”?; Quais são os conceitos colocados pelos periódicos que parecem contribuir para a construção da identidade nacional? E conceitos que parecem feri-la?; Os periódicos distinguem identidade nacional e identidade regional?

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*. vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

¹⁶ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS: São Paulo, 2005, vol. 20, fasc. 57.

A baliza cronológica deste projeto foi delimitada a partir de dois eventos determinantes para a História do Brasil, a proclamação da Independência e a proclamação da República, os quais foram marcados por suas particularidades face a semelhantes movimentos na América Latina. Entre estes dois acontecimentos, o Brasil passou por um processo conturbado de consolidação da Monarquia imperial e construção nacional, plasmado em diferentes eventos que serão estudados a partir dos periódicos selecionados para esta investigação.

Estes eventos são: a independência política do Brasil ocorrida em setembro de 1822; a publicação da primeira Constituição brasileira em março de 1824; a Guerra da Cisplatina com início em outubro de 1825 e término em 1828; a abdicação de D. Pedro, desde os seus antecedentes diretos, em março de 1831, até a sua concretização em 7 abril de 1831; a reposição da Constituição de 1824 em conjunto com o Ato Adicional, que confere maior autonomia às províncias em agosto de 1834; o Golpe da Maioridade de D. Pedro II em julho de 1840; as revoltas liberais de maio a agosto de 1842; a Guerra do Paraguai com início em dezembro de 1864 e término em março de 1870; a publicação do Manifesto Republicano no Rio de Janeiro em dezembro de 1870; a Proclamação da República em 1889.

Tais eventos, de grande relevância para a História do Brasil, serão analisados a partir do discurso dos seguintes periódicos: *A Malagueta*; *Gazeta do Rio de Janeiro*; *O Regulador Brasílico-Luso*; *Revérbero Constitucional Fluminense*; *Diário Fluminense*; *O Espectador Brasileiro*; *A Aurora Fluminense*; *O Republico*; *O Sete de Abril*; *O Propugnador da Maioridade*; *O Brasil*; *Sentinela da Monarquia*; *Farol Constitucional*; *O Brasil Histórico*; *Constitucional*; *Semana Ilustrada*; *A Reforma*; *A República*; *O País*; *Gazeta de Notícias*.

O recorte geográfico nesta pesquisa baseou-se no protagonismo do Rio de Janeiro como capital do Império e como peça chave ao longo do processo centralizador partindo do Sudeste, a fim de contribuir para a construção nacional de maneira consolidada. Neste sentido, a imprensa do Rio de Janeiro foi considerada fundamental para esta investigação, que tem o objetivo de identificar as marcas da construção da identidade nacional na imprensa do Rio de Janeiro, de maneira a compreender a difusão do processo de formação identitário e da criação do “ser brasileiro” influenciados pelos periódicos fluminenses desde a independência do Brasil à proclamação da República.

O critério fundamental para a seleção das fontes hemerográficas foi, neste sentido, a sua publicação durante os eventos destacados acima. Somado a isto, foi indispensável

para este estudo a seleção de fontes em ideais divergentes, de maneira a analisar estes eventos a partir de perspectivas distintas, nomeadamente sob as perspectivas liberais progressistas e conservadoras, e sob as perspectivas monárquicas e republicanas. O pragmatismo no acesso as fontes periódicas foi grande impulsionador deste projeto, na medida que inúmeros jornais se encontram digitalizados e de acesso livre no site da Biblioteca Nacional Brasileira, tornando a investigação exequível. Não só era preciso que as fontes estivessem disponíveis na íntegra e de livre acesso no site da Biblioteca Nacional, como foi necessário avaliar o estado da digitalização das fontes, a fim de que a leitura e análise de todas as edições fosse possível. Tais critérios para a seleção das fontes permitiram a análise do conteúdo de maneira eficaz, permitindo um estudo comparativo entre as fontes.

A análise do conteúdo das edições dos periódicos estudados no decorrer desta investigação será acompanhada de um estudo dos conceitos e da evolução semântica, no intuito de interpretar a mensagem passada pelos periódicos naquela conjuntura e a intencionalidade da imprensa, de modo a refletir sobre quais conceitos parecem contribuir para a construção de uma identidade nacional brasileira. Além disso, será possível perceber o papel de uma imprensa emergente enquanto agente histórico em conjunto com as representações de uma identidade nacional no contexto anterior à Independência e as alterações destas representações após o Sete de Setembro e ao longo da consolidação de uma nacionalidade “independente”. A fim de responder as questões colocadas e cumprir os objetivos estabelecidos para esta investigação, esta dissertação foi elaborada com a estruturação de quatro pontos distintos.

Primeiramente, será importante delinear o perfil da imprensa fluminense do século XIX, discorrendo inicialmente sobre o papel desempenhado pela imprensa no processo de construção de uma identidade nacional. Neste ponto será fundamental incentivar a reflexão acerca da influência da imprensa no corpo social e político, além do seu crescimento ao longo do período estudado. Estas ponderações serão seguidas por uma breve apresentação da imprensa do Rio de Janeiro, servindo de auxílio para a compreensão do perfil dos redatores dos periódicos e objetivos, em conjunto com uma melhor percepção acerca da influência destas personalidades no âmbito político. A partir daí, faz-se necessário discernir a relação entre a imprensa e a política no Brasil de Oitocentos e as suas nuances consoante o partidarismo predominante na imprensa neste período, ressaltando que a partir do discurso proferido pela imprensa torna-se mais

exequível a compreensão do pensamento político das elites e a compreensão de distintos contextos ao longo do processo de formação da nação.

Em segundo lugar, serão abordados os aspetos que se relacionam com os primeiros momentos da construção do Estado nacional, como as questões que permeiam a independência política do Brasil e a criação de um projeto nacional a fim da manutenção da unidade territorial do país. Será feita uma análise da participação ativa das elites políticas na construção da nação, das distintas relações entre estas elites e a Monarquia, assim como dos desafios de consolidar uma nação com experiências políticas divergentes em comparação aos países vizinhos. Somado a isto, será possível conceber as adversidades enfrentadas pelo projeto centralizador, tendo em vista a tentativa de unificar um país com dimensões continentais, que abrigava inúmeras e distintas identidades locais e regionais. Neste contexto, serão abordados a consolidação da nação em meio ao conflito cisplatino, a abdicação do imperador português D. Pedro I e a nacionalidade em perspectiva. Num terceiro momento, serão analisados diversos momentos chave para a compreensão da história imperial e da formação da identidade nacional brasileira, até à Proclamação da República em 1889. A análise do discurso dos periódicos e a comparação entre as fontes, durante este período, sustentarão as interpretações acerca do processo de construção identitária, face a movimentações que transformaram o cenário político, social e económico do Brasil.

Em quarto lugar, por fim, será feita uma análise dos conceitos ligados à identidade nacional e sua evolução semântica ao longo do século XIX. Além disso, será averiguado o antilusitanismo presente durante o processo de construção e consolidação da identidade brasileira. Será importante compreender em conjunto as divergências identitárias entre liberais e conservadores, que possuíam concepções distintas acerca do papel dos portugueses no país, assim como os aspetos que compunham o “ser brasileiro”. Assim, será possível refletir se a identidade nacional partiria estritamente do indivíduo e seus parâmetros não estatais ou se esta identidade estaria antes ligada ao Império/Monarquia. Neste sentido, será possível ainda verificar as concepções da imprensa sobre as distinções entre identidade nacional e identidades regionais.

1. O papel da imprensa na construção identitária brasileira

No que diz respeito à imprensa, pode-se considerar sua forte ligação com o desenvolvimento da construção identitária nacional, uma vez que, numa sequência diária ou semanal, consegue transmitir mensagens a um largo número de indivíduos, conseqüentemente estimulando o apoio a diferentes causas a partir de diferentes personagens e opiniões. Benedict Anderson evidencia que o fato de um jornal ser consumido diariamente por aqueles que fazem parte do mesmo corpo social provoca uma reafirmação da comunidade¹⁷, nos grupos sociais e políticos intelectualizados, contribuindo assim para a formação do Estado nacional. Para além disso, é possível salientar o largo alcance da imprensa periódica de mil e oitocentos pelo custo financeiro inferior aos livros, contudo os jornais tendiam a transcrever longos trechos de livros, com suas reinterpretações¹⁸, contribuindo também para a formação política do indivíduo. É possível, portanto, observar estes aspetos descritos por Benedict Anderson ao longo das primeiras décadas do século XIX Brasil.

Considerando a imprensa como agente histórico, observamos suas transformações ao longo do século XIX e como este desenvolvimento interfere no processo de construção da nacionalidade. É a partir da imprensa que a política chega às ruas e passa a ser discutida por diferentes camadas sociais¹⁹, influenciando a cultura política e a formação de identidades. Neste contexto, os periódicos selecionados para esta investigação foram todos, à sua maneira, influentes ao longo do período destacado neste estudo, contribuindo para a formação da ideologia política nacional e apresentado discursos com opiniões políticas muito claras.

1.1. Uma breve apresentação da imprensa fluminense

Neste estudo foram selecionados periódicos que representam de maneira elucidativa as nuances da imprensa do Rio de Janeiro, os quais refletem as sensibilidades políticas de diversas facções, já que os seus redatores, na maioria dos casos, estão ligados aos grupos que promovem a publicação destes jornais. Lúcia Maria Bastos P. das Neves

¹⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, p. 68.

¹⁸ MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. Em: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 623.

¹⁹ Esta visão é veiculada por Ivana Stolze Lima, que apresenta a concepção da arena política como de um teatro se tratasse. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas – A polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 37.

ressalta que só entre 1821-1822 vinte e quatro periódicos “saíram à luz” no Rio de Janeiro, inicialmente como semanários, ampliavam a periodicidade devido ao sucesso obtido, cobrindo de maneira mais efetiva os eventos do período “por meio de um discurso muito mais ideológico e político do que cultural”²⁰. Ao longo da análise de jornais ativos e influentes na capital do Império ao longo do século XIX, foi possível compreender diversos aspectos desta imprensa e sua influência como polo propagador de ideias políticas, sociais e culturais.

Começando pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi fundada em 10 de setembro de 1808, dirigida por frei Tibúrcio José da Rocha e redigida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, como jornal oficial publicado com 4 páginas²¹ e teve circulação até dezembro de 1822, quando seu título mudou para *Diário do Governo*. Este jornal foi fruto das transformações ocasionadas pela transferência da Corte para o Rio de Janeiro, era propriedade da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, de modo que “propiciava a seus leitores a materialização da nação e a face mais visível de sua unidade, que era o Estado, a dinastia e o monarca”²². Contudo, como lembra Lúcia Neves, a *Gazeta* não terá tido influência direta nos acontecimentos políticos em 1821-1822 por se tratar de uma folha oficial e se limitar a transcrever publicações de periódicos europeus²³, enquanto Nelson Sodré destaca o perfil desinteressante do periódico que “não teve nenhum papel daqueles que são específicos do periodismo, salvo o cronológico”²⁴. Ainda assim, é possível captar o caráter áulico do jornal e obter uma ideia clara do posicionamento dos redatores em diferentes edições que contêm artigos não oficiais, a fim de comentar e opinar sobre as circunstâncias políticas do período, sempre em consonância com uma visão liberal moderada. Cabe a esta investigação, portanto, demonstrar o papel da *Gazeta* não somente como veículo de comunicação entre a Monarquia e o povo luso-brasileiro, mas também como periódico relevante para a construção da identidade nacional, contribuindo para o debate historiográfico, como ressalta Morel:

²⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Revista Tempo*, nº 8, Rio de Janeiro, 2009, p. 2-3.

²¹ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*, p. 19.

²² PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 42.

²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil. p. 3.

²⁴ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*, p. 20.

estudos mais recentes têm demonstrado a riqueza de possibilidades de análises sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que se constitui num testemunho expressivo da época e, ao mesmo tempo, uma fonte documental complexa, por suas nuances, transcrições, informações, afirmações e omissões²⁵.

O *Correio do Rio de Janeiro*, enquanto um dos primeiros jornais a surgir na Corte em 10 de abril de 1822, foi lançado pelo português João Soares Lisboa como um dos principais jornais da imprensa liberal. Conhecido pela adesão à “Causa do Brasil”, pela luta à favor da liberdade de imprensa e por suas ações libertárias, João Soares Lisboa ganhou destaque por sua atuação no *Correio do Rio de Janeiro*²⁶. Publicado quase diariamente, o jornal se distinguia pela defesa da independência política do Brasil. Ainda no de 1823 foi “o grande veículo para a expressão do pensamento considerado liberal-radical”²⁷. Neste mesmo ano, após uma trajetória conturbada de conflitos com os conservadores ao clamar pela Assembleia Constituinte²⁸, o *Correio do Rio de Janeiro* publicou sua última edição em 24 de novembro de 1823. Dizia sua epígrafe uma citação do padre português Filinto Elísio: “E leis mais brandas regarão o Mundo quando homens mais humanos, com o raio da verdade, a luz espalharem”.

O jornal *A Malagueta* circulou entre 1821 e 1832, com diferentes fases, tendo sido fundado em 18 de dezembro de 1821 pelo português Luís Augusto May. Este periódico, distintamente liberal e autodeclarado independente²⁹, era publicado uma ou duas vezes por semana, apresentando a epígrafe de Rousseau: “Quando se diz acerca dos Negócios do Estado – que me importa? – deve-se contar que o Estado está perdido”. Cabe ressaltar a relevância deste periódico em suas primeiras fases, a partir de dezembro de 1821 a 5 junho de 1822 com 31 edições, além da publicação de sete *Malaguetas* extraordinárias entre 31 de julho de 1822 e 10 de julho de 1824, obtendo cerca de 500 assinantes na época, mais do que todos os outros periódicos³⁰. Ainda que não se identifique com nenhum grupo político do período, até meados de 1822 apresenta uma posição clara a

²⁵ MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica, p. 630.

²⁶ LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estado de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “Ano Constituinte”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IUC, 2ª Série, 2022, vol. 40, p. 140.

²⁷ LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estado de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “Ano Constituinte”, p. 146.

²⁸ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*, p. 55.

²⁹ Neste caso, identifica-se como independente por não se identificar com nenhum dos dois grupos políticos: seja a chamada elite coimbrã, seja a elite brasiliense. SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*, p. 61-62.

³⁰ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*, p. 62.

favor do Império português e uma defesa obstinada da permanência do Príncipe D. Pedro no Brasil, demonstrando, por vezes, uma posição liberal moderada, ainda que se autodeclare neutro. Outra particularidade de *A Malagueta* é que, de maneira diferenciada dos outros periódicos estudados para esta investigação, ao se dirigir aos seus leitores utiliza sempre a denominação *portugueses* ao invés de *brasileiros*, deixando claro sua posição quanto à manutenção da unidade política.

Algumas semanas antes, o *Revérbero Constitucional Fluminense* lançou sua primeira edição, em 15 de setembro de 1821, tendo como redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, atividades vultos destacados do ativismo a favor da independência; ostenta a epígrafe “escrito por dois brasileiros Amigos da Nação e da Pátria”³¹. Sua circulação durou de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, neste último ano passando de quinzenário para semanário e era composto, geralmente, por 12 páginas³². De teor liberal radical, associado à *elite brasiliense*, o *Revérbero* era um periódico influente e bem articulado e trazia em suas edições além do intenso debate político, reflexões sobre a educação no Brasil, criticando a absorção política do estrangeiro e defendendo que o conhecimento poderia ser gerado na própria Nação³³.

Já o *Regulador Brasílico-Luso*, posteriormente denominado *Regulador Brasileiro*, foi redigido por frei Francisco de Sampaio e Antônio José da Silva Loureiro, sendo publicado entre 29 de julho de 1822 e 12 de março de 1823. De carácter conservador, inseria-se na imprensa áulica, sendo financiado por José Bonifácio, e era publicado às quartas-feiras com cerca de 10 a 20 páginas. Este periódico “não publicava notícias, resumindo-se na doutrinação elaborada por frei Sampaio, traduzida ou transcrita”³⁴. Em sua epígrafe declara: “Établissons nos institutions sur l’amour des Citoyens, et sur leur volonté éclairée. Le Désordre Régulier”, demonstrando índole liberal moderada. Defendia primordialmente a união do Brasil com Portugal, de modo a ser considerado “primeira folha oficiosa, no sentido de servir ao governo às custas dos cofres públicos”³⁵.

³¹ Destacamos aqui a diferenciação feita pelo periódico entre *Pátria* e *Nação*, por vezes consideradas “palavras-gêmeas”, de acordo com Márcia Berbel, expondo a mesma associação. BERBEL, Márcia. *Pátria e Patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, Identidade e Vocabulário Político*. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijui/Fapesp, 2003, p. 347-348. Veremos mais adiante o que estas diferenciações podem implicar.

³² SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 53.

³³ Respetivamente as edições assinadas por “Amante das Ciências e das Artes”. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 5, e nº 9, 1822.

³⁴ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 74.

³⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*, p. 3

O Espectador Brasileiro foi fundado pelo francês Pierre René François Plancher de la Noé com o pseudônimo *um francês brasileiro*³⁶, no dia 28 de junho de 1824. Como periódico liberal moderado e grande defensor de D. Pedro I, esteve em circulação até 23 de maio de 1827. Sua epígrafe afirmava: “Tout pour la Patrie”, exaltando em suas edições a Nação brasileira em meio ao conflito cisplatino. A partir deste jornal é possível discorrer sobre as diferentes definições de “brasileiro” e daqueles que se encaixam neste perfil, apesar de se tratar de um periódico criado por um estrangeiro (aliás recém exilado no Rio de Janeiro, mercê das suas atividades editoriais em Paris) mas autodeclarado tão patriota quanto qualquer outro periódico produzido por brasileiros. Neste caso, estudamos os aspectos ligados à nacionalidade e à identidade representada pela imprensa segundo redatores fora dos grupos de portugueses ou brasileiros.

Lançado no mesmo ano, no dia 21 de maio de 1824, o *Diário Fluminense* foi um periódico absolutista dirigido e redigido pelo militar Manuel Ferreira de Araújo Guimarães até abril de 1830, quando passa a ser redigido por Januário da Cunha Barbosa, antigo redator do *Revérbero Constitucional Fluminense*. Como jornal sucessor da *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi muitas vezes utilizado por D. Pedro I como meio de comunicação para se manifestar³⁷; publicava-se diariamente com quatro páginas até à sua última edição em 24 de abril de 1831, pouco depois da abdicação do imperador.

A Aurora Fluminense publicou sua primeira edição no dia 21 de dezembro de 1827, com a colaboração de José Apolinário de Moraes, Francisco Valdetaro, José Francisco Sigaud e, posteriormente, Evaristo da Veiga. Foi publicado até 30 de julho de 1839, era considerado um periódico liberal moderado ou parte da direita liberal e combatia o absolutismo³⁸. Em sua epígrafe declarava: “Pelo Brasil dar a vida, manter a Constituição, sustentar a Independência: É a nossa obrigação”. Marco Morel aponta a mudança de tom do jornal após a abdicação do imperador D. Pedro I, quando em suas edições passa a discorrer sobre a revolução no Brasil³⁹. De todo modo, *A Aurora Fluminense* foi um dos periódicos mais relevantes do século XIX no Rio de Janeiro, lido também nas províncias do Norte e Nordeste⁴⁰.

³⁶ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 109.

³⁷ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 111.

³⁸ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 107.

³⁹ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 21.

⁴⁰ LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 482.

Por sua vez, *O Repúblico* foi fundado em 2 de outubro de 1830, sendo seu editor Antônio Borges da Fonseca. Como liberal exaltado, foi marcado por diferentes fases ao longo da sua existência, até sua última edição, publicada no dia 15 de dezembro de 1855. A partir de 1831 passou a transcrever em sua epígrafe frases de Rousseau e Bonnin sobre liberdade, soberania nacional e resistência.

O liberal moderado *O Sete de Abril*, redigido por Francisco do Rego Barros Beberibe e orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos⁴¹, foi publicado pela primeira vez em 1 de janeiro de 1833, durante o período regencial. Em sua epígrafe afirmava: “Como quer que este feito os netos tomem, há de em tudo vencer a Pátria, a glória”. Forte crítico de outros jornais como *O Repúblico*, este jornal foi publicado até 20 de março de 1839.

O Brasil foi fundado por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva, no dia 16 de junho de 1840, inserindo-se no movimento do regresso conservador; publicava três edições por semana, tendo terminado a publicação em 2 de junho de 1852. Justiniano da Rocha foi um personagem de destaque na imprensa áulica e na ligação entre imprensa e literatura⁴². Lançado em meio a polêmica da maioria de D. Pedro II, *O Brasil* criticou fortemente o movimento impulsionado pelos liberais de declarar o monarca imperador ainda jovem.

Em contrapartida, a *Sentinela da Monarquia* surgiu no dia 24 de julho de 1840, como periódico monárquico liberal, sendo inicialmente redigido por Tomás José Pinto de Siqueira e, posteriormente, por Bernardo Pereira de Vasconcelos, após sua chamada “virada conservadora”⁴³. Era publicado às terças e sextas-feiras e chegou ao término da publicação em 31 de dezembro de 1847. Foi somente a partir das revoluções liberais de 1842 que acrescentou uma epígrafe em apoio ao imperador D. Pedro II: “A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada – Viva o Imperador!”.

O prussiano Henrique Fleiuss lançou, em 1860, a revista *Semana Ilustrada*, que contava com oito páginas de textos e caricaturas, trazendo grandes nomes da literatura e do jornalismo como Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Quintino Bocaiuva⁴⁴. No período inicial da revista, com destaque ao ano de 1864, no início da Guerra da Paraguai,

⁴¹ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 123.

⁴² SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 183.

⁴³ Sobre isso ver ainda: LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, nº 10, Guarulhos, 2015, p. 314-334.

⁴⁴ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 205.

a *Semana Ilustrada* discorria com frequência sobre o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro, enfatizando a contraposição entre a civilidade e a barbárie. Além de seu “projeto civilizatório”⁴⁵, a revista dissertava ainda sobre a guerra, evidenciando um tom patriótico e a proximidade de Henrique Fleiuss com a corte de D. Pedro II. Ainda no começo da década de 1870 defendia as reformas políticas, porém mantendo uma perspectiva conservadora e rejeitando discursos republicanos ou abolicionistas⁴⁶. Sua última edição foi lançada no dia 19 de março de 1876.

Surgiu na Corte o jornal *A Reforma*, em 12 de maio de 1869, dirigido por Francisco Otaviano, com a colaboração de diversos nomes da luta liberal como Teófilo Otoni e Sousa Franco. Assumindo grande protagonismo, o periódico germinou a semente republicana no Rio de Janeiro⁴⁷. Defendia abertamente as reformas liberais e a abolição da escravidão, não deixando de afirmar seu patriotismo no contexto da Guerra do Paraguai. Sua última edição foi publicada em 31 de janeiro de 1879.

A República estreou-se em 3 de dezembro de 1870. Como órgão do Partido Republicano publicou o *Manifesto Republicano*, subscrito por diversas personalidades da elite brasileira intelectualizada. O jornal surgiu com a presença de nomes como Quintino Bocaiúva e Lafaiete Rodrigues Pereira, era publicado com quatro páginas e três vezes por semana, “sem redatores declarados, que são, realmente, Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo e Manuel Vieira Ferreira, que escrevem quase todo o jornal”⁴⁸. Extinguiu-se menos de um ano depois do seu lançamento e publicou sua última edição no dia 4 de outubro de 1871.

O jornal *O País* lançou sua primeira edição no dia 1 de outubro de 1884, era dirigido por João José dos Reis Júnior, tendo Rui Barbosa inicialmente como redator e posteriormente Quintino Bocaiuva, chefe do Partido Republicano. Foi publicado até 29 de dezembro de 1889, pouco depois do golpe republicano no Brasil, com 6 páginas por edição. De acordo com Andréa Pessanha, é possível constatar pela imprensa que as campanhas republicanas e abolicionistas tencionavam não se misturar, todavia *O País*

⁴⁵ MOTA, Isabela Moura. Sátira do cotidiano na capital do império: as caricaturas de costumes nos primeiros anos da *Semana Ilustrada* (1860-1864). *VII Simpósio Nacional de História Cultural*, USP-São Paulo, 2014, p. 7.

⁴⁶ Entretanto defendia abertamente a instrução escolar aos libertos e o progresso através da educação. Sobre isto ver: PEREIRA, Renan Rivaben. *Semana Ilustrada, o moleque e o dr. Semana: imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º Reinado*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP-Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015, p. 167.

⁴⁷ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 211.

⁴⁸ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 212.

refletia e debatia sobre tais movimentos, preocupando-se com o progresso e a prosperidade do Brasil sob a influência liberal⁴⁹.

A *Gazeta de Notícias* surgiu no dia 2 de agosto de 1875 e era considerado um dos mais influentes jornais do Segundo Reinado, graças a Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, tendo como redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção. Era publicado diariamente com quatro páginas e, apesar de autodeclarar-se neutro e imparcial, possuía grande influência no final do século XIX, sendo um dos dois grandes jornais da corte, ao lado de *O País*, de acordo com Nelson Sodré⁵⁰. É ainda notória a campanha abolicionista promulgada por José do Patrocínio, redator do periódico entre 1877 e 1881. O jornal publicou sua última edição no dia 31 de março de 1964.

Em suma, é possível constatar alguns aspectos que caracterizam a imprensa fluminense do século XIX ao observar fatores em comum entre os exemplos aqui destacados. A utilização da imprensa para veicular mensagens partidárias e promover o discurso político, liberal ou conservador, é expressa a partir do envolvimento político de seus redatores, direta ou indiretamente. Não somente é reconhecida a participação política dos colaboradores da imprensa, como estes nomes tendem a se repetir com o surgimento de novos periódicos ao longo dos anos, como é o caso de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, ou mesmo de Bernardo Pereira de Vasconcelos e sua atuação em jornais de inclinações partidárias opostas.

A partir desta breve apresentação podemos compreender um pouco mais da atuação e influência da imprensa na política brasileira. É também possível interpretar as aspirações políticas e o desempenho dos redatores do que se pode referir como primeira fase da imprensa brasileira de Oitocentos, a partir de sua homogeneidade ideológica devido à sua formação intelectual em Portugal⁵¹, como é o caso de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Luís Augusto May e Joaquim Gonçalves Ledo. Outra característica marcante da imprensa brasileira, visível até o final do século XIX e início do seguinte, é o desempenho destes jornalistas em outros cargos profissionais, como a atuação em cargos públicos ou como professores. José Murilo de Carvalho aponta que quase metade

⁴⁹ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O País e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição, Rio de Janeiro 1884-1888*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 13-14.

⁵⁰ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 246.

⁵¹ Essa ideia presente nos estudos de José Murilo de Carvalho auxilia também na compreensão dos momentos iniciais da construção do Estado Nacional, da manutenção da unidade territorial e no processo de construção da identidade política brasileira. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 39.

dos chamados intelectuais, como os professores, atuavam também como jornalistas de 1870 a 1930⁵². Nesse contexto, o autor discorre sobre a “duplicidade do liberalismo” entre 1840 e 1889, de modo que o Partido Conservador era composto de burocratas e proprietários de terras, enquanto o Partido Liberal “se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra”⁵³.

Outro fator de relevância é a gradual alteração da abordagem das temáticas políticas e a conseqüente mudança de tom dos artigos publicados. No contexto da Independência do Brasil observamos uma imprensa mais audaciosa com discursos mais fervorosos e edições voltadas inteiramente para um só tema. Já perto da proclamação da República, constatamos uma imprensa apartidária que trazia uma pluralidade de artigos sobre os mais variados temas e o acréscimo de propaganda, reduzindo a concentração de artigos políticos⁵⁴.

1.2. A relação entre a imprensa e a política no Brasil de oitocentos

Foi a partir da Revolução do Porto que, em setembro de 1820, a liberdade de imprensa decretada pela Junta do Governo permitiu a circulação de publicações portuguesas fora de Portugal. Posteriormente, o reconhecimento de D. João VI das medidas aplicadas e a suspensão total da censura sobre a imprensa no início de 1821, auxiliaram, de maneira involuntária, manifestações de um “projeto de independência do Brasil”⁵⁵. Além disso, estas mudanças também influenciaram o surgimento de novos periódicos brasileiros e as discussões sobre liberdade de imprensa, a qual foi reconhecida ainda em 1822.

De acordo com *A Malagueta*: “toda e qualquer quartada que se assemelhasse com Prévias Censuras seria a destruição da Boa Fé, e a instauração do Despotismo”⁵⁶. Ao longo da edição seguinte, este periódico continuou a dissertar sobre a prezada liberdade de imprensa em “Tempos Constitucionais”, pregando a favor da Constituição e da União Luso-Brasileira, ao passo que discorria sobre a erudição do jornalista: “o Periodista deve

⁵² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 101.

⁵³ José Murilo de Carvalho aponta ainda as dificuldades do processo de formação do Estado por conta destes aspetos. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 212.

⁵⁴ Nelson Sodré apresenta a ideia da imprensa como empresa a partir da segunda metade do século XIX. SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 180.

⁵⁵ PIMENTA, João Paulo G. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 80-81.

⁵⁶ *A Malagueta*. Rio de Janeiro, nº 21, 1 de maio de 1822, p. 86.

ser incorruptível, franco, liso, e destemido”, de modo que “é bem verdade que a tarefa do Periodista hoje é penosíssima, se ele se propuser a ser liberal, moderado, Constitucional, e reformador das manhas velhas”⁵⁷.

Este estudo, por conseguinte, priorizou a seleção de periódicos distintos entre si, de maneira que a análise do discurso e dos conceitos atrelados gerasse uma melhor compreensão das diversas ideias defendidas pelos jornais fluminenses. Ainda assim, no início do século XIX, observamos o liberalismo enraizado nos periódicos, em maior ou menor escala, os quais demonstram fervorosa sede política e grande preocupação com o futuro do país⁵⁸. De acordo com a historiadora Lúcia Neves, o aumento do número de periódicos em circulação neste período evidencia uma “preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político”⁵⁹. Sob outra perspectiva, é ainda neste contexto que a imprensa política clama a “expressão da opinião pública” com o intuito de “transformar opiniões particulares em opinião geral”⁶⁰. Essa posição corrobora a ideia da imprensa como porta-voz da Nação e podemos observar este aspeto na seguinte declaração do *Regulador Brasilico-Luso*: “O Brasil não quer separação de Portugal, mais de uma vez se tem dito isto, o que o Brasil não quer é receber leis de Portugal”⁶¹.

Neste contexto, pouco tempo antes da abdicação de D. Pedro I, constatamos o posicionamento firme e destemido da imprensa ao questionar aspetos como a soberania e o povo⁶², como evidencia *O Repúblico*:

Quem governa, Senhor, deve estar atento à vontade nacional, e até mesmo deve procurar saber o que diz o vulgo, o que pensa: tem-se-vos feito acreditar que os Brasileiros são revolucionários, e se o são V. M. não pode deixar de se submeter à vontade da Nação⁶³.

⁵⁷ *A Malagueta*. Rio de Janeiro, nº 22, 4 de maio de 1822, p. 91.

⁵⁸ O radical *Revérbero* chega mesmo a fazer projeções futuras com ou sem a presença do então Príncipe D. Pedro. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 3, 10 de junho de 1822, p. 25. Já *O Regulador Brasilico-Luso* refere: “o desejo de ver o Brasil chegar a altura da felicidade”, a fim de conduzir “o Návio da Pátria ao porto de sua felicidade”. *O Regulador Brasilico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 1, 29 de julho de 1822, p. 1.

⁵⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*, p. 2.

⁶⁰ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: A Leitura do Passado no Processo de Independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 62.

⁶¹ *O Regulador Brasilico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 4, 14 de agosto de 1822, p. 44.

⁶² Marco Morel rejeita ainda as comparações do liberalismo em França e no Brasil e a ideia de que o liberalismo francês teria influenciado a política brasileira, tendo em vista o forte posicionamento da imprensa no Brasil. MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*, p. 16.

⁶³ *O Repúblico*. Rio de Janeiro, nº 46, 12 de março de 1831, p. 3. Optou-se, neste trabalho, pela atualização da grafia nas transcrições das fontes documentais.

Entretanto, de acordo com Marco Morel, foi ao longo do período regencial que a proliferação de impressos e o maior alcance da imprensa geraram debates políticos mais diversos⁶⁴. O maior alcance dos impressos teria começado ainda na segunda metade de 1831, após a abdicação de D. Pedro I, em locais com maior concentração populacional, como o Rio de Janeiro, onde as “leituras coletivas” demonstravam que leitura ultrapassava as barreiras da alfabetização⁶⁵. Ivana Lima aponta ainda o crescimento exponencial da imprensa neste período, que pode ser observado a partir dos periódicos existentes no Rio de Janeiro, passando de 12 em 1830 para 51 em 1833⁶⁶.

Durante o regresso conservador entre o final da década de 1830 e meados de 1840, a imprensa áulica desempenha a função de combater os princípios liberais destacando-se, então, Justiniano José da Rocha e *O Brasil*. Neste sentido, era comum que a imprensa expressasse seus princípios norteadores, auxiliando a população a reconhecer os traços da tirania na oposição que “julgando os demais por si, não concebe que possa haver quem ouça a voz da convicção, a voz do patriotismo, e seja surdo aos clamores do interesse pessoal”⁶⁷.

A questão da corrupção da imprensa é frequentemente debatida neste contexto⁶⁸, tendo em vista as ligações partidárias dos periódicos. Sem representação na Câmara ou no Senado, a imprensa era vista como um canal alternativo para a oposição apresentar e defender seus ideais, o próprio imperador D. Pedro II reconhecia o papel da imprensa de propagar a opinião pública⁶⁹. No entanto, é possível questionar até que ponto é possível observar a representação pública expressa pela imprensa neste contexto, tendo em vista seus vínculos políticos. Nos embates propagados pela imprensa imperial, o que de facto encontrava-se ali representado eram as distintas causas das elites (liberais ou conservadoras) ou a causa da Nação⁷⁰?

Sob outra perspectiva, os conflitos entre liberais e conservadores na imprensa fluminense perduram até o declínio do Império de D. Pedro II. O processo de

⁶⁴ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*, p. 50.

⁶⁵ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas – A polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*, p. 34.

⁶⁶ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas – A polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*, p. 39.

⁶⁷ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 13, 18 de julho de 1840, p. 2.

⁶⁸ Joaquim Nabuco também apresenta essas preocupações na importante obra sobre o período imperial: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império. Nabuco de Araújo: Sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro, Livraria Garni Er, 1897, p. 184.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 54.

⁷⁰ De acordo com Ilmar Mattos seriam os “interesses gerais que se confundem com os interesses da Pátria” e ainda os interesses particulares que serviam de “obstáculo” para as ações daqueles que representavam os interesses gerais. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 201-221.

centralização emana as diretrizes políticas para as outras províncias, pois era o Rio de Janeiro que “dava tom ao país, e, portanto, à política e à imprensa”⁷¹. Os princípios conservadores difundidos pela imprensa enraizaram o apreço pela ordem e o respeito pelas instituições, solidificando a posição de D. Pedro II e da Monarquia em meio a uma série de revoltas espalhadas pelo país, sendo a última grande revolta a Revolução Praieira em Pernambuco no ano de 1848.

A partir da década de 1860 há uma substituição da geração política, abrindo espaço para as manifestações liberais e abolicionistas, com destaque a Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo e José do Patrocínio. Nelson Sodré aponta a transformação dos clubes liberais radicais em clubes republicanos a partir de 1869 e a República como solução para o Brasil⁷² dentre as novas agitações políticas da segunda metade do século XIX, incluindo a Guerra do Paraguai. É neste sentido que a imprensa segue como peça fundamental para a propaganda política e defesa dos ideais republicanos.

A publicação e repercussão do *Manifesto Republicano* em 1870, no Rio de Janeiro, assinala o avanço do pensamento liberal radical, com a defesa da descentralização, da federalização e das liberdades individuais. Apenas entre 1870 e 1872 surgiram mais de vinte jornais republicanos no país⁷³, passando para um total de setenta e quatro jornais republicanos em circulação em 1887⁷⁴. O crescimento do republicanismo no Brasil acompanha o crescimento da imprensa e a ampliação da sua influência. Não só através do discurso político, a imprensa do final do século XIX mostra seu largo alcance ao impulsionar a literatura e desenvolver sua relação com o romantismo.

De todo modo, é possível compreender como a política e a imprensa se entrelaçam no contexto de formação do Estado nacional brasileiro e de formação de identidades, contando com a propagação de diferentes ideais. É com o auxílio da imprensa que interpretamos o pensamento político das elites brasileiras e compreendemos os diferentes contextos ao longo da formação da Nação.

⁷¹ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 189.

⁷² SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 188.

⁷³ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*, p. 212.

⁷⁴ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da Imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, Rio Grande, 2011, p. 138.

2. O Brasil independente e a construção do Estado Nacional

As questões que permeiam a Independência brasileira têm suscitado novas investigações e novas perspectivas relacionadas à formação da Nação, especialmente no contexto das comemorações do bicentenário da Independência em 2022⁷⁵. Apesar dos inúmeros e importantes trabalhos publicados sobre o Brasil independente, há um consenso historiográfico sobre a gradual construção da visão de um país separado da “Mãe Pátria”. A União entre os reinos de Brasil e Portugal foi abordada e discutida até pouco antes do Sete de Setembro, contando com um forte apoio e expectativa na manutenção da unidade ao passo que, sob outra perspectiva, desencadeavam o medo de uma possível recolonização.

O processo paulatino da Independência pode ser compreendido em conjunto com o processo de construção do Estado Nacional e da própria identidade nacional, rejeitando a concepção de uma ruptura imediata concomitantemente com fatores e ideias já existentes e enraizadas no contexto brasileiro. De acordo com Maria Elisa de Sá, ao conceber a ideia de uma nação brasileira já existente, a qual teria germinado após a independência política do país, estaríamos cometendo um erro de anacronismo:

Na análise do processo de construção do Estado nacional no Brasil, por exemplo, é preciso ter cautela para não cair na armadilha do anacronismo e tomar o momento da independência política como o nascimento, após uma longa gestação, de uma “nação brasileira” já existente previamente. Segundo tal perspectiva, o Estado nacional, centralizado no Rio de Janeiro, o qual prevaleceu como projeto vencedor, seria um produto histórico natural e necessário, derivado de uma única e prévia ideia de nacionalidade⁷⁶.

Entretanto, o século XIX promoveu a conexão entre a ideia de Estado e de Nação e foi a partir do Brasil independente e do processo de construção do Estado Nacional que a identidade brasileira começou a se desenvolver e a se reconhecer. Se ponderarmos o

⁷⁵ Destaco a obra: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (org.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: EDUSP, 2022.

⁷⁶ SA, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*, p. 11-12.

esforço dos intelectuais em pensar a nação não somente como construção política, mas considerando também sua construção cultural com a geração romântica, admitimos a pluralidade de projetos que a partir de suas comparações e das diferentes possibilidades apresentadas construíram “uma ideia de nação que é plural, entendida como uma formação tanto cultural e simbólica, como política, econômica e social”⁷⁷.

De todo modo, a independência política do Brasil abriu portas para os debates acerca das diferentes alternativas organizacionais do país, processo este com grande influência das elites brasileiras. O desafio de construir um Estado-nação numa antiga colônia com dimensões continentais revelou-se a partir das divergências locais, como discorre Miriam Dolhnikoff⁷⁸. Sob semelhante perspectiva, o historiador Leandro Macedo Janke, por exemplo, destaca a existência de “um mosaico de identidades locais”⁷⁹.

A escolha do regime monárquico e da manutenção da unidade territorial é frequentemente abordada pela historiografia, nomeadamente o papel centralizador do Rio de Janeiro que teria garantido a unidade do país. Na visão de Ilmar Mattos, o fluxo do Partido Conservador a partir de 1840 contribuiu para a centralização do Império e, conseqüentemente, para a unificação do Estado-nação com a presença de uma elite institucionalizada nos cargos privilegiados das administrações públicas⁸⁰.

Sob outra perspectiva, Miriam Dolhnikoff defende que a manutenção da unidade territorial só foi possível devido a um “arranjo institucional”, o qual garantiria certa autonomia na administração das províncias pelas elites provinciais, que ao mesmo tempo participariam do governo central “através de suas representações na Câmara de Deputados”⁸¹. Seja como for, ambas as visões de Mattos e Dolhnikoff ressaltam a importância da atuação das elites brasileiras no processo de construção da nação, seja no âmbito regional ou nacional, fazendo com que estas se consolidassem como “elites políticas”⁸².

Os periódicos podem servir de auxílio na compreensão das intenções das elites e nos argumentos utilizados a favor de tais aspirações, mesmo antes do Sete de Setembro. Logo no início de 1822, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou um artigo direcionado ao

⁷⁷ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*, p. 22.

⁷⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 14.

⁷⁹ JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011, p. 4.

⁸⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*.

⁸¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 14.

⁸² DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 14.

regente D. Pedro, pedindo a consideração do príncipe no tocante à centralização em prol da manutenção da união das Províncias e da "indivisibilidade deste Reino"⁸³. Já o liberal *Revérbero Constitucional Fluminense* apontou, ainda em agosto do mesmo ano, as vantagens de uma Monarquia Representativa para o Brasil, enquanto rejeitava a opção republicana como forma de governo:

o Governo Republicano é inadmissível em território tão vasto como o Brasil, porque sendo essencialmente lentas as deliberações de tais Governos, nunca chegariam a tempo as providências, instando-as a necessidade, nos lugares longínquos⁸⁴.

Após a Independência a campanha por uma Monarquia Representativa Constitucional no Brasil seguiu com grande apoio pelo *Regulador Brasílico-Luso*, que apontou esta forma de governo como a única solução para o Brasil, afirmando que "pelo sistema Constitucional a Nação é chamada à igualdade da Lei"⁸⁵. O periódico ressaltou a figura do imperador como capaz de unir os brasileiros e alegou que a "causa da Monarquia Constitucional, que é verdadeira, e a única causa do Brasil, de onde há de sair a segurança, e a prosperidade Nacional"⁸⁶.

Em todo o caso, a construção do Estado Nacional com participação ativa das elites políticas e os debates promovidos sobre os diferentes projetos nacionais guiaram o país por um caminho distinto de outras experiências políticas dos países vizinhos. Veremos a seguir como isso foi possível.

2.1. Os movimentos de Independência e o projeto nacional

Quando se trata da Independência do Brasil torna-se necessário considerar determinados eventos relevantes que precedem a este processo. A transferência da Corte, como movimentação inédita na História, demonstrou desde o início uma mudança efetiva, abrangendo diversos setores, tanto para Portugal, quanto para o Brasil. Neste contexto, admite-se o princípio do processo de centralização que partiu do Rio de Janeiro e alterou

⁸³ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 4, 8 de janeiro de 1822, p. 19.

⁸⁴ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 12, 13 de agosto de 1822, p. 130.

⁸⁵ *O Regulador Brasílico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 18, 20 de novembro de 1822, p. 264.

⁸⁶ *O Regulador Brasílico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 19, 27 de novembro de 1822, p. 280.

significativamente o perfil populacional da região Centro-Sul do Brasil⁸⁷. Seria essa elite oriunda da Europa após a chegada da Corte no Rio de Janeiro que acabaria por se constituir no Brasil, contribuindo para a formação do Estado nacional e, conseqüentemente, influenciando diretamente na construção da identidade nacional brasileira.

Para além disto, a transferência da Corte e a imediata abertura dos portos pôs fim a um sistema de dependência da exclusividade comercial portuguesa, transformando as então condições coloniais, além de acarretar modificações urbanas expressivas e a inserção dos proprietários de terras nas questões de administração pública⁸⁸. Ademais, estas modificações ao passo que estreitavam as relações entre o rei e sus súbditos americanos, inauguravam uma situação conflituosa em Portugal, pois

a invasão napoleônica, que feria brutalmente a soberania portuguesa, o que somado com a percepção de uma condição inferior dos portugueses peninsulares em relação à América, acentuaria um sentido de diferenciação entre Brasil e Portugal⁸⁹.

Em 1814 encerrou-se a dominação francesa em Portugal e a questão da permanência da Corte no Brasil tornou-se notória⁹⁰. Na verdade, Jônatas Gomes enfatiza que a circulação de panfletos e periódicos em Portugal aumentaram significativamente na década de 1810, especificamente a partir de 1814 e 1815, difundindo e possibilitando debates acerca das ideias liberais, além de discorrer sobre o descontentamento com a situação econômica e política de Portugal na altura⁹¹.

No que concerne à Revolução do Porto, Márcia Berbel aponta as diferenças entre os trabalhos elaborados no Brasil e em Portugal, relatando a variedade de estudos produzidos em Portugal, gerando uma “verdadeira área de estudos”, enquanto no Brasil

⁸⁷ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 36. Sobre o processo de centralização oriundo do Rio de Janeiro ver ainda: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*; DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 14; CARVALHO, José Murilo de. *A construção Nacional: 1830-1889*, p. 23.

⁸⁸ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: A Leitura do Passado no Processo de Independência do Brasil*, p. 35.

⁸⁹ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: A Leitura do Passado no Processo de Independência do Brasil*, p. 37.

⁹⁰ FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 48.

⁹¹ GOMES, Jônatas Roque Mendes. O Vintismo, as Cortes de Lisboa e a Independência do Brasil. *História*. Revista da FLUP, IV Série, vol. 12, nº 2, Porto, 2022, p. 5-6.

as mudanças oriundas da Revolução Liberal do Porto não são abordadas singularmente, “constituindo-se em um capítulo da história da Independência”⁹². A Revolução Liberal do Porto ecoou no Brasil no final de 1820 ao importar de Lisboa os trabalhos da imprensa portuguesa, gerando um aumento do número de periódicos no país, além de “uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político”⁹³.

Neste contexto, o estabelecimento das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa no início de 1821, concentrava o poder na esfera legislativa por conta da ausência do rei e buscava a “regeneração” portuguesa através da Constituição e do combate ao absolutismo⁹⁴. Seria então defendida, especialmente por José Bonifácio, a ideia de que “o Novo Portugal não surgirá da *restauração* do velho Portugal, mas de sua *regeneração* no Novo Mundo”⁹⁵. A ausência do rei em Portugal, até então apontada como sintoma da decadência portuguesa, impulsionou a tensão que garantiu o retorno de D. João a Portugal em abril, após a adesão do Rio de Janeiro às Cortes Constituintes em fevereiro, levando seu filho D. Pedro a assumir a regência do Brasil. Esta movimentação influenciou ainda o processo de eleição dos deputados do Rio de Janeiro que ocorriam no mesmo período.

Apontado por Calos Mota como “mais colonial que europeu”, D. Pedro recebeu limitações impostas pelas Cortes de Lisboa, designadamente a ordem do seu regresso a Portugal, a fim da volta do *status* colonial, política que dividiria o Brasil em dois grupos: os que apoiavam as decisões das Cortes e favoreciam a volta do estado colonial e os que insistiam na igualdade dos reinos, que deveriam seguir uma mesma regra⁹⁶. Os deputados eleitos para ocupar os assentos nas Cortes em Lisboa tinham visões diferentes consoante a região que representavam: a defesa da bancada paulista pela apresentação do Programa de São Paulo por Antônio Carlos de Andrada e Silva, por exemplo, visava “defender o esboço do «poderoso império» luso-brasileiro, ou seja, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, contra as teses nacionalistas dos deputados de Portugal”⁹⁷.

⁹² BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*, p. 20-21.

⁹³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*, p. 2.

⁹⁴ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*, p. 50-51.

⁹⁵ De acordo com o autor, o conceito de “regeneração” neste contexto apresenta os aspetos de inovação e ampliação. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 54-55.

⁹⁶ MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, p. 64-65.

⁹⁷ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*, p. 81.

Neste sentido, diversos conflitos foram criados entre deputados de diferentes províncias do Brasil, mas também entre os deputados do Brasil e de Portugal⁹⁸. Tais embates seriam detalhadamente representados e comentados pela imprensa brasileira, fomentando o discurso de “recolonização”, que seria almejada pelas Cortes⁹⁹. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, logo no início do ano de 1822, ressaltou e criticou a ausência de diversos deputados brasileiros nas Cortes, insinuando que as deliberações seriam contrárias ao sentimento da maioria dos representantes e “por consequência à maioria da Nação”¹⁰⁰, da mesma forma que as Cortes desconheciam as “necessidades do Brasil” pela falta de seus deputados¹⁰¹.

Já *A Malagueta*, no mesmo mês, defendia a União Luso-Brasileira, ao passo que reconhecia o patriotismo dos paulistas nas Cortes¹⁰². De facto, na primeira metade de 1822, as Cortes apareciam como pauta principal dos jornais fluminenses e é possível observar um sentimento generalizado de luta pela união dos reinos do Brasil e Portugal e a manutenção da “Grande Nação Portuguesa”, enquanto os conflitos e descontentamentos para com as ações das Cortes se intensificavam. Posteriormente, poucos meses antes da Independência proclamada em setembro, o *Revérbero* publicou extensas críticas às Cortes, “os assassinos da Grande Nação Portuguesa”, criticando o descaso para com os representantes brasileiros e o desconhecimento do Brasil pelos representantes portugueses¹⁰³. Em outra edição, o periódico defende: “Nem se diga que a união de Portugal com o Brasil deve durar pouco: há de durar pouco, se for malformada, mas pode durar séculos, se os interesses recíprocos forem ajustados com igualdade”¹⁰⁴.

De acordo com o que foi referido anteriormente, o estudo do perfil dos redatores no período em destaque, enquanto parte intrínseca da elite política brasileira, é fundamental para que sejam alcançados os objetivos deste projeto. Enquanto comparada ideologicamente à elite portuguesa, a elite brasileira da primeira metade do século XIX se destacou por sua formação em Coimbra, ocupando em sua maioria cargos públicos, de

⁹⁸ De acordo com Jônatas Gomes, estes confrontos ocorriam mesmo considerando “que, até então, ambos os grupos fossem portugueses e compartilhassem uma mesma cultura política”. GOMES, Jônatas Roque Mendes. *O Vintismo, as Cortes de Lisboa e a Independência do Brasil*, p. 8.

⁹⁹ PIMENTA, João Paulo G. *Independência do Brasil*, p. 89.

¹⁰⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 5, 10 de janeiro de 1822, p. 28.

¹⁰¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, suplemento ao nº 7, 15 de janeiro de 1822, p. 41.

¹⁰² *A Malagueta*. Rio de Janeiro, nº 3, janeiro de 1822, p. 9-10.

¹⁰³ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 3, 10 de junho de 1822, p. 33.

¹⁰⁴ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 8, 16 de julho de 1822, p. 93.

modo que, “essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da Corte portuguesa e foi fenômeno único na América”¹⁰⁵.

Esta elite denominada *elite coimbrã*, simpatizante de um liberalismo moderado com críticas ao Antigo Regime, evidenciava nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva e Hipólito José da Costa, os quais, além de exercerem funções públicas no Brasil e em Portugal, também eram membros ativos da imprensa¹⁰⁶. Este grupo, portanto, fazia contraposição a outra elite denominada por Lúcia Neves como *elite brasiliense*, utilizando a expressão de Hipólito da Costa no *Correio Brasiliense*, a qual era composta em sua maioria por homens nascidos no Brasil, como Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa. Estes também faziam parte da imprensa fluminense, eram mais inclinados à ideologia francesa e politicamente mais radicais, “identificando suas maiores obrigações com a pequena pátria local em que tinham nascido”¹⁰⁷.

A divergência política entre tais grupos pode ser observada no *Revérbero*, enquanto folha dos liberais radicais Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha, que desenvolveu propaganda clara ao regime liberal protegido por um “Príncipe Constitucional”, fazendo referência à Revolução Francesa¹⁰⁸. A *Gazeta*, por outro lado, ao passo que defendia a Constituição, ressaltava que “Quase todos os Povos, que gozam de uma Constituição política, a devem a seus Soberanos: os quais por mais liberais que a tenham mostrado, sempre conservarão uma tendência ao despotismo”¹⁰⁹, evidenciando a condição soberana dos monarcas¹¹⁰ e os limites das monarquias constitucionais. De outra maneira, o *Regulador Brasilico-Luso*, repudiando a Revolução Francesa, afirma: “Nós queremos uma Monarquia Constitucional com um Príncipe Constitucional; mas com todas aquelas atribuições, que devem ser inseparáveis de Sua Augusta Pessoa, para nossa maior segurança”, e complementa, “Nós não tememos ameaças do Despotismo”¹¹¹,

¹⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 37.

¹⁰⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*, p. 9.

¹⁰⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*, p. 9.

¹⁰⁸ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 6, 2 de julho de 1822, p. 65.

¹⁰⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 6, 12 de janeiro de 1822, p. 32.

¹¹⁰ Posteriormente a *Gazeta* chega a criticar a defesa de uma Soberania Nacional residente nas Cortes, de modo desconsiderar o rei como Representante da Nação, alega neste contexto que se a Soberania reside exclusivamente no Congresso das Cortes, “então temos decerto uma Soberania manca”. *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 57, 11 de maio de 1822, p. 332.

¹¹¹ *O Regulador Brasilico-luso*. Rio de Janeiro, nº 4, 14 de agosto de 1822, p. 8.

convergindo com a ideia apresentada pela *Gazeta* de apoio incondicional ao então príncipe D. Pedro¹¹².

Apesar do descontentamento evidente no Brasil com as ações políticas tomadas pelas Cortes, Carlos Mota alega a manutenção das políticas pela deputação portuguesa e o consequente apelo por uma assembleia brasileira, a fim de conter um deterioramento já em curso¹¹³. A própria folha liberal moderada *Gazeta do Rio de Janeiro* acompanhou a aclamação pela assembleia, ressaltando o receio dos brasileiros da volta de uma condição colonial e reafirmando seu apoio ao Príncipe e à Pátria, referindo que este "pode ser o único meio de se consolidar a união dos dois Reinos"¹¹⁴. O mesmo jornal faz um alerta para com o "sistema anti brasílico" suportado pelas Cortes, o qual, com seus erros, acabaria por "acorrentar nossa liberdade"¹¹⁵. *A Malagueta*, por sua vez, adotou um tom mais moderado e pediu cautela na campanha pela assembleia a fim de que este movimento não trouxesse "resultados nocivos à Grande União, ou à integridade do Império Português, e muito menos ao Reino do Brasil"¹¹⁶. É neste contexto que, após intensa campanha popular, D. Pedro convocou uma assembleia constituinte. Sobre isto João Paulo Pimenta refere:

Catapultando o projeto político de independência para o futuro, mas sem romper com a ampla aceitação que o constitucionalismo português obtivera no Brasil desde a Revolução do Porto, D. Pedro afirmou seus princípios liberais convocando, em 3 de junho, uma assembleia constituinte encarregada de futuramente fazer, para o Brasil, aquilo que as Cortes de Lisboa estavam fazendo para Portugal (e não mais, segundo ele, para o Brasil): uma Constituição¹¹⁷.

É a partir deste contexto que historiadores como João Paulo Pimenta e Lúcia Neves evidenciam a separação já consumada mesmo antes do Sete de Setembro¹¹⁸. A

¹¹² A ideia de um "despotismo" presente no discurso considerado "recolonizador" das Cortes, de acordo com Rafael Fanni, passou a ser frequentemente abordada nos debates políticos como "um passado tido como já superado, mas que ameaçava o futuro do Brasil". FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*, p. 87.

¹¹³ Ainda assim, pode-se ressaltar que a defesa da união dos reinos permanecia entre os grupos políticos do Brasil. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*, p. 90-91.

¹¹⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 89, 25 de julho de 1822, p. 463.

¹¹⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 89, 25 de julho de 1822, p. 464.

¹¹⁶ *A Malagueta*. Rio de Janeiro, nº 28, 25 de maio de 1822, p. 118.

¹¹⁷ PIMENTA, João Paulo G. *Independência do Brasil*, p. 92.

¹¹⁸ Para João Paulo Pimenta, o Sete de Setembro seria antes "um marco da memória, e não da história". PIMENTA, João Paulo G. *Independência do Brasil*, p. 95.

historiadora defende que o episódio “não teve um significado especial, não sendo sequer noticiado pela imprensa da época”¹¹⁹. Ainda assim, é possível identificar gratidão e apreço pelo príncipe D. Pedro destacados nos periódicos em setembro. O *Revérbero*, por exemplo, ressaltou o grito “Independência ou Morte”¹²⁰ proclamado por D. Pedro e afirmou: “Brasileiros, Graças que já não somos menores para aceitarmos calados a tutoria de um irmão mais velho!”¹²¹. O *Regulador Brasilico-Luso* reconheceu a independência face a uma “Irmã fraticida” e afirmou que “é no gênio, na intrepidez, na constância, no embravecimento geral dos Brasileiros, eletrizados por uma nova cadeia de reunião, que o Brasil espera ser incontestável, livre, independente, e reconhecido como uma Nação digna de respeito”¹²².

Por outro lado, o *Correio do Rio de Janeiro* não havia mencionado a independência política do Brasil logo após o Sete de Setembro. No dia 10 do mesmo mês, o jornal ainda discorria sobre as decisões “supremacistas” do “Soberano Congresso Lisbonense” ao defender que os “portugueses do Brasil” agiriam de maneira distinta: “Portugal quis escravizar o Brasil, o Brasil libertará Portugal, se ainda for possível”¹²³. O periódico reconheceu a independência apenas no dia 21 de setembro, embora, cautelosamente, alertasse:

Porém Concidadãos tende paciência por poucos dias; esperai o faustoso dia 12 do próximo futuro mês, dia que está marcado para celebrar-se com toda a solenidade a apetecida Aclamação do Nosso Herói, do Nosso PRIMEIRO IMPERADOR!!! Podeis sim para dar desafogo ao vosso coração oprimido de jubilo, prodigalizar-lhe sinceros aplausos de – VIVA O IMPERADOR – mas sem tumulto, sem premeditada reunião ilegal¹²⁴.

¹¹⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil, p. 15.

¹²⁰ A ideia das ressignificações das ações de D. Pedro I no dia sete de setembro de 1822, e a escolha da data como data comemorativa da Independência, ao invés do dia da coroação do Imperador, em 12 de outubro do mesmo ano, evidencia os aspetos presentes ao longo do processo de formação da nação e da nacionalidade brasileira. Neste contexto, a “visão popular” do Sete de Setembro era uma visão da Independência distinta da visão perpetuada pelo dia 12 de outubro. Sobre isto ver: KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 52-61.

¹²¹ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 18, 24 de setembro de 1822, p. 229.

¹²² *O Regulador Brasilico-luso*. Rio de Janeiro, nº 9, 18 de setembro de 1822, p. 121.

¹²³ *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551.

¹²⁴ *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 3, 21 de setembro de 1822, p. 1.

De modo parecido, a *Gazeta* preferiu destacar a Independência a partir da aclamação de D. Pedro como Imperador no dia 12 de outubro. Nesta data declarou: "veio a época em que o Brasil deve ocupar o iminente lugar que lhe compete entre as mais Nações"¹²⁵.

Neste sentido, o dia 12 de outubro enquanto dia da aclamação do novo Imperador e do aniversário de D. Pedro, assim como a coroação do Imperador no dia 1 de dezembro, seriam dois momentos de suma importância para a Independência, considerados por João Paulo Pimenta como mais importantes do que o próprio Sete de Setembro¹²⁶. No dia 3 de dezembro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou uma edição suplementar a fim de comemorar a coroação do Imperador e ressaltar a importância da data:

O dia 1º de Dezembro, tão célebre em os anais da Nação Portuguesa, por haver ela nesse dia sacudido o jugo opressivo dos intrusos Felipes Reis de Espanha, elevando ao Solio da Monarquia o Senhor D. João, oitavo Duque de Bragança, e quarto entre os Reis de Portugal daquele Nome; depois de 182 anos torna a ser ainda mais célebre em os anais do Brasil, por se haver nele Sagrado, Coroado, e colocado no Áureo Trono deste vastíssimo Império, o Augustíssimo Senhor D. Pedro, Seu 5º Neto, que fora Aclamado 1º Imperador Constitucional, e Perpétuo Defensor dele em 12 do passado mês de Outubro¹²⁷.

2.2. “Constituição ou morte!”: a Monarquia Constitucional no Brasil em 1824

Passada a consagração de D. Pedro I como Imperador, caberia pôr em prática o projeto nacional debatido pelas elites políticas brasileiras, respaldado pela Constituição. Em maio de 1823 foi instalada a primeira Assembleia Constituinte no país, quando D. Pedro referiu em seu discurso: “Aceitarei e defenderei a Constituição, se for digna do Brasil e de mim”. Isabel Lustosa caracteriza os ocupantes das cadeiras da Assembleia como “liberais moderados, representantes da ordem e do centro, os espíritos esclarecidos

¹²⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 123, 12 de outubro de 1822, p. 615.

¹²⁶ PIMENTA, João Paulo G. *Independência do Brasil*, p. 98.

¹²⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, suplemento ao nº 145, 3 de dezembro de 1822, p. 733.

das classes dominantes”, que defenderam sobretudo os interesses dos proprietários de terras¹²⁸.

O direito de cidadania foi frequentemente abordado pela Assembleia, como exemplo, o deputado Rocha Franco, de Minas Gerais, propôs a distinção de cidadania de acordo com a participação política, desse modo, “para ser brasileiro não bastava só a naturalidade ou a naturalização; para isso seria preciso somar a residência no Brasil e a propriedade”¹²⁹. A questão da cidadania é também debatida ao longo de 1823 pelo liberal radical *Correio do Rio de Janeiro*¹³⁰, que se posicionou em um artigo assinado por “Brasileiro de origem europeia”:

Os Portugueses Brasileiros anuindo ao novo pacto, que os habitantes do Brasil instituíram, praticaram a mesma virtude que aquele Herói ateniense resistindo aos convites do Monarca persa: isto é, foram fiéis à sua Pátria. O Reino de Portugal, Brasil e Algarve constituía uma só Nação: Atenas, e Pérsia eram duas diferentes; os habitantes do Reino Unido em qualquer parte nascidos eram cidadãos daquele Estado; Temístocles era Cidadão de Atenas, e não Persiano. Foi desterrado de Atenas, bem, ou mal, lá deixou os seus interesses, suas afeições, pretendia voltar a eles. Os habitantes do Brasil separam-se dos de Portugal, por motivos de justiça e de conveniência, os Portugueses que nele residiam não foram desterrados de sua Pátria, existiam na sua pátria porque o Brasil constituía com Portugal uma só Pátria; seguiram a sorte do local onde estavam existindo¹³¹.

Além disso, foram discutidos os limites do poder do Imperador e a sua relação com as leis. Era evidente, no entanto, que apesar da divisão dos três poderes, havia uma maior concentração de poder nas mãos do Poder Executivo, exercido por D. Pedro. Após um intenso conflito envolvendo os Andrada¹³², D. Pedro dissolveu a Assembleia no dia 12 de novembro de 1823 alegando “que havendo ela perjurado na defesa da pátria e de

¹²⁸ LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 96.

¹²⁹ PEREIRA, Vantuil; RIBEIRO, Gladys Sabina. O Primeiro Reinado em revisão. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. 1, p. 151.

¹³⁰ A atuação liberal-radical do *Correio do Rio de Janeiro* é destacada ao longo de 1823 por Marisa Leme, que afirma a singularidade do posicionamento do periódico, tendo em vista o encerramento do *Revérbero Constitucional Fluminense* e o crescimento da imprensa áulica em defesa da centralização do poder imperial. LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estado de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “Ano Constituinte”, p. 146.

¹³¹ *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 29, 4 de setembro de 1823, p. 115.

¹³² Ver com mais detalhes em: LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*, p. 98-102.

sua dinastia, havia por bem dissolvê-la”. Sérgio Buarque de Holanda ressalta que esse momento foi o início do declínio do Império de D. Pedro I: “até a abdicação, D. Pedro lutaria contra o partido dos brasileiros”¹³³.

O princípio dos conflitos que envolvem o imperador também são referidos alguns dias após a dissolução da Assembleia pelo periódico *A Estrela Brasileira*, que fez um alerta sobre aqueles que integravam o círculo do imperador e criavam a ilusão da satisfação geral do povo. De acordo com o periódico, a primeira medida que conteria o desgaste do Império seria “afastar dos primeiros Empregos da Nação (até a época do reconhecimento da nossa Independência) todos os Brasileiros nascidos em Portugal”¹³⁴. Na edição seguinte, *A Estrela Brasileira* afirmou que para garantir a confiança das Províncias, o Império precisava do “Nacionalismo”, e declarou: “é preciso que o Governo de S. M. I. se mostre Brasileiro e muito Brasileiro”¹³⁵.

Alguns meses depois, em março de 1824, foi estabelecida a Constituição outorgada pelo imperador que perduraria até 1889. A primeira Constituição do Brasil independente determinou medidas como o voto censitário, a manutenção da unidade territorial com menos autonomia para as províncias¹³⁶, a religião católica como a oficial do Império, além de instituir o Poder Moderador de modo a garantir a soberania de D. Pedro I. A instauração de uma Monarquia Constitucional hereditária mostra as diferenças entre a Assembleia de 1823 e a Constituição outorgada de 1824, definindo um Império que “apacou a chama liberal”¹³⁷. Segundo Nelson Júnior, neste período, a imprensa áulica teria passado a atuar de maneira perspicaz, com um discurso político incisivo e bem delineado, a fim de demonstrar que a política imperial de D. Pedro e a Monarquia Constitucional eram a forma mais eficaz de governo¹³⁸.

A reação veio com a Confederação do Equador em Pernambuco, como movimento revolucionário, republicano e separatista em resposta à política centralizadora do imperador, com uma das repressões mais violentas da história do Brasil Imperial. Iniciado no dia 2 de julho de 1824, o movimento revolucionário com duração até novembro de

¹³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*. 9.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 211.

¹³⁴ *A Estrela Brasileira: Indépendance et Verité*. Rio de Janeiro, nº 13, 17 de novembro de 1823, p. 52.

¹³⁵ *A Estrela Brasileira: Indépendance et Verité*. Rio de Janeiro, nº 14, 19 de novembro de 1823, p. 54.

¹³⁶ Miriam Dolhnikoff afirma que esta Constituição “consagrava um regime centralizado”. DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*, p. 16.

¹³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*, p. 431.

¹³⁸ JÚNIOR, Nelson Ferreira Marques. Áulicos e a elite intelectual na corte fluminense (1823-1831). *Veredas da História*, [online], vol. 8, nº 2, 2015, p. 29.

1824 contou com a participação de grandes nomes como o radical João Soares Lisboa, que faleceu em 29 de novembro do mesmo ano “lutando na guerra contra o Império”¹³⁹.

O periódico conservador *O Espectador Brasileiro* discorreu sobre a revolta na Província de Pernambuco, destacando a ignorância dos revoltosos à medida que alegou a condição de que para um povo ser “verdadeiramente livre”, deveria aprender a ser livre, repudiando a desordem e a anarquia. O jornal reafirmou “o Projeto de Constituição, que a maior parte do Brasil tem jurado [...], na qual assegura tudo quanto há de melhor nas diferentes Constituições dos mais povos civilizados”¹⁴⁰.

Sob outra perspectiva, *A Malagueta* fez uma crítica ao imperador e seu Ministério, assim como à perseguição arbitrária de alguns pernambucanos:

E de outros muitos que são, ou filhos honrados Europeus, ou então Brasileiros nascidos lá, zelosos defensores da Constituição, do Império, e de V. M. I., reconhecidos como tais pelos mesmos Brasileiros de nascimento; homens probos e destemidos, que têm sido particulares objetos de perseguições Ministeriais, por serem inabaláveis Constitucionais¹⁴¹.

Mesmo tendo discorrido sobre todos os conflitos que cercaram os primeiros anos de governo de D. Pedro I e expressado sua forte oposição aos aliados do imperador, *A Malagueta* também discorreu a respeito da liberdade de imprensa respaldada pela nova Constituição. Depois de clamar “Constituição ou morte” ainda em 1822¹⁴², fez inúmeras referências ao “Grande dia 25 de março”, fazendo alusão à Constituição outorgada de 1824 e comemorando as “trevas que desapareceram com a Constituição”¹⁴³. Dessa forma, estaria o Império do Brasil sendo consolidado longe dos fantasmas do despotismo e seguindo ao lado das nações civilizadas.

2.3. A consolidação da Nação e o conflito cisplatino

Os conflitos que cercaram o Primeiro Reinado marcaram o início do processo de formação da Nação. Ainda assim, resumir estes movimentos como uma rivalidade entre

¹³⁹ LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estado de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “Ano Constituinte”, p. 142.

¹⁴⁰ *O Espectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 14, 30 de julho de 1824, p. 4.

¹⁴¹ *A Malagueta Extraordinária*. Rio de Janeiro, nº 3, 28 de maio de 1824, p. 7.

¹⁴² *A Malagueta*. Rio de Janeiro, nº 26, 18 de maio de 1822, p. 7.

¹⁴³ *A Malagueta Extraordinária*. Rio de Janeiro, nº 5, 18 de junho de 1824, p. 4.

o “partido nacional” e o “partido português” é problemático, isto porque os embates entre os liberais e os absolutistas, por vezes identificados como “partido português”, é que distinguem e ditam esse antagonismo¹⁴⁴.

O polémico governo de D. Pedro I acompanha a questão da nacionalidade do imperador à medida que o envolvimento de D. Pedro com questões como o criticado tratado do reconhecimento da independência por Portugal em 1825 e o seu envolvimento na sucessão de D. João VI, são envoltos por uma “série de ações e omissões do imperante que se resumem em incompatibilidade do regime representativo e com o respeito à opinião pública”¹⁴⁵.

Um dos fatores de relevância que ajudam a compreender o conturbado governo de D. Pedro foi a diversidade populacional subestimada pelo monarca, o qual, buscando exemplos de soberanos europeus, “não conseguiu se identificar com os brasileiros natos, e pareceu aproximar-se dos interesses estrangeiros, particularmente portugueses”¹⁴⁶. Neste contexto, Izabel Marson correlaciona o envolvimento do Brasil no conflito cisplatino à vontade do imperador de constituir sua imagem como herói militar¹⁴⁷.

A questão cisplatina antecede o Brasil independente com disputas territoriais entre portugueses e espanhóis desde meados do século XVI. Como importante rota de contrabando, a região da Cisplatina mostrou-se valiosa no início do século XIX com a formação dos Estados do Brasil, Uruguai e Argentina. O não reconhecimento da incorporação da Banda Oriental ao território brasileiro por Buenos Aires levou ao conflito armado entre as nações recém-independentes em 25 de agosto de 1825, após a exigência da devolução do território cisplatino às Províncias Unidas do Rio da Prata. O conflito perdurou até o fim de 1828, após a interferência inglesa na guerra.

A Guerra da Cisplatina, declarada poucos meses após o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, colocou à prova as capacidades do Império enquanto nação consolidada. Seria necessário evidenciar a constituição de um poderoso Império dentre as grandes nações do mundo ocidental e legitimidade de D. Pedro como

¹⁴⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*, p. 437.

¹⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*, p. 440.

¹⁴⁶ MARSON, Izabel Andrade. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. Em: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Contexto, São Paulo, 2007, p. 76.

¹⁴⁷ MARSON, Izabel Andrade. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica, p. 76.

imperador¹⁴⁸. Esta afirmação pode ser interpretada através do *Espectador Brasileiro*, segundo o jornal, os inimigos do Brasil haviam provocado um poderoso Império, que não mediria forças para defender a “honra nacional”:

seus agentes revolucionários, que sem razão nem forças ousam provocar e irritar uma Nação forte e valorosa, capaz de praticar os maiores excessos, para manter ilesa a honra Nacional, defender seus direitos, e a Alta Dignidade de Seu Perpétuo Defenso¹⁴⁹.

Na edição seguinte, o periódico fez um apelo aos brasileiros para que apoiassem financeiramente o conflito que ocorria no Sul do país, tendo em vista as “grandes vantagens” que viriam após a anexação da Banda Oriental, era hora de demonstrar o patriotismo brasileiro: “nós aconselhamos a todos aqueles, que estão animados de reais sentimentos patrióticos, a apressarem-se à execução da vontade de S. M. o Imperador”¹⁵⁰.

O *Diário Fluminense*, antes do início do conflito em dezembro de 1825, alertava para “os males do espírito revolucionário”, destacando a traição de Fructuoso Rivera¹⁵¹ como a representação da desordem e da rebeldia¹⁵². A luta “gloriosa” protagonizada pelo Império brasileiro foi frequentemente abordada pelo jornal, que tendia destacar a figura heroica de D. Pedro contra a tirania e a opressão de Buenos Aires: “o Augusto Defensor do Império Brasileiro só trabalha por manter nossa Integridade, nosso carácter Nacional, e em nos fazer respeitar como Nação livre, Soberana e Independente”¹⁵³.

Em 1828, período final da Guerra Cisplatina, o *Diário Fluminense* questionou os aspetos ligados à identidade dos povos envolvidos no conflito:

Se os portenhos, que têm por si a identidade de costumes, usos e linguagem, as relações de sangue, a uniformidade de instituições, e do sistema, temem a

¹⁴⁸ PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 237.

¹⁴⁹ *O Espectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 215, 21 de dezembro de 1825, p. 1.

¹⁵⁰ *O Espectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 216, 23 de dezembro de 1825, p. 4.

¹⁵¹ A figura de Rivera como militar e político uruguaio foi de grande importância para o conflito cisplatino. Havendo lutado pela coroa portuguesa, juntou-se posteriormente às forças revolucionárias a fim de libertar a Cisplatina da dominação brasileira, nesse sentido, suas ações fomentaram a propaganda brasileira contrária à revolução. Sobre isto ver com mais detalhes: JUNIOR, Zigomar Baroni. *Trajatória político-militar de Fructuoso Rivera e as missões (1811-1828)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009, p. 71.

¹⁵² *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 113, 24 de maio de 1825, p. 452.

¹⁵³ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 126, 29 de outubro de 1825, p. 510.

influência Brasileira, o que não deveremos nós reear, ou da influência de Buenos Aires, promovidas por tantos pontos de contacto; ou da influência de Chefes Cisplatinos, aspirantes atrevidos, que têm por si o prestígio de primeiros Proclamadores da Liberdade Cisplatina?¹⁵⁴.

A Aurora Fluminense, por sua vez, destacou os gastos extravagantes do governo com o conflito, ao passo que falava abertamente sobre a paz entre as nações e criticava as ambições do Império no período final da Guerra:

É porque só para a Marinha, e Guerra se exigem quase doze mil contos, isto é, quase toda a Receita do Império (pois que ela não chega a catorze): de sorte que, ou se *chupará o sangue* dos Povos com a imposição de novos tributos, ou se contrairão novos empréstimos desastrosos, *para ter-se o estéril prazer de passarmos por Nação Guerreira e Marítima*¹⁵⁵.

A Guerra da Cisplatina, portanto, foi travada durante o início da construção do Estado Nacional brasileiro, após intensos embates desde a Independência política do país. A questão da soberania do monarca e da construção da imagem da Nação como soberana perante as Repúblicas vizinhas evidencia um conflito que vai além da temática expansionista, contribuindo em conjunto para a formação da identidade brasileira.

2.4. A nacionalidade em perspectiva e a abdicação de D. Pedro I

A partir dos pontos tratados neste estudo, podemos interpretar os impasses ao longo do governo de D. Pedro I e o período inicial conturbado da construção nacional. Não só as ameaças externas tornavam complexo o reinado de D. Pedro I, mas também as delicadas conjunturas políticas internas implicavam um desafio para o Imperador, nomeadamente os conflitos separatistas vividos no Nordeste do país. Para além disso, a chamada “Causa do Brasil” seguiu como delimitadora entre o “ser português” e o “ser brasileiro”, o que implicava possíveis associações ao imperador, visto cada vez mais como déspota e absolutista, fomentando o antilusitanismo crescente no país¹⁵⁶.

¹⁵⁴ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 132, 5 de dezembro de 1828, p. 531.

¹⁵⁵ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 77, 8 de agosto de 1828, p. 318.

¹⁵⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas. Campinas, UNICAMP. 1997, p. 144.

Neste contexto, Gladys Ribeiro salienta a constante vigilância dos estrangeiros, “a necessidade básica era a de vigilância: vasculhar as suas vidas, controlá-los no cotidiano”¹⁵⁷, controlo esse que geraria desorganização e implicaria uma dificuldade em distinguir aqueles que já seriam cidadãos brasileiros e aqueles que deveriam ser contidos. Segundo Ribeiro, as confusões relacionadas à identidade nacional e à cidadania seriam perpetuadas até o final do período regencial, fazendo referência à desordem e repressão instaladas através de casos de portugueses fugitivos sem passaporte.

No que concerne a nacionalidade brasileira neste período, Emília da Costa sugere que “o nacionalismo brasileiro se manifestava sobretudo sob a forma de um antiportuguesismo generalizado”¹⁵⁸. Neste sentido, Rafael Cupello Peixoto complementa: “naquele tempo, ainda não havia se consolidado consenso sobre os elementos formadores de uma nacionalidade «brasileira»”¹⁵⁹, tendo em vista que a ideia tênue da nacionalidade seria expressa antes através dos ataques aos antagonistas do que pelo “amor à Pátria”¹⁶⁰.

Ainda assim, a problemática ação governativa de D. Pedro I foi debatida pela *Aurora Fluminense* no início de março de 1831. De acordo com o periódico, para derrotar os partidos extremistas que lutavam contra o imperador seria necessário “estar sempre no sentido nacional, mostrar-se o governo muito e muito Brasileiro, bem como respeitador fiel da lei e da Constituição”¹⁶¹. No dia seguinte à publicação desta edição da *Aurora*, o radical *O Republico* defendeu a posição liberal exaltada: “Os Liberais do Brasil amam a sua Pátria, e só querem que o estrangeiro não a limpe, como tem feito, e continua a fazer”¹⁶².

A partir de 1829, a divisão entre os chamados liberais “moderados” e os liberais “exaltados” foi dissipada de acordo com a convergência de ideias opositoras ao governo do imperador; assim, os jornais moderados como *A Aurora Fluminense* uniram-se aos

¹⁵⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, p. 148.

¹⁵⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. Editora UNESP, 1998, p. 33.

¹⁵⁹ PEIXOTO, Rafael Cupello. “Tradicionalistas” x “Conservadores”: uma disputa palaciana na Corte de D. Pedro I. Em: CAMPOS, A. P.; MOTTA, K. S.; RIBEIRO, G. L.; SIQUEIRA, K. S. (org.). *Entre as províncias e a nação: os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 56.

¹⁶⁰ De acordo com Gladys Ribeiro: “a antipatia entre brasileiros e portugueses era mútua. Reportava-se à luta pela sobrevivência. Igualmente dizia muito mais respeito às questões étnicas e de classe do que a um possível brio nacional”. RIBEIRO, Gladys Sabina. “Abdicação”. Em: OLIVEIRA, Cecília Helena S.; PIMENTA, João Paulo (org.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*, p. 20.

¹⁶¹ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 460, 11 de março de 1831, p. 1941.

¹⁶² *O Republico*. Rio de Janeiro, nº 46, 12 de março de 1831, p. 210.

jornais exaltados como *O Repúblico* como adversários à política vigente¹⁶³. A imprensa como forte opositora ao governo e ao próprio imperador expressava de maneira clara seu descontentamento político, citando a resistência francesa e a deposição de Carlos X em 1830: “os franceses resistiram à tirania, e a resistência à opressão é um dever imposto ao cidadão brasileiro pelo Código Criminal”¹⁶⁴. Somado a isto, o assassinato do jornalista Líbero Badaró, em 21 novembro de 1830, o qual dissertava sobre a liberdade de imprensa e contra os abusos da monarquia e do imperador, foi atribuído a D. Pedro I, de maneira a impulsionar a insatisfação popular.

O *Diário Fluminense*, contudo, fez questão de salientar o erro da oposição de afirmar seus ideais como “opinião pública” ou “vontade Nacional”:

Os Brasileiros sabem que as folhas públicas, apesar dos repetidos protestos dos seus Redatores, e mesmo sem saírem da órbita Constitucional, aparecem, todavia, com as mesclas do partido a que servem. [...] Como descobrir a vontade Nacional e a opinião geral, quando os interesses de partidos dividem o campo dos escritores, sem se darem por vencidos os seus combatentes?¹⁶⁵

Ainda assim, a união adversária se mostrava não somente na imprensa, como nas ruas. A visita do imperador a Minas Gerais no início de março de 1831 visava uma mediação com os liberais radicais de Ouro Preto. Porém, recebido com hostilidade, o imperador regressou ao Rio de Janeiro com uma recepção calorosa planejada pelos “portugueses”. Em protesto, os “brasileiros” iniciaram o confronto que ficou conhecido como a Noite das Garrafadas no dia 11 de março de 1831. Foi assim que “portugueses” e “brasileiros” se enfrentaram nas ruas da capital ao longo de três dias, evidenciando a grave crise pela qual passava o Império de D. Pedro I.

A Aurora Fluminense criticou o conflito, salientando as divergências de acordo com a nacionalidade, de modo a apontar a provocação por parte dos portugueses:

Depois deste grande feito em armas, a audácia dos festeiros subiu ao maior auge: um grupo de mais de trezentos atravessou diferentes ruas, dando vivas – ao *Imperador*, à sua *Imperial Família*, e misturando com estes, os gritos sediciosos e ineptos de – *morra o Repúblico, morram os Republicanos*; bem

¹⁶³ PEREIRA, Vantuil; RIBEIRO, Gladys Sabina. O Primeiro Reinado em revisão, p. 164.

¹⁶⁴ *O Repúblico*. Rio de Janeiro, nº 47, 16 de março de 1831, p. 216.

¹⁶⁵ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 51, 5 de março de 1831, p. 203.

como outros grupos amalgamavam o nome nacional do *Imperador* com os clamores de – viva a *heroica Nação Portuguesa*, vivam os *bons Portugueses*, ou os *Portugueses Brasileiros*, espécie de criaturas que não conhecemos, monstruosidade política de que não há notícia, pois é impossível pertencer a duas nações ao mesmo tempo¹⁶⁶.

Pouco depois da Noite das Garrafadas, *A Aurora* deu continuidade à campanha contra os portugueses no Rio de Janeiro de maneira a “salvar a nacionalidade” e recuperar a “dignidade nacional”. O periódico negava o Brasil como propriedade portuguesa, chegando a sugerir que para que os portugueses fossem respeitados deveriam ser politicamente neutros, além de ressaltar a importância da diferenciação da nacionalidade:

Julgamos que a portaria abaixo transcrita terá tido plena execução na Intendência Geral da Polícia. Por ela será fácil saber-se o número de Portugueses, que têm entrado no Rio de Janeiro depois da Independência, os seus nomes e habitações. Cumpre publicá-lo, para evitar confusões de nação¹⁶⁷.

De maneira semelhante, *O Republico* atribuiu o confronto nas ruas da capital aos portugueses: “É desta forma, Brasileiros, que os portugueses nos insultam, nos assassinam¹⁶⁸, patrocinados pelos traidores do Brasil, que para os defender, lhes mandaram todo o corpo de polícia; com o qual continuaram eles a atacar-nos”¹⁶⁹. O jornal dissertou ainda sobre o amor à Pátria e o dever de servi-la, clamando “guerra de morte aos marinheiros”, uma vez que “já de há muito que se insultava a gente brasileira, só porque era brasileira”¹⁷⁰. Por fim, o periódico não deixou de salientar a participação do “governo traidor”.

Sob outra perspectiva, o *Diário Fluminense* destacou a imprudência dos acontecimentos dos dias 11, 12 e 13 de março, defendendo a ordem. O periódico, entretanto, não procurou diferenciar portugueses e brasileiros:

¹⁶⁶ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 462, 14 de março de 1831, p. 1950.

¹⁶⁷ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 465, 23 de março de 1831, p. 1962.

¹⁶⁸ Segundo Isabel Lustosa, Borges da Fonseca publicou falsamente a notícia do assassinato de inúmeros brasileiros durante o conflito. LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*, p. 177.

¹⁶⁹ *O Republico*. Rio de Janeiro, nº 47, 16 de março de 1831, p. 217.

¹⁷⁰ *O Republico*. Rio de Janeiro, nº 48, 21 de março de 1831, p. 222.

sendo inegável que segundo a Constituição não se podem tratar se não como Brasileiros, aqueles que gozam connosco da mesma igualdade de direitos, e cujos interesses, por tantos motivos, estão hoje firmados no Sistema Monárquico Constitucional Representativo. [...] Concluamos pois com verdade que os honrados Brasileiros não entraram nesses motins¹⁷¹.

Pouco depois, no dia 7 de abril de 1831, o imperador D. Pedro I abdicou ao trono em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II. A abdicação foi interpretada como a revolução há muito esperada pelo país, inclusive pelo *Diário Fluminense*, ainda que num tom mais brando e sem deixar de referenciar os portugueses no Brasil:

Brasileiros! Um Príncipe mal aconselhado, trazido ao precipício por paixões violentas, e desgraçados prejuízos antinacionais cedeu à força da Opinião Pública, tão briosamente declarada, e reconheceu que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros. [...] Os Brasileiros adotivos, que se têm querido desvairar com sugestões pérfidas, reconheçam que não é sede de vingança, sim o amor da Liberdade. [...] Do dia 7 de Abril de 1831 começou a nossa existência nacional, o Brasil será dos Brasileiros, e livre¹⁷².

O Repúblico, por sua vez, fez referências a D. Pedro como ingrato, mas comemorou a nova conjuntura política fazendo alusão à participação dos brasileiros: “louvores pois sejam dados ao POVO HERÓICO, que se soube libertar, e reivindicar a dignidade da nação, debelando duas facções unidas para o conservar debaixo do jugo abafador do aulismo e do lusitanismo, e conquistou novamente sua independência”¹⁷³. Para além disso, o periódico patenteou, ao longo das edições seguintes, suas esperanças numa “nação regenerada”, com base na Constituição e na defesa da Pátria.

A Aurora Fluminense preferiu, contudo, adotar um tom moderado, afirmando o seu "amor à pátria, e desejo de que a revolução se consolide, e de que a Nação possa confiar no governo", tendo em vista a "necessidade de chamar as províncias umas às outras pelo vínculo estreito da nacionalidade"¹⁷⁴. Dissertava sobre os limites

¹⁷¹ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 69, 29 de março de 1831, p. 279.

¹⁷² *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 77, 9 de abril de 1831, p. 309-310.

¹⁷³ *O Repúblico*. Rio de Janeiro, nº 54, 15 de abril de 1831, p. 247.

¹⁷⁴ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 474, 20 de abril de 1831, p. 2002.

constitucionais e o receio da anarquia e da violência: "não consiste a liberdade em abater por tal modo o Governo que este não possa preencher os fins para que foi instituído"¹⁷⁵.

Neste contexto, não há dúvidas de que a questão da nacionalidade foi determinante para o final do governo de D. Pedro I. Ainda que interpretemos a nacionalidade brasileira como "imatura" neste período, é possível observar que os diferentes discursos exarados nos periódicos evidenciam a urgência da construção e da consolidação da identidade nacional. Essa urgência pode ainda ser interpretada através do antilusitanismo presente nas manifestações não só na imprensa como nas ruas. Neste sentido, a abdicação do imperador pôs fim as discussões sobre a construção da nacionalidade sob influência portuguesa, abrindo o caminho para a formação do Estado Nacional verdadeiramente independente e livre; era isto o que pensavam os intelectuais por trás da imprensa da capital.

¹⁷⁵ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 477, 27 de abril de 1831, p. 2015.

3. Do “Império americano” à República

Após a abdicação de D. Pedro em 1831, o processo de formação e solidificação do Estado Nacional encontrava-se inserido em uma nova conjuntura a partir da “revolução” bem-sucedida e da ideia de progresso em curso. O conceito de revolução, associado à abdicação de D. Pedro I, foi utilizado em larga escala, inclusive pelos moderados, a fim de “legitimar a construção da nação nos feitos de seus interesses e frear a possível corrida do processo revolucionário”¹⁷⁶.

Neste contexto, o Brasil seguia rumo a um período regencial conturbado, marcado pelas revoltas no seio das próprias regências, pela divisão partidária entre os liberais moderados, os liberais exaltados e os restauradores, além da contínua tensão entre brasileiros e portugueses. A antecipação da coroação de D. Pedro II pôs fim ao período das regências após curtos nove anos, em 23 de julho de 1840. A grande instabilidade política no país não impediu que D. Pedro II constituísse um império duradouro, somando 49 anos de reinado, mesmo que a partir da década de 1870 sentisse a pressão da oposição republicana. Deposto em 1889 após a Proclamação da República no dia 15 de novembro, D. Pedro II faleceu exilado na França, em dezembro de 1891.

O “Império americano” foi marcado pela “expansão para dentro” de maneira singular, ultrapassando o desafio da pluralidade de identidades locais e regionais sem, contudo, deixar de constituir uma identidade nacional¹⁷⁷. Veremos adiante os momentos que marcaram a constituição deste império aliada ao processo de formação da identidade nacional brasileira e suas representações na imprensa fluminense.

3.1. Os representantes da Nação e o ato adicional de 1834

Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira descrevem os anos iniciais do período regencial, até 1834, como marcados pela participação popular nas discussões políticas acerca da Constituição e pelos “movimentos de rua”¹⁷⁸. Este período começou com a Regência Trina Provisória até junho de 1831, seguida pela Regência Trina Permanente até 1834,

¹⁷⁶ Marco Morel admite que “revolução” seria palavra-chave associada ao período regencial brasileiro. MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*, p. 22.

¹⁷⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 24-25.

¹⁷⁸ PEREIRA, Vantuil; RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Primeiro Reinado em revisão*, p. 165.

com destaque para a atuação do ministro da Justiça Diogo Feijó, futuro regente uno em 1835. Durante as Regências Trinas algumas medidas importantes foram implementadas, como: a anistia dos presos, a criação da Guarda Nacional e a reforma do Poder Moderador.

Caracterizada pela liderança *moderada*, esta primeira fase da regência no Brasil contou com a oposição dos *exaltados*, visando reformas políticas e sociais radicais, e a oposição dos *caramurus*, como conservadores contrários às reformas políticas, nomeadamente a reforma da Constituição de 1824. Estes grupos demonstram uma cultura política “multifacetada”, com diferentes projetos nacionais, que mesclavam “as ideias mais avançadas do liberalismo com resíduos absolutistas do Antigo Regime”¹⁷⁹.

Sobre as revoltas populares dos primeiros anos regenciais, Marco Morel salienta a discussão entre o padre Diogo Feijó e Cipriano Barata: de acordo com Diogo Feijó, não seria do feitio brasileiro a desordem, mas sim a tranquilidade; já Cipriano Barata rejeita a ideia da “docilidade brasileira” como insinuação à ignorância e à submissão cega. Esta discussão, segundo Morel, representa a tentativa de determinar a identidade brasileira após a independência, gerando questões e debates, além de perpetuar a imagem do “ser brasileiro” como pacífico ao longo do século XIX, mesmo que o período regencial evidencie o contrário¹⁸⁰.

Entre 1831 e 1835 foram contabilizadas mais de vinte revoltas em quase todas as províncias, que possuíam em comum o antilusitanismo voltado, principalmente, contra os portugueses que detinham cargos políticos e comerciais importantes¹⁸¹. Vale salientar que muitas das revoltas contabilizadas até o fim do período regencial não envolviam apenas divergências políticas. Ainda que a Constituição de 1824 estipulasse a igualdade entre os homens livres, incluindo os libertos, os descendentes de escravos não usufruíam na prática das providências constitucionais, é neste sentido que “neste contexto de reivindicações generalizadas, também os negros ganharam as ruas, defendendo seu direito de serem incluídos na nação e no Estado que ia se constituindo”¹⁸².

A partir desta conjuntura, o ato adicional de 12 de agosto de 1834 pode ser interpretado como uma tentativa, pelo menos no âmbito legislativo, de conter as revoltas

¹⁷⁹ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 61.

¹⁸⁰ MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*, p. 55.

¹⁸¹ Podem ser sublinhadas as diversas revoltas dos escravos espalhadas pelo país, além das revoltas rurais, as revoltas restauracionistas, entre outras. CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção Nacional: 1830-1889*, p. 87-88.

¹⁸² SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 316.

provinciais à medida que uma reeleitura da Constituição de 1824, mais descentralizada, pudesse frear as demandas políticas¹⁸³. Ao contrário, o ato adicional impulsionou novas revoltas regenciais, isto porque suas medidas descentralizadoras proporcionaram “o fortalecimento dos poderes provinciais, que, muitas vezes, não estavam bem afinados com a política do governo central”¹⁸⁴. O ato adicional à Constituição de 1824 pôs fim ao Conselho do Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais e substituiu a Regência Trina pela Regência Una. As liberdades provinciais foram pauta de debates: se por um lado *caramurus* e certos *moderados* defendiam a limitação dos poderes legislativos provinciais temendo a anarquia e a desordem; por outro, os *exaltados* e certos *moderados* defendiam a ampliação dos poderes “contra a tirania”¹⁸⁵. Acerca dessa divisão política partidária, *O Verdadeiro Caramuru* esclareceu:

Depois de uma Revolução tal, qual foi, a de 7 de Abril de 1831; de necessidade se manifestaram três diversos Partidos ou Oposições: 1º Dos que querem conservar-se no primeiro estado da Revolução; 2º dos que querem continuar na marcha revolucionária; 3º dos que não contentes com a Revolução, querem voltar ao antigo estado. Os dois primeiros já fizeram a revolução; segue-se o 3º; isso é da ordem das coisas¹⁸⁶.

Em contrapartida, *A Aurora Fluminense* considerava: “há dois partidos, um o da revolução e da ordem existente, outro, o da retrogradação, e que pretende derrubar o atual regime”¹⁸⁷. Salientando suas características moderadas, *A Aurora* dissertava a favor da defesa da dominação europeia, porém com o cuidado de evitar a anarquia com “juízo”, alegou: “entusiasmo pela pátria, ódio ao jugo português não nos faltam certamente”¹⁸⁸. Apesar de defender a proposta organizacional federativa, o periódico ressaltava a importância da união do Brasil, ao passo que mostrava confiança nas reformas políticas e convicção no princípio da Soberania do Povo:

Ocorre ainda que todos os publicistas (quando reconhecem a Soberania do Povo, ou a que nele essencialmente reside) são concordes em que esta

¹⁸³ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 310.

¹⁸⁴ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), p. 70.

¹⁸⁵ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), p. 81.

¹⁸⁶ *O Verdadeiro Caramuru*. Rio de Janeiro, nº 12, 2 de julho de 1833, p. 4.

¹⁸⁷ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 884, 7 de março de 1834, p. 3781.

¹⁸⁸ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 939, 1 de agosto de 1834, p. 3421.

Soberania só pode ser exercida por delegação: todos convém que as Constituições, sendo como são, contratos, devem emanar da vontade do Povo. [...] Declarado assim o voto do Povo na apresentação de Procuradores reformistas, o resultado da consulta destes é só o que pode considerar-se a expressão da vontade geral, salva sempre a Soberania, que essencialmente reside na Nação¹⁸⁹.

O Sete de Abril também advogava em prol da federação. Segundo o periódico, o regime federativo poderia ser alcançado através da mudança política gradual, ou seja, o país poderia gozar “das vantagens internas de república, tendo as forças de uma monarquia”¹⁹⁰. Neste sentido, demonstrou confiança nos deputados “patriotas, reformistas e liberais” eleitos: “Deixai aos Representantes da Nação a glória de fazer essa grande obra”¹⁹¹. Desse modo, a defesa da mudança paulatina para o regime federativo pela *Aurora Fluminense* e pelo *Sete de Abril* pode ser interpretadas a partir da tentativa de conter as diversas revoltas federalistas que se espalharam pelo país neste período, como a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, ambas em 1835. Neste mesmo ano, o padre Diogo Antônio Feijó foi eleito como primeiro regente único no país, com um governo marcado pela instabilidade política e social. Foi neste contexto de revoltas que *O Sete de Abril* alegou:

É o Provincialismo, afoitamente o dizemos, é o maldito Provincialismo a fonte de todos estes males porque não podem existir Brasileiros enquanto existirem Baianos, Pernambucanos, Fluminenses, Paulistas, etc. A ideia – Provincialismo – é tão repugnante como a ideia – Nacionalismo – como a ideia – Egoísmo – como a ideia Filantropia¹⁹².

Mesmo com propostas de graduais mudanças no sistema político, algumas tentativas de implementar o regime republicano vieram a luz entre 1831 e 1835¹⁹³. Sabemos, todavia, que a reorganização política seguinte ocorreria, de facto, com o

¹⁸⁹ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 946, 20 de agosto de 1834, p. 3451-3452.

¹⁹⁰ *O Sete de Abril*. Rio de Janeiro, nº 168, 5 de agosto de 1834, p. 1.

¹⁹¹ *O Sete de Abril*. Rio de Janeiro, nº 168, 5 de agosto de 1834, p. 1.

¹⁹² *O Sete de Abril*. Rio de Janeiro, nº 502, 18 de novembro de 1837, p. 4.

¹⁹³ Basile cita ainda outras propostas reformistas que não sucederam, como a tentativa de separação entre a Igreja e o Estado, o fim da escravidão ou a reforma agrária. Segundo o autor, estas tentativas de reforma evidenciam a diversidade dos debates políticos da Regência. BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), p. 83-84.

regresso conservador em 1837, isto é, com a eleição de Araújo Lima para regente. Ainda assim, este regresso não implicaria uma aproximação ao Absolutismo, mas sim uma “requalificação” da Liberdade e do retorno das concepções acerca da *ordem* e da *organização* referente à Monarquia¹⁹⁴. *A Aurora Fluminense* afirmou, entretanto, que “o regresso, de cujas cores se tingem a política da presente Administração, é mais do que uma falsa teoria, é um perigo incalculável”¹⁹⁵.

3.2. A salvação da Pátria: “VIVA A MAIORIDADE DO IMPERADOR!”

Em 12 de maio de 1840, como parte das medidas do “regresso” de Araújo Lima, foi elaborada uma Lei interpretativa do ato adicional de 1834 a fim de revogar a autonomia provincial e garantir o controle político e judiciário pelo regente, anulando algumas das medidas de 1834. Já no início do ano de 1840, contudo, a oposição liberal ao governo conservador de Araújo Lima previa articular um golpe com o objetivo de antecipar em quatro anos a maioria do imperador.

A ideia foi debatida sem sucesso desde 1835, porém o cenário político proporcionado pelo discurso regressista de ordem e “elemento monárquico” evidenciava a incapacidade da Regência de conter a anarquia¹⁹⁶. Lilia Schwarcz ressalta o simbolismo envolto na figura do ainda adolescente D. Pedro: “era a representação e o prestígio da instituição que deveria «salvar a nação»”¹⁹⁷.

Com o claro objetivo de defender a antecipação da maioria do imperador, o periódico conservador, *O Propugnador da Maioridade*, dissertava com urgência a respeito da maioria como questão de “vida ou morte”. O periódico alegava que “se razão há para se não conceder a S. M. I. o pleno exercício de suas atribuições aos 15 anos, quase igual motivo existe para lhe negarmos aos dezoito”¹⁹⁸. Assim, defendia que a maioria seria a salvação do Brasil: “o patriotismo te aponta o remédio da declaração da maioria”¹⁹⁹.

O periódico regressista *O Brasil*, de Justiniano José da Rocha, não compartilhava da perspectiva da antecipação da maioria de D. Pedro como solução política para o país

¹⁹⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*, p. 152-153.

¹⁹⁵ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 1, 2 de maio de 1838, p. 2.

¹⁹⁶ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), p. 95.

¹⁹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 68.

¹⁹⁸ *O Propugnador da Maioridade*. Rio de Janeiro, nº 1, 19 de maio de 1840, p. 2.

¹⁹⁹ *O Propugnador da Maioridade*. Rio de Janeiro, nº 1, 19 de maio de 1840, p. 4.

e argumentava que a Constituição deveria ser respeitada integralmente: “se por acaso recorrerem às armas, encontrarão o valor e o patriotismo das massas lutando para que não se viole a Constituição do Estado”²⁰⁰. De acordo com o periódico, se a oposição alegava que a maioria seria a única salvação da pátria, isso deveria ser discutido de maneira “razoável e eloquente”, mas, na sua ótica, os motivos que levavam a oposição a apoiar a antecipação da maioria eram pessoais: “Então julgamos que os Srs. opositores desejam a maioria; mas feita por eles, e só para eles”²⁰¹. *O Brasil* repudiava, portanto, o uso de datas simbólicas como o Sete de Setembro e a então chamada Revolução de Abril, em referência à abdicação de D. Pedro I, em campanhas a favor da maioria.

Em 23 de julho de 1840, contudo, o período regencial brasileiro chegaria ao fim com a Declaração da Maioria do Imperador, destacando a vitória do Partido Liberal. Neste contexto, *A Sentinela da Monarquia* não deixou de destacar o papel fundamental do Rio de Janeiro na política:

graças ao bom povo fluminense! Honra lhe seja feita! Nem por isso conclua alguém que seu amor pelo Monarca seja menor; não, os Fluminenses sustentaram o trono em 1831; os Fluminenses nada perderam de seus antigos sentimentos²⁰².

Em contrapartida, declarou *O Brasil*:

Nós, porém, que em assunto de tanta monta temos antes de tudo em pensamento a salvação da pátria; a sustentação da ordem, e a consolidação das instituições, reconhecemos que só nos cumpre aceitar todos os fatos consumados, esquecer todas as ilegalidades por meio dos quais eles se consumaram²⁰³.

Lília Schwarcz e Heloísa Starling descrevem o a coroação do imperador como “o maior ritual público que o Brasil já conheceu”²⁰⁴. Não foi à toa que questão patriótica da manutenção da unidade e da representação nacional nas mãos do jovem imperador complementavam o simbolismo da construção imagética do monarca sério e diligente

²⁰⁰ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 8, 7 de julho de 1840, p. 3.

²⁰¹ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 10, 11 de julho de 1840, p. 1.

²⁰² *A Sentinela da Monarquia*. Rio de Janeiro, nº 20, 24 de julho de 1840, p. 1.

²⁰³ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 15, 28 de julho de 1840, p. 1.

²⁰⁴ SCHWARCZ, Lília M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 331.

amplamente divulgada neste período. Seria essa simbologia que contribuiria para que a coroação do imperador em 18 julho de 1841 fosse, de facto, uma cerimónia extraordinária, com uma presença popular relevante e, dez anos após a Revolução de Abril, que também era assim celebrada²⁰⁵. Acerca da coroação de D. Pedro II como imperador, *O Brasil* fez questão de ressaltar: “Possa a mais remota posteridade proclamar um dia que a grandeza do Brasil começou no século de Pedro II”²⁰⁶.

3.3. “Apóstolos da desordem”: o Brasil entre revoluções e rebeliões

A antecipação da maioria do imperador foi bem-sucedida graças aos esforços do Partido Liberal, isto, contudo, não impediu o afastamento dos liberais de cargos públicos após movimentações traiçoeiras de membros do próprio partido, assim como de adversários políticos. Segundo Izabel Marson, este golpe estaria na origem das revoltas de 1842 em São Paulo e Minas Gerais, quando os liberais “recorreram às armas para garantir seus direitos usurpados”²⁰⁷. Para além disto, os liberais acreditavam que o novo Ministério implicaria um governo déspota e oligarca, o qual tentaria implementar reformas inconstitucionais, ainda assim, as revoltas teriam grande adesão popular, não somente por motivações políticas, mas também por combinar diferentes demandas e questões locais²⁰⁸. A partir das revoltas de 1842, Ilmar Mattos atribuiu a denominação *luzias* aos liberais, por conta da derrota no combate armado em Santa Luzia, Minas Gerais; e a denominação de *saquaremas* aos conservadores, por conta da ebulição conservadora, em meados de 1845, partindo de Saquarema, no Rio de Janeiro²⁰⁹.

Enquanto os *luzias* tomariam estes acontecimentos como *Revolução*, tendo como objetivo livrar o país da opressão e do domínio oligárquico em nome da *liberdade* e da *democracia*, o partido conservador não demorou em classificar tais movimentos como *rebeliões*, contrárias a todos os princípios da *ordem* e integridade imperial²¹⁰. O periódico conservador *A Sentinela da Monarquia* denominou os liberais que participaram da luta armada nas revoltas como “Apóstolos da desordem” e afirmou: “é finalmente com

²⁰⁵ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840), p. 97.

²⁰⁶ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 152, 22 de julho de 1841, p. 4.

²⁰⁷ MARSON, Izabel Andrade. O Império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica, p. 80.

²⁰⁸ AMARAL, Alex Lombello. *Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais*. Tese de Doutorado em História, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019, p. 134.

²⁰⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*, p. 117-119.

²¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*, p. 117.

criminosa hipocrisia que os insolentes anarquistas conseguem iludir o coração dos sempre leais Paulistanos”²¹¹.

A questão regional foi salientada também pelo *Brasil*, fazendo frequentemente referência às revoltas como “rebeliões” que deveriam ser contidas com dureza pelas províncias e sufocadas pelo poder central. Em 2 de agosto de 1842, poucas semanas antes da derrota de Santa Luzia e da vitória dos conservadores, *O Brasil* declarava: “Essa revolta foi preparada com muita antecedência pelo que se empenharam em opor a *nacionalidade* paulistana à nacionalidade brasileira. [...] Os mais apregoadores da nacionalidade Paulista vão-se deixando ficar por suas casas”²¹².

Sob outra perspectiva, o periódico liberal *Farol Constitucional* não deixou de repudiar a violência desnecessária em Santa Luzia, além de criticar o governo e relembrar a importância da Constituição: “o Exército Brasileiro, fiel ao seu juramento, fará todos os sacrifícios para sustentar a Constituição; porque é ela que dá ao Sr. D. Pedro II o direito de ser Imperador do Brasil”²¹³. Segundo o jornal, a solução para a pacificação do país seria a demissão do Ministério de D. Pedro II, o qual teria feito mal ao país e ao imperador. Desse modo, um chefe de Estado quando forma um Ministério, “não deve consultar o seu coração, deve consultar o País, deve consultar a vontade nacional”²¹⁴.

Estas revoltas representam em conjunto o acúmulo de tensão política no Brasil das primeiras décadas do século XIX, além de abrangerem diferentes demandas compartilhadas por diversas camadas da sociedade brasileira, como explica Alex Amaral:

À guisa de conclusão sobre as motivações da revolta, a reforma do Código do Processo abrangia uma série de assuntos daquela sociedade, e compreendida dentro da cultura política regencial de medo partidário (os políticos de 1842 ainda não tinham se desfeito dos ódios, dos hábitos políticos, etc. da década de 1830) era capaz, como foi, de mobilizar grande número de pessoas, de ricos a pobres²¹⁵.

As revoltas terminaram com grande represália conservadora, ainda que poucos rebeldes tenham sido, de facto, condenados. Em 1844, os liberais condenados foram

²¹¹ *A Sentinela da Monarquia*. Rio de Janeiro, nº 199, 18 de maio de 1842, p. 3.

²¹² *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 290, 2 de agosto de 1842, p. 1-2.

²¹³ *Farol Constitucional*. Rio de Janeiro, nº 1, 4 de outubro de 1842, p. 1.

²¹⁴ *Farol Constitucional*. Rio de Janeiro, nº 3, 12 de outubro de 1842, p. 1.

²¹⁵ AMARAL, Alex Lombello. *Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais*, p. 159.

anistiados e muitos voltaram a ocupar cargos públicos, criando uma visão de que o imperador D. Pedro II não seria déspota nem sanguinário, desse modo amenizando suas relações com o Partido Liberal ao longo de seu governo²¹⁶. Essa decisão foi duramente criticada pelos conservadores, como demonstra *A Sentinela da Monarquia*:

A quem não residir na província de Minas Gerais surpreenderá a repetida absolvição que tem alcançado no tribunal dos jurados todos os comprometidos na rebelião de 10 de junho de 1842, que ante ele têm comparecido em diferentes municípios. A nós, que temos acompanhado de reflexão cada um desses tão deploráveis julgamentos, a nós mesmo tem maravilhado em extremo um procedimento tão irregular, e que sérias, graves consequências, podem acarretar ao futuro do país²¹⁷.

Após quatro anos de predominância liberal, entre 1844 e 1848, os conservadores retornaram ao poder em um novo cenário. A partir do final da década de 1840 outras questões como as reformas agrárias, a imigração e o tráfico de escravos passaram a demandar maior atenção do Ministério conservador, que contava com a presença de nomes como Araújo Lima e Eusébio de Queirós²¹⁸. Outros conflitos vieram à luz a partir de 1848, como a Revolução Praieira e o conflito na região do Rio da Prata, o qual deteriorou as relações entre Brasil e Argentina após o Império abandonar a posição de neutralidade frente aos embates da “Grande Guerra”, como ficou conhecido o conflito iniciado em 1839²¹⁹.

Essa nova conjuntura representava a crise pela qual passava o Ministério conservador, de modo que se manifestava uma necessária conciliação política “cobrada desde meados da década de 1840”²²⁰. Neste contexto, graças a Honório Carneiro Leão, Marques de Paraná, surgiu o Gabinete da Conciliação com a presença de conservadores e liberais ao longo de cinco anos. O Gabinete da Conciliação contribuiu em simultâneo para a estabilidade imperial e para o fortalecimento da imagem do imperador, para além de apresentar “um mecanismo capaz de fortalecer a unidade de interesses das elites que

²¹⁶ AMARAL, Alex Lombello. *Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais*, p. 313.

²¹⁷ *A Sentinela da Monarquia*. Rio de Janeiro, nº 442, 22 de janeiro de 1844, p. 1.

²¹⁸ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 341.

²¹⁹ TAMAÉ, Rafael da Fonseca. O parlamento imperial e a política externa para o Rio da Prata: controle e fiscalização da atuação ministerial durante o quinquênio liberal (1844-1848). *ANPUH-Brasil*, 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019, p. 1.

²²⁰ FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado em História, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 42.

controlavam a vida política nacional, mantendo uma estrutura centralizada, em torno da figura do rei”²²¹.

A Conciliação não extinguiu, no entanto, as disputas partidárias. A criação do Partido Progressista por liberais moderados e conservadores dissidentes, após a extinção do Gabinete da Conciliação em 1856, alterou o cenário político e proporcionou grandes debates ao longo da década de 1860, que questionavam abertamente o regime monárquico, mas foram abruptamente interrompidos pela inesperada Guerra da Tríplice Aliança²²².

3.4. A Guerra do Paraguai e a glória nacional

Segundo Ricardo Salles, a historiografia brasileira tende a esquecer a Guerra do Paraguai, de maneira que esta, quando tratada, é representada de modo desmedido com argumentos tendenciosos seja para defender a ação civilizatória brasileira ou condenar sua ação imperialista, seja para defender o anti-imperialismo paraguaio ou condenar seu líder tirano²²³. Sob outra perspectiva, Francisco Doratioto descreve de maneira crítica as diferentes correntes historiográficas, segundo ele: a tradicionalista cita o líder paraguaio Solano López como tirano; a positivista culpa o Império brasileiro pelo conflito; e a revisionista, entre as décadas de 1960 e 1980, defende o anti-imperialismo de López²²⁴.

Neste sentido, podemos interpretar que tanto Salles quanto Doratioto argumentam a favor de um estudo mais profundo do conflito, assumindo as complexidades contextuais dos países envolvidos ao longo de distintos processos de construções dos Estados Nacionais da América do Sul. Aliás, Doratioto chega a afirmar que a Guerra do Paraguai foi “resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata”²²⁵. Seja como for, perpassar a historiografia e suas nuances de interpretação da guerra é assunto para outra pesquisa. Neste estudo, cabe analisar a participação brasileira no conflito, mediante as questões nacionalistas ventiladas neste período, num contexto de desenvolvimento da identidade nacional brasileira.

²²¹ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*, p. 352.

²²² CARVALHO, José Murilo de. *A construção Nacional: 1830-1889*, p. 105.

²²³ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 2.

²²⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 19.

²²⁵ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*, p. 23.

A intervenção brasileira na guerra foi marcada pela invasão do território uruguaio em agosto de 1864; este movimento foi determinante para o conflito com o governo paraguaio a partir do apoio brasileiro aos colorados no Uruguai²²⁶. Inclusive, em abril de 1864, a situação dos brasileiros em território uruguaio era debatida na Câmara, quando o deputado conservador Ferreira da Veiga descreveu os súbditos do Império “encontrados decapitados nas estradas uruguaias, com o documento de nacionalidade na boca como ultraje, ao passo que outros eram açoitados”²²⁷.

As movimentações hostis dos paraguaios viraram alvo de manifestações públicas a partir de dezembro de 1864. Enfatizando a barbárie dos adversários, o discurso em prol da missão civilizatória brasileira e o papel “regenerador” da guerra inflaram os protestos a fim da defesa da “honra nacional ultrajada”²²⁸. A questão da civilidade foi frequentemente abordada neste período, ainda que não relacionada à guerra. *O Brasil Histórico* destacou a missão civilizatória do país desde a sua formação:

Para o Brasil a gente que veio, com pouca exceção, foi a bruta de Portugal, que sem conhecimento algum, veio procurar fortuna. Depois da independência, ainda isto acontece, pois, devendo apresentar-se civilizados, no Brasil é que se civilizam²²⁹.

Neste contexto da representação de um Brasil civilizado, mesmo aqueles contrários ao conflito, como o periódico *Constitucional*, repudiavam a ofensa para com a honra nacional do império. O jornal cita a “energética desafronta da dignidade nacional tão perfidamente ultrajada pelo ditador do Paraguai” e, alegando que o Brasil deveria ajudar o Paraguai a se livrar do despotismo, afirmou:

Não é preciso explicar à nação; aos comandantes de nossas forças, ao mais simples soldado a razão pela qual empunham as armas contra o ditador do Paraguai. Os lábios não tiveram necessidade de exprimir o sentimento que abalando os corações iluminou de súbito o semblante de todos os filhos do Brasil. A guerra com o governo do Paraguai é uma guerra santa²³⁰.

²²⁶ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 393.

²²⁷ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*, p. 51.

²²⁸ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai, p. 397.

²²⁹ *O Brasil Histórico*. Rio de Janeiro, nº 47, 27 de novembro de 1864, p. 3.

²³⁰ *Constitucional*. Rio de Janeiro, nº 142, 24 de dezembro de 1864, p. 1.

A *Semana Ilustrada* também discorreu sobre a “selvageria” paraguaia, o seu governo bárbaro e despótico, e enfatizou a importância do conflito: "Os acontecimentos que se passam agora no Rio da Prata são de máxima importância para a glória nacional"²³¹. A revista defendia abertamente o envolvimento brasileiro no conflito, tendo em vista a expectativa de uma vitória nacional e do “legítimo patriotismo”. A maioria dos artigos que dissertavam sobre a guerra eram assinados pelo Dr. Semana, figura que aparecia na ilustração da capa, como comentarista dos assuntos polêmicos semanais em tom humorístico e satírico, ao lado de seu escravo Moleque. No final de janeiro de 1865, Dr. Semana assinou um artigo em que apreciava os alistamentos voluntários²³² e a disposição do derramamento de sangue pela pátria: "Entretanto vai o entusiasmo nacional em admirável crescendo. De todos os pontos do Império chegam manifestações patrióticas que fazem honra ao espírito dos brasileiros"²³³. Neste sentido, Ricardo Salles afirma que “ser soldado deixava de ser humilhação e um castigo para ser um ato de patriotismo”²³⁴.

Neste período, observamos a condição da nacionalidade como essencial a fim de um governo próspero, como aponta *O Brasil Histórico*: "O que não será o vastíssimo Império do Brasil quando à frente dos seus destinos estiverem homens puramente Brasileiros que o dirijam! Um povo de bravos, uma nação entusiástica de glória e de amor da pátria"²³⁵. As manifestações populares juntamente com a importância do conflito expressa pela imprensa no início de 1865 evidenciam, portanto, “a consolidação do sentimento de patriotismo”²³⁶. De acordo com José Murilo de Carvalho, o prolongamento da guerra não afetou as demonstrações patrióticas, sendo um “sentimento novo no país”. A partir deste patriotismo entusiasta, segundo o historiador, os símbolos nacionais como o hino e a bandeira também passaram a ser mais valorizados e até o imperador passou a

²³¹ *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, nº 211, 25 de dezembro de 1864, p. 2.

²³² Neste período, a criação dos corpos de Voluntários da Pátria visava recrutar brasileiros de todas as classes, transformando o Exército num espaço digno e aceitável. O exército contava em conjunto com escravos e libertos, através de um alistamento forçado, de doações, de substituições ou ainda de escravos fugidos que “se apresentavam como homens livres”. IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*, p. 399; p. 405. Entre os 139 mil soldados brasileiros que lutaram na guerra, 50 mil eram voluntários. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*, p. 109.

²³³ *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, nº 216, 29 de janeiro de 1865, p. 2.

²³⁴ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, p. 95.

²³⁵ *O Brasil Histórico*. Rio de Janeiro, nº 62, 12 de março de 1865, p. 2.

²³⁶ IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*, p. 397.

ser retratado como chefe indígena, “marca da brasilidade criada pelo romantismo literário”²³⁷.

Após cinco anos de conflito, em 1 de março de 1870, López foi morto em combate por uma escolta brasileira, encerrando a guerra. Apesar da vitória do Império, a guerra evidenciou a fragilidade militar brasileira e desgastou as relações entre o poder central e as esferas locais²³⁸. Além disso, o conflito custou caro aos cofres públicos brasileiros, acelerando o processo de endividamento junto de bancos ingleses²³⁹. Estes gastos foram abordados pelo periódico *A Reforma*, em um artigo intitulado “A lavoura e o futuro”, onde o jornal alegou que a agricultura teria sido sempre a maior rentabilidade do governo, mas que nem com uma “dívida assombrosa de uma guerra desgraçada” o governo enxergaria que o sistema escravista estaria em ruínas e que teria de investir na imigração em massa para substituição do trabalho escravo²⁴⁰. O jornal mostrou-se crítico ferrenho à Guerra do Paraguai e repudiou as ações do governo brasileiro:

a conduta do Brasil deve ser pautada de conformidade com a situação que ele próprio criou, e a fraqueza de um governo não autoriza a violação da soberania nacional. Perante o direito das gentes é injustificável a guerra ao súbdito de uma nação e governo amigo²⁴¹.

Ricardo Salles salienta que foi a partir deste conflito que o exército “passou a estar indissolúvelmente ligado à nossa história política, e o próprio fim da monarquia, significativamente, teve nos militares os atores imediatos de seu desfecho”, de modo que:

Paralela à consolidação do Estado Nacional capitalista, a instituição militar – sobre a qual repousou em larga medida a manutenção da ordem, e mais importante, uma direção política capitalistas – tornou-se profundamente conservadora²⁴².

²³⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*, p. 109.

²³⁸ IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*, p. 397.

²³⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, p. 13.

²⁴⁰ *A Reforma*. Rio de Janeiro, nº 37, 17 de fevereiro de 1870, p. 1.

²⁴¹ *A Reforma*. Rio de Janeiro, nº 45, 26 de fevereiro de 1870, p. 1.

²⁴² SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, p. 152-153.

3.5. “Só a liberdade pode tornar um povo grande”: o Manifesto Republicano

O ano de 1870 não só marcou o fim de um longo conflito, como também foi o ano da fundação do Partido Republicano, no Rio de Janeiro, composto em parte por ex-membros do Partido Progressista dissolvido em 1868²⁴³. O Manifesto do Partido Republicano, publicado em 3 de dezembro de 1870, criticava o sistema imperial, fazia referência ao pensamento liberal clássico, pedia a descentralização federalista e abordava as liberdades e os direitos individuais²⁴⁴. O Manifesto Republicano contou com 57 assinaturas, dentre elas apenas oito eram de homens com experiência política como deputados ou presidentes de província, enquanto os restantes eram classificados como jovens profissionais liberais sem a mesma bagagem²⁴⁵.

O Manifesto foi publicado na primeira edição do periódico *A República*, destacando o contexto de “regeneração nacional”, demandava uma Assembleia Constituinte a fim de instaurar um novo regime político: “somos da América e queremos ser americanos”. O destaque para o Brasil como nação americana visava a dissociação da imagem do país como resultado da colonização europeia: “a independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial. [...] A centralização, tal qual existe, representa o despotismo”.

Criticando os males da Monarquia Constitucional representativa, o Manifesto Republicano considera-a utópica, ao passo que discorre sobre a Soberania Nacional e condena a Constituição outorgada de 1824:

a soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo parlamento eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios. [...] O princípio dinástico e a vitalidade do Senado são duas violações flagrantes da soberania nacional, e constituem o principal defeito da Carta de 1824²⁴⁶.

²⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 205.

²⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 208.

²⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*, p. 110.

²⁴⁶ *A República*. Rio de Janeiro, nº 1, 3 de dezembro de 1870, p. 1.

Após a publicação do Manifesto, o periódico seguiu com a propaganda a favor do regime republicano, em uma delas defendeu que “só a liberdade pode tornar um povo grande”²⁴⁷. Não raro, o periódico repudiava a escravidão e alertava para as más relações que uma monarquia poderia ter entre as repúblicas americanas, além de exaltar a condição política dos Estados Unidos.

Sob outra perspectiva, o periódico *A Reforma* não deixou de registrar a importância do Manifesto, ressaltando a soberania do povo: “ninguém a não ser a própria nação tem o direito de governá-la”²⁴⁸. Não obstante, salientava que a opinião pública ainda estaria voltada a apoiar o sistema monárquico representativo. Neste sentido, para se alcançar a prosperidade do Brasil seria necessário seguir o governo consagrado na Constituição:

Para termos em nosso país governo do povo pelo povo, apenas carecemos de fazer convergir todo o esforço nacional para a realização do sistema de governo consignado na Constituição. Com efeito o espírito nacional não tem neste país a possibilidade de manifestar-se, ou antes – nós ainda não o possuímos²⁴⁹.

Apesar de admitir uma possível falta de um “espírito nacional” no Brasil, o jornal advogava a favor do bem-estar da pátria e da glória nacional, de modo que apenas a opinião nacional poderia acolher ou repudiar as aspirações do Manifesto Republicano. *A Reforma*, portanto, defendia a “causa do progresso e da grandeza da nossa pátria”, ressaltando a importância da opinião pública: “Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo”²⁵⁰.

Sob viés similar, *A República* dissertou sobre a soberania do povo a partir das funções de um rei em uma nação, como funcionário público:

o rei é um funcionário: está abaixo da Lei, está sujeito à nação de cujo mandato tem abusado pela cláusula de vitalidade e hereditariedade que lhe concedemos, por fraqueza ou por ignorância. [...] A opinião pública, que não é mais do que a resultante das opiniões individuais, o juízo da maioria de uma nação, não pode ser exata se os raciocínios não se firmarem sobre os fatos.

²⁴⁷ *A República*. Rio de Janeiro, nº 2, 6 de dezembro de 1870, p. 1.

²⁴⁸ *A Reforma*. Rio de Janeiro, nº 278, 8 de dezembro de 1870, p. 3.

²⁴⁹ *A Reforma*. Rio de Janeiro, nº 280, 11 de dezembro de 1870, p. 2.

²⁵⁰ *A Reforma*. Rio de Janeiro, nº 283, 15 de dezembro de 1870, p. 3.

[...] Nos países republicanos existe um só interesse social, e o interesse individual, cuja soma forma o de toda nação: só há o interesse do país²⁵¹.

Neste contexto, a partir da década de 1870, a imagem do monarca foi se desconstruindo: renunciou ao título de soberano considerando a soberania do povo, “abriu mão do costume português de beija-mão, assim como evitou títulos ou monumentos” e tentou implementar a personificação de um monarca moderno e erudito²⁵². Apesar da construção de uma nova imagem, abolicionistas, republicanos e o Exército declaravam abertamente sua oposição ao Império, além das críticas recorrentes da imprensa livre ao monarca, como afirmou *O Mosquito*:

Também as falas do trono, e os programas dos ministérios prometem o diabo a quatro, e nem por essa razão ainda alguém se sentiu com coragem de lhes dizer na bochecha – fora mentirosos! – porque é bem possível que daqui a cem anos o monarca e os ministérios desempenhem a sua palavra²⁵³.

Foi ainda na década de 1870 que a vida pessoal do imperador passou a ser analisada mais de perto, com críticas acerca dos gastos excessivos da Coroa com as viagens pela Europa e o afastamento de D. Pedro II das expectativas criadas em torno da figura do monarca²⁵⁴. A ideia da criação de um imaginário popular também impactou diretamente a disseminação da visão republicana para a população. José Murilo de Carvalho aponta o ideário republicano inicialmente restrito às elites e o uso de símbolos, imagens e alegorias como ferramentas na batalha “em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”²⁵⁵.

²⁵¹ *A República*. Rio de Janeiro, nº 6, 15 de dezembro de 1870, p. 2-3.

²⁵² SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 375.

²⁵³ *O Mosquito*. Rio de Janeiro, nº 149, 20 de julho de 1872, p. 6.

²⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 381.

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 7.

3.6. “Ordem e progresso”: regeneração brasileira e golpe republicano de 1889

Os últimos anos da monarquia, somados em quase duas décadas, foram marcados por crises políticas e sociais. Se, por um lado, a lenta erradicação da escravidão resultava em duras críticas ao governo de D. Pedro II e a indisposição entre abolicionistas e proprietários de terras, por outro, reformas como a reforma eleitoral de 1875, que proibiu o voto do analfabeto e tornou o processo eleitoral muito mais burocrático, evidenciavam o afastamento entre a monarquia e o povo “pela redução da participação eleitoral”²⁵⁶.

Além disso, o fim do século XIX trazia novas conjunturas culturais difundidas a partir da elite europeia, nomeadamente a francesa, com novas diretrizes sobre a reconstrução do Estado. Se antes a construção do Estado Nacional emanava das hierarquias alicerçadas em privilégios e da união entre o trono e o altar, agora essa reconstrução seria firmada através da ciência como “propulsora eficaz do progresso”²⁵⁷. Assim, ganhou espaço o positivismo de Augusto Comte, proporcionando uma “renovação intelectual” no Brasil com destaque aos positivistas brasileiros engajados nas questões nacionais, participando ativamente nas demandas abolicionistas e republicanas²⁵⁸.

A questão abolicionista tornou-se a principal pauta da década de 1880, com os inúmeros protestos de rua, as rebeliões escravas e a pressão exercida pela imprensa que exigia a abolição através de inúmeros jornais, panfletos e pasquins²⁵⁹. Aproximava-se o fim do sistema escravista no Brasil. A Lei Áurea foi aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da Regente do Brasil, a princesa Isabel, enquanto D. Pedro II permanecia fora durante mais uma de suas viagens à Europa.

Não é difícil interpretar a abolição também como uma jogada política visando a valorização não só da imagem do Império, como também da própria princesa, após a apresentação oficial da Lei de 13 de Maio como um “presente” e não uma conquista após quase quatro séculos de escravidão no Brasil, contando com cinquenta anos de “silêncio” por parte de D. Pedro II em abolir este sistema, como discorrem Schwarcz e Starling²⁶⁰.

²⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*, p. 119.

²⁵⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 95.

²⁵⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, p. 97.

²⁵⁹ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 384.

²⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 388-389.

O periódico *O País* citou a abolição da escravatura como ato patriota e uma vitória para a Nação. Segundo o jornal, era de esperar que a abolição chegasse ao Senado tendo em vista o seu patriotismo e que, caso fosse suspensa a libertação dos escravos, haveria “luto nacional”: “É um dever de lealdade para com os escravos, no ponto em que chegou a questão, não demorar a sua liberdade nem um dia, aconteça o que acontecer. [...] O mundo inteiro já saúda em nós uma nação emancipada”²⁶¹. O jornal afirmou diversas vezes a liberdade e a glória nacional a partir da Lei Áurea e considerou “o maior extraordinário sucesso” na história política e social do Brasil, após a independência:

O dia 13 de Maio de 1888 nasceu hoje para o Brasil como o primeiro dia de uma pátria livre. [...] Honra ao povo brasileiro antes de tudo, porque ele dignificou como nenhum outro povo da América a causa da Democracia nesta incruenta campanha contra a tirania!²⁶².

O periódico *Gazeta de Notícias*, de modo semelhante, afirmou a demanda pela abolição como sentimento nacional: “Na nossa história política, não há exemplo de terem sido tão fielmente interpretados os sentimentos da nação pelos seus representantes”²⁶³. Segundo a *Gazeta*, a abolição traria “júbilo aos corações patriotas” e o dia 13 de Maio deveria ser eternizado não somente pela libertação dos escravos, mas também pelos anos de sofrimento dos quais “devemos nos arrepender eternamente”²⁶⁴.

Neste contexto, *O País* reconheceu a participação da monarquia na conquista abolicionista, além da união patriota entre os partidos: "Dia como o de ontem nunca tivemos na história do Brasil. Todos os brasileiros ou pela nacionalidade ou pelo coração pareciam sentir o mesmo entusiasmo. Somos hoje uma nação livre!"²⁶⁵. Após a abolição, tanto *O País* como a *Gazeta de Notícias* se mostraram positivos quanto à imigração europeia. *O País*, por exemplo, considerou a imigração europeia como “engrandecedora da pátria” e criticou a falta da chegada de imigrantes em massa, como ocorria na Argentina, sem deixar de condenar as ações do governo:

²⁶¹ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1314, 12 de maio de 1888, p. 1.

²⁶² *O País*. Rio de Janeiro, nº 1315, 13 de maio de 1888, p. 2.

²⁶³ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 133, 12 de maio de 1888, p. 1.

²⁶⁴ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 135, 14 de maio de 1888, p. 1.

²⁶⁵ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1316, 14 de maio de 1888, p. 1.

podem os brasileiros compreender quão diferente e quanto inferior é a posição do nosso país, a certos respeitos, parecendo que a nossa marcha pela estrada do progresso e do adiantamento social e económico se acha embaraçada por causas que só prendem à ordem institucional do país e à imperfeição dos seus aparelhos administrativos²⁶⁶.

Em tom crítico, a *Gazeta* discorria sobre a situação da lavoura após a Lei de 13 de Maio e a organização interna do país, que, segundo o diário, deveria ser uma obrigação do governo, que não estava cumprindo suas promessas, resultando na virada republicana da lavoura, outrora conservadora. Neste sentido, os imigrantes seriam iludidos com promessas de fortuna, mas acabavam com contratos insustentáveis:

É com contratos de imigração assim feitos, e mesmo com os que foram feitos pouco antes, muito melhores que esses, pois que o pagamento das passagens só era realizado depois de localizado o imigrante na lavoura, que se espera povoar o Brasil, constituir os elementos da nacionalidade nova que tem de vir revigorar a nossa?²⁶⁷

A ideia da imigração, enquanto elemento revigorante para a nacionalidade brasileira, não era nova. Ainda em 1881, o periódico *A Pátria*, do redator Carlos Bernardino de Moura, discursava a favor da imigração e até apontava a nacionalidade alemã como ideal para a melhoria da “raça” brasileira:

Desde muito a *Pátria* pensa que a imigração que mais pode servir ao Brasil, para melhorar sua raça, talvez, e enriquecê-la por trabalhos materiais e morais, é a alemã. Folga de ver que uma nação, onde a instrução e a consciência valem alguma coisa, já esteja fazendo justiça ao carácter nacional e a riqueza de nossa pátria²⁶⁸.

Entretanto, mesmo após a abolição, a crise pela qual passava o Império era profunda e a campanha republicana avançava. Contudo, em julho de 1889, D. Pedro II sofreu um atentado ao sair do Teatro Santana, rumo ao Paço da Cidade, quando foram

²⁶⁶ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1596, 19 de fevereiro de 1889, p. 1.

²⁶⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 119, 29 de maio de 1889, p. 1.

²⁶⁸ *A Pátria*. Rio de Janeiro, nº 28, 24 de julho de 1881, p. 1.

efetuados “um ou dois disparos” direcionados às carruagens que seguiram caminho²⁶⁹. Foi identificado o português Adriano Augusto do Valle como autor dos disparos, que teria dado “Vivas à República” após uma noite de embriaguez²⁷⁰.

O atentado, ocorrido em 15 de julho de 1889, foi comentado dois dias depois pela *Gazeta*, que rejeitava a hipótese de um atentado político, considerando a condenação do Partido Republicano por tais atos. O jornal avançou ainda com a polémica da nacionalidade de Adriano do Valle, já que o Delegado de Polícia havia comemorado o facto de o criminoso não ser brasileiro, o que abonava a favor da “honra da pátria”, situação que mereceu o seguinte comentário da *Gazeta*: “Desde que se trata do ato de um doido, o que importa que ele seja brasileiro ou chinês? A loucura não é privilégio de nacionalidade alguma; e a nacionalidade do autor do atentado tem tanto que ver com este, como com o partido republicano”²⁷¹. A *Gazeta* criticou ainda a posição do Gabinete Português de Leitura de repudiar o ato e congratular o imperador por sair ileso do atentado:

Nada de questão de nacionalidade, nada de regicídio, nada de sério em tudo isso... Os portugueses têm tantas vezes dado tantas provas de sua estima no Brasil, os que aqui convivem connosco têm-se mostrado tantas vezes brasileiros que, francamente, perderam a única vez em que deveriam ficar calados e esquecer essa circunstância mínima – de serem portugueses²⁷².

Sob parecido viés, *O País* afirmou que as expressões de pesar dos portugueses foram nobres, mas que seria necessário evitar os sentimentalismos exagerados para não agravar as circunstâncias, considerando o bem-estar do imperador. O periódico fez questão de apontar que o crime não teve motivação política:

A nacionalidade portuguesa não pode de modo algum ser lastimada pelo acidente da origem do jovem presumido criminoso. Ele podia ser brasileiro, turco ou russo, e o seu ato ficaria sendo sempre um ato individualíssimo²⁷³.

²⁶⁹ VIDIPÓ, George. Um processo criminal nos jornais do século XIX: O atentado contra Dom Pedro II. Anais do XVIII Encontro de História da ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2018, p. 1.

²⁷⁰ VIDIPÓ, George. Um processo criminal nos jornais do século XIX: O atentado contra Dom Pedro II, p. 2.

²⁷¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 199, 18 de julho de 1889, p. 1.

²⁷² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 209, 28 de julho de 1889, p. 1.

²⁷³ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1745, 18 de julho de 1889, p. 1.

A *Gazeta* seguiu por repudiar o uso das nacionalidades na política e se mostrava firme na posição do Partido Republicano, que viria a se aliar ao Exército na derrubada da monarquia. Os militares, enquanto principais defensores do positivismo que estimulava e promovia a ideia republicana, protestavam “contra a proibição de que oficiais se manifestassem através da imprensa sobre assuntos políticos”, contando com Deodoro da Fonseca como líder dos setores descontentes do Exército²⁷⁴.

O golpe republicano consistiria numa proclamação não aberta da República, com um anúncio feito na Câmara Municipal do Rio de Janeiro por José do Patrocínio e com um posterior comunicado à família real de seu banimento às três da manhã de 16 de novembro de 1889²⁷⁵. Os acontecimentos do dia 15 de novembro e a atuação de Floriano Peixoto, Quintino Bocaiuva, Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant são pauta de um extenso debate com diferentes versões propagadas pelos mesmos, como demonstra José Murilo de Carvalho²⁷⁶. Esta disputa, como aponta o historiador, pode ser analisada ao longo das edições do periódico *O País*, enquanto jornal de Quintino Bocaiuva e portavoz do “oficialismo republicano”²⁷⁷.

Contudo, em janeiro de 1889, o periódico fez questão de afirmar que não fazia propaganda republicana ou monárquica, pois não argumentaria a força da causa política republicana, protestando, assim, a sua neutralidade²⁷⁸. Os meses que seguiram evidenciaram, em contrapartida, *O País* como um periódico defensor da causa republicana, inclusive louvando “revolução nacional” e patriótica que permitira a instauração da República:

O povo, o exército e a armada nacional em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico-representativo. Como resultado imediato desta revolução nacional, de caracter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem pública a liberdade e os direitos dos cidadãos²⁷⁹.

²⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 393.

²⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*, p. 394.

²⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 30.

²⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 32.

²⁷⁸ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1551, 5 de janeiro de 1889, p. 1.

²⁷⁹ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1866, 16 de novembro de 1889, p. 1.

A partir do anúncio do governo provisório, *O País* seguiu por declarar a constituição de “uma nova pátria” repleta de paz e liberdade, alegando completa confiança no governo no que concernia à manutenção da ordem.

Sob outra perspectiva, a *Gazeta de Notícias* publicou extensas críticas ao *País* a respeito do seu posicionamento político. Segundo o jornal, *O País* repudiava as manifestações de apoio à monarquia como perturbação da ordem, enquanto apoiava manifestações de apoio ao regime republicano sem o mesmo tom crítico:

A ordem são as conferências e as arruaças republicanas: a anarquia são as arruaças monarquistas! [...] Os chamados republicanos querem ter a liberdade de dar vivas à república; mas os monarquistas são um *elemento temeroso*, se dão vivas à monarquia²⁸⁰.

Ainda assim, a *Gazeta* se mostrava a favor da República à medida que, de acordo com o jornal, mesmo antes da abolição, a “aspiração republicana era geral na nação brasileira”²⁸¹. O periódico anunciou, neste sentido, a formação do governo provisório como um apelo nacional, de modo semelhante ao *País*. O jornal informou sobre os gritos de “viva a República” que ecoaram pela cidade a noite inteira, no dia 15 de novembro, e que a monarquia já não poderia governar a não ser pela violência. Assim, o único governo capaz de governar seria o republicano: “tudo o mais será prolongar uma luta, em que a nação tem tudo a perder”. Em seguida, a *Gazeta* expôs o “espanto, surpresa e ansiedade” que pairavam nas ruas: “O povo invadiu as ruas e praças em busca de notícias, sabendo então que o exército tinha se declarado abertamente em oposição ao ministério”²⁸².

Após a Proclamação da República, a *Gazeta* dissertou sobre a nação mais como espectadora do que agente, tendo em vista que a nação teria aceitado a mudança política, ao invés de promovê-la. Em todo o caso, o 15 de Novembro seria então uma data gloriosa que entraria para a História e promoveria um novo carácter ao povo brasileiro:

Mas o dia 15 de novembro, em que a deposição do velho monarca e o exílio da família imperial são apenas um acidente, uma dolorosa necessidade, e em

²⁸⁰ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 7, 7 de janeiro de 1889, p. 2.

²⁸¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 20, 20 de janeiro de 1889, p. 3.

²⁸² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 320, 16 de novembro de 1889, p. 1.

que o que foi vencido, desarraigado, foi o velho sistema político, que deu lugar a uma nova educação nacional, à formação do carácter novo²⁸³.

O periódico menciona com frequência em edições posteriores a “nova nação brasileira” e fala sobre a “nova nacionalidade”, como pode-se observar nesta afirmação a respeito do governo provisório: “a quem incube tão grave responsabilidade, e a quem devemos muita gratidão, se eles conseguirem entregar à nova nacionalidade legalmente constituída o país em condições de prosperidade que os nossos recursos prometem”²⁸⁴.

A reorganização do Brasil após a Proclamação da República trazia o sentimento de recomeço e de regeneração nacional. Na verdade, com base no que foi tratado neste estudo, observamos a constante promessa de uma verdadeira independência nacional a partir de cada evento marcante para a história do Brasil desde sua independência política até destituição do Império. A expectativa de liberdade e regeneração esteve presente ao longo de toda a construção do Estado Nacional no século XIX, momentos em que o discurso da imprensa contribuiu para fornecer elementos que visavam a formação da identidade nacional.

²⁸³ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 322, 18 de novembro de 1889, p. 1.

²⁸⁴ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 357, 23 de dezembro de 1889, p. 1.

4. A identidade nacional brasileira em construção

A identidade nacional brasileira foi e continua sendo desenvolvida a partir de diferentes contextos singulares na história política ocidental. Após sua independência política da mãe pátria portuguesa, a monarquia imperial brasileira, com raízes europeias, persistiu em consolidar seu espaço entre as repúblicas americanas. Ao longo da formação do Estado nacional brasileiro, essa mesma monarquia com costumes e traços distintamente europeus, tentou constantemente adaptar-se ao contexto americano e firmar o país não apenas como nação consolidada, mas como nação americana. É neste sentido que a construção da identidade nacional brasileira permeia a dissociação da imagem da colonização, por vezes, enquanto se distanciava e criava sua própria narrativa.

O processo de formação da nacionalidade e a elaboração de uma identidade nacional são seguidos ao processo de construção do Estado nacional, que traz em suas vertentes o repensar da História de acordo com os novos parâmetros intelectuais do século XIX acerca do nacionalismo e da identidade de um povo. Por isso, os aspetos sociais, políticos, culturais e económicos se entrelaçam para que a construção de uma identidade nacional seja consolidada. Um exemplo deste processo seria a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, no Rio de Janeiro, como mecanismo destinado a repensar a história do Brasil e participar no percurso de formação da nação, de modo que “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a «Nação Brasileira»”²⁸⁵. Este processo pode também ser observado segundo as diretrizes saquarema de meados de mil e oitocentos, contando com o uso de instrumentos diversos a partir do papel dos letrados e daqueles que governavam o país, emanando “valores, signos e símbolos imperiais”²⁸⁶.

Ao interpretamos o Brasil do século XIX como preso às suas raízes coloniais em sua forma organizacional, admitimos a ideia de um país “sem perspectiva verdadeiramente nacional”, como discorre Hebe Mattos²⁸⁷. A historiadora admite, contudo, a ideia da construção de uma consciência nacional desde 1822, que ganha força no final do século

²⁸⁵ GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5-2.

²⁸⁶ Ilmar Mattos ressalta “três grandes narrativas na construção do Estado e da nação: uma literatura, uma história e uma língua nacional”. MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho, p. 40.

²⁸⁷ MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 25.

XIX, quando as questões de raça e cultura se tornaram centrais no pensamento ocidental, portanto: “num país cuja maioria da população definia-se como «parda» desde finais do século XVIII, não era possível pensar em identidade nacional sem pensar em raça no final do século XIX”²⁸⁸.

Assim, o processo de formação da identidade nacional brasileira perpassa por diferentes contextos e engloba aspetos distintos. Ao longo deste percurso novas diretrizes e demandas políticas ditavam esta construção, que constantemente evidenciava o desafio de unir uma nação multifacetada.

4.1. Os conceitos que se relacionam com a identidade nacional

Para a identificação e análise de tais conceitos é primordial que haja uma compreensão do contexto histórico em que foram referidos, como explica Marcelo Jasmin: “os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos”²⁸⁹. Os conceitos frequentemente utilizados pelos periódicos para descrever seus ideais ou condenar ideias opositoras podem ajudar a interpretar seus objetivos e sua identidade, assim como distinguir suas concepções do nacionalismo. O estudo do impacto político e social da utilização de tais conceitos pode, desse modo, servir de apoio para a compreensão da sociedade brasileira do século XIX, ainda que possamos admitir que um mesmo conceito possa ter mais de um sentido.

Podemos notar que conceitos como *nação*; *pátria*; *regeneração*; *soberania*; *revolução*; *povo*; *liberdade* e *independência* aparecem constantemente ao longo das edições dos jornais trabalhados nesta investigação. Mas o que isso significa para a formação de uma identidade nacional brasileira ao longo do processo de construção do Estado nacional? De início devemos considerar que apesar de todos os conceitos serem palavras, nem todas as palavras podem ser consideradas conceitos, de modo que os conceitos possuem como característica intrínseca sua polissemia²⁹⁰. Consideremos o que diz Koselleck:

²⁸⁸ MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil, p. 26.

²⁸⁹ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares, p. 31.

²⁹⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, p. 108.

O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito²⁹¹.

Vejam, portanto, os significados atribuídos aos conceitos que podem auxiliar esta investigação. Para isso, analisaremos os conceitos de acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa* (DLP), enquanto dicionário mais utilizado durante o século XIX²⁹², com destaque à sua reedição de 1813 por Antônio de Moraes Silva²⁹³. Somado a isto, podemos avaliar a evolução semântica destes conceitos, analisando o posterior *Dicionário da Língua Brasileira* (DLB), publicado em 1832 por Luís Maria da Silva Pinto. E por fim, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (DCLP), publicado em 1881, em Lisboa, e amplamente conhecido no Brasil como *Dicionário Caldas Aulete*, com diversas reedições ao longo do século XX e início do século XXI. Estudemos a seguir, os diferentes conceitos anteriormente apresentados de acordo com estes dicionários:

DLP (1813)	DLB (1832)	DCLP (1881)
NAÇÃO, s. f. a gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e governo à parte.	Nação, s. f. a gente de um país, que se governa por suas leis particulares. Casta, raça: Gente de nação.	Nação, s. f. a comunidade dos cidadãos de um Estado sob o mesmo regime e em comunhão de interesses.
PÁTRIA, s. f. a terra donde alguém é natural.	Pátria, s. f. A terra, onde alguém nasce.	Pátria, s. f. país ou estado em que cada um nasceu, e ao qual pertence como cidadão.

²⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, p. 109.

²⁹² GARCIA, Dantielli Assumpção. Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? *Fragmentum*, nº 26. Rio Grande do Sul: UFSM, 2010, p. 14.

²⁹³ Saliente-se que Antônio de Moraes Silva, embora natural do Rio de Janeiro, completou sua formação em Portugal.

REGENERAÇÃO, s. f. segundo nascimento, usa-se no fig. para significar a mudança de estado, em que se acha o que recebe a graça pelo Batismo.	Regeneração, s. f. Ação de regenerar. Mudança de estado no que recebeu a graça pelo Batismo.	Regeneração, s. f. a reparação ou renovação de uma parte destruída ou arruinada.
SOBERANIA, s. f. fazer soberano.	Soberania, s. f. Qualidade de Soberano.	Soberania, s. f. qualidade ou carácter do que é soberano.
REVOLUÇÃO, s. f. movimento pela órbita; giro v. g. —, dos astros, planetas.	Revolução, s. f. Na Astronomia Giro dos Astros. Fig. Mudança política. Transtorno.	Revolução, s. f. ação ou efeito de revolucionar-se; revolta, sublevação ²⁹⁴ .
POVO, s. m. os moradores da Cidade, Vila ou lugar.	Povo, s. m. Moradores de uma Cidade, etc. Nação.	Povo, s. m. nome coletivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos às mesmas leis: o <i>povo</i> português e o <i>povo</i> brasileiro.
LIBERDADE, s. f. a faculdade, que a alma tem de fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, como mais quer. [...] O estado da nação, que não reconhece superioridade a outra.	Liberdade, s. f. Faculdade da alma, pela qual pode fazer ou deixar de fazer alguma coisa.	Liberdade, s. f. a faculdade de uma pessoa fazer ou deixar de fazer por seu livre-arbítrio qualquer coisa.
INDEPENDÊNCIA, oposto a dependência, a liberdade de sujeição, de fazer o que se quer sem autoridade, ou consentimento de outrem, sem respeitos, etc.	Independência, s. f. Liberdade de viver, de fazer, etc.	Independência, s. f. falta de dependência, liberdade.

Segundo Dantielli Garcia, há um “esforço patriótico” presente no DLB, a fim de conceder maior destaque à língua brasileira com um discurso de brasilidade a partir do

²⁹⁴ Ressalta o DCLP: “Diz-se particularmente do levantamento ou insurreição política a mais memorável que se dá num país e que estabelece uma ordem de coisas durável e relativamente benéfica: A Revolução Francesa. A Revolução de 1820 em Portugal. A Revolução de Setembro”. AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 1555.

interior do Brasil; enquanto em contrapartida, observamos no DLP um enunciado partindo de “um lugar colonizador em que temos explicitado dizeres dominantes sobre a relação Brasil-Portugal”²⁹⁵. Isto é constatado a partir de outras palavras e conceitos expressos de maneiras diversas, tanto no DLB quanto no DLP, que evidenciam as diferenças de linguagem entre Portugal e um Brasil independente.

Em meados do século XIX, os estudos das línguas indígenas brasileiras, ou das chamadas línguas nacionais, ganhou espaço a partir da tentativa de firmar uma identidade nacional desvinculada da mãe pátria, ainda que o consumo da literatura portuguesa fosse encorajado como “modelos de bom uso da língua”²⁹⁶. Neste sentido, o uso comum da língua portuguesa, devido à insuficiência de lexical para a formação de uma “língua brasileira”²⁹⁷, deu continuidade ao uso em larga escala de dicionários produzidos em Portugal. Por isso, o DCLP expressa não somente os significados atribuídos a tais conceitos no final do século XIX em Portugal, quanto faz o mesmo no Brasil. Neste sentido, interpretamos o reconhecimento de duas nações distintas, porém com inegável conexão linguística. O próprio DCLP reconhece, neste contexto, a separação entre o *povo* português e o *povo* brasileiro ao atribuir significado ao conceito de povo.

Nesta investigação, observamos algumas alterações singelas no que concerne à evolução semântica dos conceitos, mas ainda assim significativas. O conceito de “revolução” enquanto descrito como somente fenómeno cíclico pelo DLP, apresenta já no DLB uma possível associação à mudança política, enquanto no DCLP o conceito foi claramente associado à política²⁹⁸. Para além disto, observamos que associado ao conceito de “nação” o DLB faz referência à raça e já associado ao conceito de “povo” relaciona seu pertencimento a uma nação. Isto indica que Em menos de duas décadas pode ser detetada uma evolução semântica de determinados conceitos, de modo que é possível correlacionar estas mudanças com uma nova conjuntura política e intelectual, juntamente com a tentativa de desvincular a “língua brasileira” da língua portuguesa,

²⁹⁵ GARCIA, Dantielli Assumpção. Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa?, p. 26-27.

²⁹⁶ CARMO, Laura Aparecida Ferreira. *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 50.

²⁹⁷ CARMO, Laura Aparecida Ferreira. *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*, p. 51.

²⁹⁸ Esta alteração de significado do conceito de revolução na História é retratada por Koselleck: “o sentido do termo foi reformulado, passando a indicar um conceito teológico de carácter histórico-filosófico, a par de uma segunda e nova significação como conceito de ação política, tornando-se, segundo nosso ponto de vista, o indicador de uma alteração estrutural”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, p. 103.

consequentemente legitimando a nação brasileira enquanto independente e firmando sua identidade nacional.

O DCLP apresenta duas outras mudanças significativas a respeito dos conceitos de *pátria* e *nação*. O dicionário engloba numa nação não só aqueles que vivem sob o mesmo regime, mas também aqueles que compartilham interesses. Já com relação à pátria, o dicionário não somente faz uma associação quanto à naturalidade, como acontece no DLP e no DLB, como acrescenta o sentido de Pátria do cidadão. Estas alterações representam as mudanças já mencionadas nesta investigação de carácter político, social e cultural. Observamos no DCLP uma constante associação política a determinados conceitos, de maneira mais clara e objetiva, em comparação ao DLP e ao DLB.

Quando fazemos uma análise do discurso dos periódicos com a identificação de tais conceitos, podemos interpretar as diferenças de uso e as diferentes associações que cada jornal faz, sendo possível, neste sentido, avaliar a intencionalidade por trás da mensagem transmitida. No que diz respeito ao contexto da independência política do Brasil, o *Revérbero*, por exemplo, pouco antes do Sete de Setembro, associa a *regeneração* à “Causa do Brasil” ou à “Causa da Pátria”, referindo o esforço dos “Brasilienses para recuperar a liberdade”, na medida em que “os Brasileiros humilhados, desprezados, e espoliados de suas riquezas, veem na Constituição o bálsamo regenerador que deve cicatrizar todas as suas feridas”²⁹⁹.

Já a moderada *Gazeta do Rio de Janeiro* afirma os sucessos da “Regeneração Política” do Brasil, como “Nação livre” num contexto anterior à Independência, e clama pela Assembleia Legislativa ao felicitar a posição do Príncipe contra o despotismo, e fazendo referência à “Soberana Nação Brasileira”, a fim de conservar a União com Portugal³⁰⁰. Interpretamos, portanto, que, diferentemente do *Revérbero*, que associa a regeneração do Brasil com sua liberdade, que seria garantida por uma Constituição, a *Gazeta* defende que esta regeneração já teria sido alcançada e que o Brasil já teria sua liberdade política, designadamente pela elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, de tal forma que sua independência ou a união dos reinos não alteraria seu *status* de nação livre. Contudo, a associação entre os conceitos de regeneração e liberdade podem ser observadas nos dois periódicos.

De modo similar, o *Regulador Brasílico-Luso* associa os dois conceitos: “Em todo o Brasil o amor da liberdade regeneradora, e o amor do Príncipe Regente estão no mesmo

²⁹⁹ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 9, 23 de julho de 1822, p. 111.

³⁰⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 98, 15 de agosto de 1822, p. 504.

grau de entusiasmo”³⁰¹. Esta sentença nos permite interpretar que, de acordo com o *Regulador*, a liberdade que concede a regeneração seria assegurada por D. Pedro, confirmando suas propriedades liberais moderadas.

Ainda que os jornais apresentem os mesmos conceitos, com os mesmos ou similares significados, conseguimos analisar suas diferentes associações de acordo com o perfil político de seus redatores e a intencionalidade de suas mensagens. Isto pode ser estudado a partir de outros conceitos, como os apontados acima, e em outros contextos. De acordo com Koselleck:

Somente os conceitos providos de duração, aptos a uma utilização reiterada em outros contextos, e que remetam a um referencial empírico – ou seja, conceitos de caráter estrutural – permitem que uma história que em seu momento foi dada como “real” possa ser hoje dada como possível e, com isso, ser representada³⁰².

4.2. “Brasil para brasileiros”: o anti-lusitanismo e a construção da identidade nacional

Ainda no contexto da Independência, *A Malagueta*, ao se dirigir aos leitores, referia-os como *portugueses*. Não raro observamos os periódicos mencionarem os “portugueses dos dois hemisférios”, tratando-se tanto dos naturais de Portugal quanto dos que nasceram em território brasileiro. Mesmo que houvesse um consenso antes da Independência de que todos pertenciam à “Grande Nação portuguesa”, a qual deveria ser mantida através da união dos reinos, havia de facto diferentes denominações atribuídas aos nascidos no Brasil. O *Revérbero* esclarece as diferentes denominações quando afirma:

Quando digo Brasileiros entendo geralmente os habitantes do Brasil, ou deste, ou de outro Hemisfério, reservando, a exemplo do nosso escritor Hipólito o nome – Brasiliense – para quando me for preciso falar dos filhos do Brasil; não faço diferença entre Europeu e Brasiliense, a todos amo, quando sei que se empenham pela nossa justa Causa³⁰³.

³⁰¹ *O Regulador Brasilico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 3, 7 de agosto de 1822, p. 21.

³⁰² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, p. 142.

³⁰³ *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 10, 30 de julho de 1822, p. 117.

Com base na declaração do *Revérbero*, observamos que “brasileiro” seria, portanto, uma denominação mais abrangente, como “portugueses”. Além de *brasilienses*, outros adjetivos são atribuídos aos “filhos do Brasil”, como *brasílica* e *brasiliana*. Estas denominações são comumente usadas, por exemplo, quando os periódicos clamam por uma “assembleia brasílica”. Assim, é possível interpretar que a separação entre o “ser português” e o “ser brasileiro” ainda não se apresentava plenamente no contexto da Independência.

Contudo, vale salientar as diferenças existentes e bem reconhecidas entre portugueses europeus e portugueses americanos, e mesmo entre os próprios portugueses americanos outras denominações eram associadas aos indivíduos que “expressavam as múltiplas identidades construídas ao longo do processo colonizador, nas diferentes regiões coloniais, como «paulistas», «pernambucanos», «bahienses», «filhos de Minas» ou ainda «patriotas»³⁰⁴. Todavia, *A Malagueta*, em uma das suas edições extraordinárias, faz um alerta à radicalidade política pouco antes da Independência:

bastarão as nossas fraquezas, e inépcias para animar os Ultraeuropeus a meter de novo mãos à empresa da recolonização: mas de tudo o que é deveras mais espantoso, e quase incrível, é que se nós aqui nos descuidarmos, não serão precisos os sustos de Forças, e Conquistas preconizadas na Europa, e talvez mesmo cá pela surdina para nos desorientar. [...] Ora eu não me persuado que os Ultraeuropeus que aqui há, já filhos da nossa família Luso Brasileira, se deixem levar a excessos que mergulhariam suas famílias em discórdia Civil, e Deus sabe que mais: muitos haverão destituídos de finura, de bom senso; mas doidos até esse ponto, não³⁰⁵.

O periódico afirma discordar tanto de “Ultraeuropeus” quanto de “Ultra Brasileiros”. Nota-se que, de modo interessante, o jornal escolhe a denominação de “Ultraeuropeus” ao invés de Ultraportugueses, por exemplo, mas segue com a denominação de “Ultra Brasileiros” àqueles que praticavam o amor à Pátria em excesso.

O patriotismo brasileiro do século XIX enquanto representado através do anti-lusitanismo e da exaltação da figura indígena já foram referidos anteriormente nesta investigação. A dissociação da figura portuguesa no Brasil e o distanciamento dos

³⁰⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack braziliense*, nº 1, 2005, p. 15. Sobre como surgiu o termo “brasileiro” ver ainda, p. 16.

³⁰⁵ *A Malagueta*. Rio de Janeiro, edição extraordinária nº 1, 31 de julho de 1822, p. 7.

portugueses como estrangeiros demonstram tentativas de impulsionar a legitimação da identidade nacional brasileira. Esta afirmação pode ser interpretada a partir das inúmeras críticas feitas pela imprensa a D. Pedro I no tocante à sua incapacidade de se mostrar “verdadeiramente” brasileiro, evidenciando em conjunto a rivalidade entre brasileiros e portugueses³⁰⁶. É neste contexto que *O Repúblico* afirma pouco antes da abdicação de D. Pedro I:

Pela primeira vez temos um ministério todo de filhos do Brasil, e com tal fortuna que todos são Brasileiros de coração, e três do norte e três do sul: os interesses, portanto, do governo atual devem ser brasileiros, e firmados os senhores ministros no axioma de que o *Brasil é dos Brasileiros*³⁰⁷.

Inicialmente, a diferenciação entre portugueses e brasileiros não era condicionada à naturalidade, dependendo em conjunto de vertentes políticas, sociais e económicas. Portanto, os “portugueses” eram “em um primeiro momento aqueles que, tendo ou não nascido em Portugal, se opuseram à solução política consubstanciada na figura de D. Pedro I”³⁰⁸. Posteriormente, o anti-lusitanismo se difundiu nos grupos contrários ao governo de D. Pedro, alastrando-se aos grupos de comerciantes, com forte presença portuguesa, fora dos grupos dominantes, nomeadamente no comércio varejo e entre os caixeiros. A historiadora Gladys Ribeiro demonstra a rivalidade entre portugueses e brasileiros em meados de 1821, representada pela imprensa, de acordo com os periódicos: “se o Brasil era «Terra de Macacos, de Pretos, e de Serpentes», similarmente Portugal era «Terra de Lobos, de Galegos, e de Raposas»”³⁰⁹.

Os conflitos entre brasileiros e portugueses se intensificaram após a Independência, com a figura portuguesa sendo associada ao absolutismo e à tirania. A naturalidade, no entanto, continuava por não ser um fator determinante, na medida em que o posicionamento político delimitava antes o “ser brasileiro” e o “ser português”. Introduzia-se, neste sentido, a necessidade de criar uma identidade brasileira que se desassociasse da “mãe pátria”, processo exibido por historiadores como Gladys Ribeiro

³⁰⁶ ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. Em: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, p. 368.

³⁰⁷ *O Repúblico*. Rio de Janeiro, nº 50, 26 de março de 1831, p. 231.

³⁰⁸ ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente, p. 372.

³⁰⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, p. 82.

através dos periódicos e dos discursos proferidos na Assembleia Constituinte. Foi ao longo do Primeiro Reinado que esta construção foi traçada, com a tentativa de criar uma cidadania brasileira pautada na Monarquia Representativa, na centralização do poder oriunda do Rio de Janeiro, na fidelidade ao Príncipe e na Constituição³¹⁰.

Ainda assim, o anti-lusitanismo e as diretrizes fluídas acerca das condições para a consolidação do indivíduo como “ser brasileiro” ou “cidadão brasileiro” perdurariam ao longo de toda a história imperial. Durante o período inicial da Regência, por exemplo, o anti-lusitanismo “persistia como cimento para fundar o ser brasileiro”, com novos aspectos acerca da “posição dos indivíduos naquela sociedade de forma mais clara”³¹¹. Em contrapartida, no contexto da Guerra do Paraguai os sentimentos nacionais e o patriotismo inflado foram condicionados e limitados pela escravidão e as questões acerca dos direitos de cidadania. José Murilo de Carvalho aponta que durante a República o jacobinismo “tentou mobilizar o patriotismo no Rio de Janeiro”, levando a diversos ataques aos portugueses, que constituíam 20% da população na capital, entre eles comerciantes, banqueiros e operários³¹².

Neste sentido, se em 1822 *O Regulador Brasilico-Luso* afirmava: “O Brasil não quer separação de Portugal, mais de uma vez se tem dito isto, o que o Brasil não quer é receber leis de Portugal”³¹³; e, em 1831, o *Diário Fluminense* ressaltava: “Que mudanças para melhor não apresenta o nosso mundo político! Um governo eminentemente Brasileiro substitui outro absolutamente Português, e sempre avesso à nossa progressiva felicidade!”³¹⁴, fazendo referência aos “verdadeiros filhos da Pátria” e aos “estrangeiros mercenários”; em 1889, *O País* repudiava os portugueses que queriam “fazer papel de nobres senhores em solar de aldeia”, pedindo por neutralidade política quando se tratava de estrangeiros:

Frequentemente se escreve e diz na sociedade brasileira que o estrangeiro não pode intervir na política do país nem se envolver em questões de caráter puramente nacional. [...] É obrigação, por conseguinte, do todo o estrangeiro

³¹⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, p. 112.

³¹¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p. 9.

³¹² CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 29.

³¹³ *O Regulador Brasilico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 4, 14 de agosto de 1822, p. 44.

³¹⁴ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 90, 25 de abril de 1831, p. 361.

manter-se nos limites que esta qualidade lhe impõe, não dando lugar a divergências de opiniões e excitação de ânimos entre os nacionais³¹⁵.

Estas posições demonstram a força implementada pela imprensa em repudiar a interferência estrangeira na política brasileira, nomeadamente a portuguesa, tendo em vista a história partilhada pelas duas nações. Isto é, este sentimento nacionalista radical brasileiro pode ser associado a uma releitura de sua história colonial, incentivada pelos movimentos nacionalistas do século XIX. A nacionalidade portuguesa, portanto, estaria imediatamente sujeita a associações que remetiam à seu passado colonialista e suas relações seriam distintas de acordo com os diferentes grupos políticos. O Brasil, qual tela em branco, representava inúmeras possibilidades, constantemente com uma aura de futura prosperidade e sucesso político e económico, como uma eterna promessa.

Estas tentativas de assegurar o controlo político nas mãos de “verdadeiros brasileiros” fazem parte de uma conjuntura de ações que englobaram as iniciativas no processo de formação de uma identidade nacional e de uma nação bem-sucedida. Este e outros aspetos, como a marcante presença portuguesa entre os comerciantes, evidenciam ainda o questionamento constante acerca do papel representado pelos portugueses na sociedade brasileira e o impacto causado nas tentativas de constituição da nacionalidade. Tudo o que foi abordado até aqui acerca da relação entre brasileiros e portugueses ao longo do século XIX, no contexto de construção do Estado nacional e da nacionalidade, revela que esta é uma temática que pode, e deve, ser mais bem estudada e debatida.

4.3. As divergências identitárias liberais e conservadoras

Ao longo da história imperial brasileira, o embate de ideais políticos parecia tomar outra proporção à medida que a identidade nacional permanecia ligada às subjetividades políticas. Do ponto de vista liberal, vemos um Brasil recém-liberto do controlo político português, e que seguia buscando exercer plenamente sua liberdade como nação independente. Consequentemente, encontramos uma identidade nacional em formação, moldada a fim de extinguir influências estrangeiras, de modo a estabelecer e conhecer uma nação verdadeiramente livre e independente. Já na perspetiva conservadora, a liberdade da nação seria assegurada pelas instituições e, acima de tudo, pelo Império. A

³¹⁵ *O País*. Rio de Janeiro, nº 1758, 31 de julho de 1889, p. 3.

ligação com os portugueses, por sua vez, seria reflexo de uma relação quase parental para com aqueles que teriam introduzido o Brasil na civilização e na ordem, segundo os padrões sociopolíticos europeus. Ao considerarmos um grupo conservador, conseguimos correlacionar aspectos como ordem, Império e as instituições públicas como fundamentos do nacionalismo, ou, ao contrário, sob uma perspectiva liberal, correlacionamos aspectos como a liberdade, a independência e a Constituição como tais fundamentos.

Ao observamos a seguinte afirmação do *Regulador Brasílico-Luso*, pouco após a Independência, identificamos a ideia do respaldo na Constituição ao longo do processo de formação da nação, a partir da “Liberdade Nacional”: “O Brasil acaba de tomar a sua posição Natural, deu este salto, que é próprio dos Gigantes, e se classificou na ordem dos Impérios, esperando que a Constituição seja o penhor de sua firmeza”³¹⁶. Sob perspectiva conservadora, observamos, em contrapartida, o *Diário Fluminense* questionar: “Sem Pedro, e sem Lei, o que seremos?”³¹⁷. Esta indagação vai ao encontro da ideia conservadora de manutenção da ordem, a fim de assegurar a liberdade e a prosperidade nacionais, como defende *O Brasil*: “governo é ordem, ordem é liberdade”³¹⁸.

Segundo o viés republicano, os ideais liberais radicais e a “aspiração republicana” eram gerais na nação brasileira mesmo antes da abolição do sistema escravista, como afirmou a *Gazeta de Notícias*, que correlacionou a expansão liberal ao despertar da nacionalidade: “Era o despertar da nacionalidade brasileira, ansiando por ver terminado o domínio da dinastia de Bragança, e de uma tirania três vezes secular”³¹⁹.

Em suma, é possível observar diferentes interpretações da nacionalidade brasileira e de uma identidade nacional de acordo com os diferentes ideais políticos. As divergências identitárias entre liberais e conservadores fazem parte da construção de uma identidade nacional plural e multifacetada, que abrange diferentes interpretações. Tais divergências substanciais criaram, no entanto, um afastamento entre estes dois grupos. Este afastamento superou, por vezes, os elementos identitários nacionalistas que os uniam.

³¹⁶ *O Regulador Brasílico-Luso*. Rio de Janeiro, nº 13, 16 de outubro de 1822, p. 191.

³¹⁷ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 58, 14 de março de 1831, p. 230.

³¹⁸ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 278, 5 de julho de 1842, p. 3.

³¹⁹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 20, 20 de janeiro de 1889, p. 3.

4.4. Identidade nacional – Monarquia *versus* República

A questão da nacionalidade ao longo do período de construção do Estado Nacional se caracterizava pelo seu processo de formação, com vertentes distintas segundo diferentes ideais políticos e partidários. Neste contexto, coloca-se a questão: a identidade nacional partiria estritamente do indivíduo e seus parâmetros não estatais ou esta identidade estaria antes ligada ao Império/Monarquia? Ao refletir sobre esta temática, será possível interpretar se para aqueles que compunham a elite letrada de Oitocentos, a qual refletia sobre a nacionalidade, a nação poderia ser equivalente a Império.

Em conformidade com os novos aspectos políticos e sociais do século XIX, a nação seria superior à dinastia ou ao divino, portanto, a partir das revoluções liberais, a soberania passaria a ser atribuída ao povo. Assim, o historiador Eric Hobsbawm afirma que os reinos dinásticos precisariam se adaptar, pois todos os fatores que sustentavam sua soberania residiam agora enfraquecidos³²⁰. Esta adaptação demandaria um equilíbrio entre o investimento no patriotismo estatal e o nacionalismo fundamentado na língua, território ou historicidade, gerando uma padronização facilmente reconhecível pelos indivíduos³²¹.

No caso brasileiro, a centralização política e administrativa dos territórios seria vital para a manutenção de um governo sólido, isso explicaria o motivo pelo qual a forma governativa da Monarquia no pós-independência teria feito mais sentido do que as propostas republicanas federalistas presentes por toda a América Latina no século XIX³²². Ao contrário do modelo monárquico, o republicanismo defendia o governo como representante do povo, um governo que teria sido predestinado a guiar a população. Diferentemente da Monarquia, a República teria como alicerce “um amor da convivência política”³²³, ao manter a integração política e social, que, por sua vez, resultariam na pátria.

Antônio Manuel Hespanha refere que, ainda assim, a naturalidade permaneceria como fator importante no que concerne à nacionalidade, de modo que o lugar de nascimento seria combinado com outros fatores como a cidadania e a virtude para dar

³²⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 105.

³²¹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 107-114.

³²² DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 12.

³²³ HESPANHA, Antônio Manuel. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, 2003, p. 99.

lugar ao amor à pátria³²⁴. Neste sentido, surgiria um governo mais palpável, livre do misticismo e apoiado nas propriedades eletivas, governo esse que permitiria espelhar e formular as questões nacionais através do voto³²⁵.

Pouco antes da abdicação de D. Pedro I, o *Diário Fluminense* afirmava: “Não há Brasileiro, digno deste nome, que não esteja disposto a sustentar a Constituição, e o Trono com todas as suas forças”³²⁶. Pode-se interpretar, a partir desta afirmação, a forma como a imprensa áulica enxergava a relação entre a “brasilidade” e a defesa da Monarquia. Por outro lado, *A Aurora Fluminense* não hesitou em criticar a posição do periódico *O Republico*, enquanto liberal radical inclinado ao modelo republicano de governo, segundo ela: “sua linguagem tendente a dividir os Brasileiros em republicanos e monarquistas, aproveita aos restauradores que só podem ter esperanças de vencer se nos fracionarmos em partidos”³²⁷. Podemos interpretar, neste sentido, que o periódico priorizava a defesa de uma nacionalidade unida, repudiando a polarização entre monarquistas e republicanos, mesmo que fosse a favor da Monarquia Representativa, como demonstra na edição seguinte: “Vamos com a lei, com a monarquia representativa, com a liberdade regrada, e caminharemos na estrada dos progressos sem perigo de retrogradar”³²⁸.

Décadas depois, quando o modelo republicano crescia na imprensa e nas ruas, o periódico *A República* afirmava, em 1870, que a monarquia resultaria na fragmentação do Brasil: “a monarquia sempre suspeitosa, elevando os interesses dinásticos acima dos interesses da nação; a monarquia com a sua centralização esmagadora é que trará como final resultado a divisão das províncias”³²⁹. *A Gazeta de Notícias* também fez críticas à monarquia, já em 1889, dessa vez enquanto destrutiva para a “alma brasileira”: “a alma brasileira ainda não está morta; a lama imperial ainda não conseguiu afogá-la”³³⁰.

Ainda que no início do processo de formação do Estado nacional fosse possível correlacionar a identidade brasileira com o Império e com o “Filho querido do Brasil”³³¹, D. Pedro II, ao longo da história imperial é possível notar que esta identidade não estava intrinsecamente ligada à monarquia. A monarquia enquanto ferramenta de auxílio no

³²⁴ HESPANHA, António Manuel. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo, p. 100.

³²⁵ Hobsbawm refere que a democratização política possibilita a interpretação daquilo que o cidadão considera como “nação” e como “sua nacionalidade”. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 105.

³²⁶ *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 65, 23 de março de 1831, p. 263.

³²⁷ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 939, 1 de agosto de 1834, p. 3421.

³²⁸ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 940, 4 de agosto de 1834, p. 3425.

³²⁹ *A República*. Rio de Janeiro, nº 4, 10 de dezembro de 1870, p. 1.

³³⁰ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 284, 10 de outubro de 1889, p. 2.

³³¹ *O Propugnador da Maioridade*. Rio de Janeiro, nº 1, 19 de maio de 1840, p. 1.

processo de formação e reconhecimento da nacionalidade brasileira, certamente não se mostrava parte inerente da identidade nacional. Esta afirmação também pode ser interpretada a partir das discussões da imprensa acerca da soberania nacional. *A Aurora Fluminense*, por exemplo, ressalta que a soberania reside na Nação, e não no Império: "Declarado assim o voto do Povo na apresentação de Procuradores reformistas, o resultado da consulta destes é só o que pode considerar-se a expressão da vontade geral, salva sempre a Soberania, que essencialmente reside na Nação"³³². Anos depois, o periódico *A Reforma* afirmava o mesmo: "Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo"³³³.

4.5. A imprensa e as distinções entre identidade nacional e identidade regional

Ao considerarmos o processo de formação de uma identidade nacional brasileira, torna-se necessário compreender as distintas identidades que residiam (e ainda residem) dentro desta formação. Isto é, se ao longo do processo colonizador eram denominados portugueses americanos aqueles que residiam em terras coloniais portuguesas na América, os residentes das diferentes regiões coloniais não deixavam de ser destacados, como "paulistas", "pernambucanos" e "bahenses", segundo Ilmar Mattos³³⁴. A partir da manutenção da unidade territorial e da organização do Brasil independente com o processo centralizador do Rio de Janeiro, novas diretrizes políticas, sociais e culturais são emanadas da Corte para o restante território brasileiro, como já discorrido neste estudo. Ainda assim, essa "expansão para dentro"³³⁵ não apagou as diferenças regionais que caracterizavam os "paulistas" ou os "pernambucanos". Não somente uma distinção geográfica diferenciava estes grupos, também eram distintas suas inclinações políticas e partidárias, além, claro, de suas particularidades socioculturais, de acordo com a região em que viviam.

O reconhecimento da pluralidade de nações dentro da Nação brasileira pode ser interpretado a partir desta afirmação do *Brasil*, no contexto das Revoltas Liberais de 1842: "Essa revolta foi preparada com muita antecedência pelo que se empenharam em opor a

³³² *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 948, 25 de agosto de 1834, p. 3452.

³³³ *A Reforma*. Rio de Janeiro, nº 283, 15 de dezembro de 1870, p. 3.

³³⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política, p. 15.

³³⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho, p. 24-25.

nacionalidade paulistana à *nacionalidade* brasileira”³³⁶. Assim, *O Brasil* não apenas reconhecia as distintas identidades que se complementavam à identidade nacional, como admitia que os interesses regionais poderiam se opor aos interesses “nacionais”.

Mais tarde, no contexto da proclamação da República, em 1889, a *Gazeta de Notícias* discorria sobre uma já existente nacionalidade brasileira em 1822, que permanecia unida mesmo diante da divisão territorial:

Os descendentes dos portugueses têm progredido desde que lhes coube a responsabilidade da direção da nacionalidade, tal qual ela existia já em 1822, isto é, unificada pela origem, pela língua e pela religião, pela invencível força das coisas, apesar das divisões políticas do território, capitanias ou províncias, datando três séculos³³⁷.

De acordo com o periódico, é possível interpretar que a união se sobrepõe às diferenças regionais através de fatores culturais como a história, a língua, a religião. Segundo Hobsbawm, estes são critérios frequentemente abordados nas tentativas de explicar a união de diferentes grupos que compõe uma nação³³⁸. Ainda assim, as problemáticas envolvidas em tais critérios como definitivos e fundamentais na integração nacional foram debatidas pelo próprio historiador, que não deixava, todavia, de reconhecer sua relevância na formação de uma identidade nacional.

Movimentos marcantes como a Revolução Farroupilha, a Revolução Pernambucana, a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana demonstram que diversas vezes a ideia de uma Nação brasileira, com interesses nacionais acima dos interesses regionais, não constituía força o suficiente no imaginário popular de diferentes regiões. Contudo, a expansão para dentro e o processo de formação do Estado-nação e da identidade nacional brasileira obtiveram êxito na constituição da Nação. Vale ressaltar que este processo foi assegurado pela associação entre Império do Brasil e Nação brasileira³³⁹.

³³⁶ *O Brasil*. Rio de Janeiro, nº 290, 2 de agosto de 1842, p. 1.

³³⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, nº 316, 12 de novembro de 1889, p. 1.

³³⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 14.

³³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*, p. 26.

Conclusão

A partir desta investigação foi possível interpretar o despertar de uma imprensa muito segura com relação aos seus ideais, juntamente com o entusiasmo nacionalista e patriota graças às novas referências políticas do século XIX. Observamos, inicialmente, o senso de dever para com a nação, que durante algum tempo permaneceu como a “Grande Nação Portuguesa”, assim como a campanha voltada para a união dos dois reinos com o intuito propagado pelos jornais de preservar os interesses brasileiros e portugueses. Em conjunto, identificamos o crescimento da “Causa do Brasil” e o florescimento do patriotismo.

Contudo, aos poucos, observamos o processo de formação da nação brasileira e de uma identidade política bem representada pelos periódicos, com um discurso bem delineado, fazendo uso de conceitos específicos de modo a criar uma mensagem com intencionalidade clara. É inegável a participação efetiva da imprensa ao longo deste processo e suas diferentes contribuições para a identificação de um “ser brasileiro” posteriormente livre e independente da “mãe pátria”. Ora, singularmente, segundo Marco Morel, a história da imprensa brasileira se entrelaça à construção de uma “ordem nacional”, considerando os apenas catorze anos que “separam o surgimento da imprensa periódica da proclamação da Independência do Brasil”³⁴⁰. Por meio dos periódicos podemos obter uma compreensão mais abrangente da construção do Estado-nação, além do surgimento de uma Monarquia brasileira enquanto situação única em meio à hegemonia republicana na América Latina. Aliás, a Monarquia foi, durante muito tempo, representada pelos periódicos como “remédio da pátria”. Ao longo do estudo deste processo singular na América durante o processo de construção de uma identidade nacional, é possível interpretar uma correlação entre “pátria” e “império” propagada pelos periódicos do Rio de Janeiro, principalmente na primeira metade do século XIX.

Os diferentes contextos e eventos determinantes para a história do país impulsionaram diferentes discursos proferidos por uma imprensa com claras inclinações partidárias, tendo em vista os diversos colaboradores dos periódicos como agentes políticos ativos. Desse modo, a relação entre a política e a imprensa, durante o período imperial brasileiro, foi de suma importância para o processo de formação identitária e do reconhecimento dos aspetos que compunham a nacionalidade. A expressão da

³⁴⁰ MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica, p. 636.

nacionalidade brasileira no decorrer de sua formação, nomeadamente nas primeiras décadas após a independência política do país, estava entrelaçada ao antilusitanismo explícito não somente na imprensa, como nas ruas. A abdicação de D. Pedro I indicava a etapa final para a constituição de um Império verdadeiramente independente, livre e, acima de tudo, brasileiro.

Um imperador brasileiro, por si só, não asseguraria, no entanto, uma nação consolidada e próspera entre as demais nações ocidentais. Muitas vezes considerado um período pacífico e monótono por sua longa duração, o Segundo Reinado foi, muito pelo contrário, um período conturbado, alguns de seus desafios foram: unificar distintas identidades regionais; aliviar as tensões partidárias; conter revoltas populares; travar uma guerra avassaladora para um império recém-formado. Paralelamente, o governo de D. Pedro II lutava para manter um sistema escravista repudiado e condenado por todo o Ocidente, sendo o Brasil o último país da América a abolir a escravidão. O país apresentava, no entanto, uma pequena parcela populacional letrada que emanava as diretrizes e os aspetos “nacionais” com diversas discussões acerca de cidadania e liberdade. A partir desse distinto cenário, as questões relacionadas ao processo de formação da identidade nacional englobam diversas e profundas camadas que precisam ser mais estudadas e debatidas.

Gradualmente, a nacionalidade se desassociou do Império e prosseguiu seu processo de formação abraçando as ideias republicanas na tentativa de constituir uma “nova nacionalidade brasileira”. Após a abolição da escravidão, o Brasil passou a receber inúmeros imigrantes europeus, os quais ajudariam a reconstruir a nação. Seriam os preciosos recursos naturais e a grandeza do país que garantiriam a prosperidade da nova nação.

Ao rever os objetivos estabelecidos para esta investigação, podemos constatar que as questões relacionadas ao perfil dos periódicos foram abordadas partindo de suas características ideológicas e da participação dos redatores na esfera política. A conexão dos redatores com o partido liberal ou conservador pôde ser verificada em quase todos os periódicos selecionados para esta investigação, assim como a presença de jornais oficiais como a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Diário Fluminense*. O estudo das características atreladas aos jornais e um conhecimento detalhado do perfil dos redatores, proporcionados sobretudo pela obra de Nelson Sodré³⁴¹, tornaram possível compreender

³⁴¹ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*.

as nuances das interpretações dos eventos mais marcantes do Brasil oitocentista pela imprensa do Rio de Janeiro.

Os momentos-chave da história política do Brasil imperial ditavam o tom utilizado pela imprensa ao promoverem os discursos que melhor sintetizavam as necessidades “nacionais” e como os brasileiros deveriam apoiar a nação em determinadas circunstâncias. Diante do discurso proferido pela imprensa ao longo do século XIX, foi possível interpretar as influências destes eventos na formação e na consolidação da identidade nacional brasileira, como a abdicação de D. Pedro I e a consequente afirmação de “liberdade nacional” e na esperança de prosperidade de um governo “verdadeiramente brasileiro”.

Neste contexto, foi possível identificar e interpretar as diferenças e convergências entre a concepção da identidade nacional, sob a perspectiva liberal progressista e sob a perspectiva liberal conservadora, confirmando um partidarismo sobressalente. Estas diferenças contribuíram ainda para a verificação de uma identidade nacional ligada ou não ao Império e a Monarquia. Neste sentido, confirmou-se uma associação entre o Império e a nação, ou mesmo a nacionalidade, logo nas primeiras décadas após a Independência, ideia apresentada anteriormente por Ilmar Mattos³⁴². Tanto o Império, quanto D. Pedro I, eram retratados pelos periódicos como parte intrínseca da nacionalidade brasileira e parte da identidade da nação. Contudo, esta correlação não durou muito tempo. Começando pela imprensa liberal progressista, logo a ideia de Soberania do Povo se alastraria pelos periódicos e pelas ruas da capital, ressignificando as interpretações e representações da identidade nacional brasileira.

Outra questão fundamental para esta investigação estava relacionada às representações e diferenciações de “portugueses” e “brasileiros”. Isto poderia ser verificado a partir da identificação dos conceitos associados a ambas nacionalidades. A diferenciação entre as duas nacionalidades ocorreu gradualmente, de modo que inicialmente a naturalidade não se provou fator essencial. Muitas vezes, a ligação do indivíduo ao Partido Brasileiro ou ao Partido Português demonstrava melhor seus interesses e o seu comprometimento à “Causa do Brasil”. Ainda assim, esta investigação contribuiu para a interpretação de um antilusitanismo presente ao longo do século XIX no Brasil. A urgência de afirmar a nacionalidade brasileira foi de encontro à forte presença

³⁴² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política, p. 26.

portuguesa no país, nomeadamente no Rio de Janeiro, ocasionando a urgência de demonstrar o controlo da nação pelos “verdadeiros brasileiros”.

Esta investigação colaborou ainda para o estudo dos conceitos associados à identidade nacional, segundo a imprensa do século XIX. Constatou-se que ao longo do período de construção do Estado nacional os conceitos relacionados à nação e à nacionalidade, como *pátria*; *regeneração*; *soberania*; *revolução*; *povo*; e *liberdade*, demonstraram uma evolução semântica singela, mas significativa. A evolução e ressignificação dos conceitos evidenciou que se antes os conceitos apresentavam significados literais, relacionados à natureza do conceito, mais para o fim do século XIX conceitos como *revolução* e *povo*, apresentavam significados ligados à política.

Por fim, foi possível confirmar se os periódicos distinguem identidade nacional e identidade regional. Corroborando com a visão de Ilmar Mattos na interpretação de uma “expansão para dentro”³⁴³, no que concerne à construção do Estado-nação, esta investigação demonstrou o reconhecimento de um país multifacetado. Este reconhecimento foi constantemente representado pelos periódicos, que por vezes temiam, e com razão, que as identidades regionais poderiam sobrepor-se à identidade nacional. O projeto centralizador e a constituição da nação brasileira com a manutenção da unidade territorial, saíram vitoriosos.

Este longo e contínuo processo de formação de uma identidade nacional brasileira representado pela imprensa é fundamental para o estudo e compreensão da História do Brasil, de maneira a fornecer grande contributo ao conhecimento de quem fomos e de quem somos. Muitas outras fontes e outros eventos poderiam ser interpretados nesta investigação para uma análise mais completa do processo de formação identitário. Outras análises, considerando as perspetivas da imprensa de outras regiões do Brasil, ajudariam a preencher as lacunas deixadas por esta investigação, tendo em vista a comunicação constante entre os periódicos de diferentes províncias e os eventos que ocorreram em distintas partes do país. Sob outra perspetiva, considerando a continuidade do processo de formação da identidade nacional, esta investigação abre portas para outros projetos que possam interpretar estas nuances ao longo de períodos distintos e mais recentes. Ou ainda, uma investigação que se debruçasse nas representações da identidade nacional na literatura poderiam dialogar com as interpretações apresentadas nesta análise. Sendo

³⁴³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho, p. 24-25.

assim, a construção da nacionalidade e da identidade nacional brasileira pode ser estudada sob diferentes perspectivas, que não exclusivamente a política.

Em última análise, esta investigação procurou demonstrar a complexidade da formação identitária brasileira e as profundas camadas que englobam este processo. Proporcionando um debate mais amplo sobre a formação da identidade brasileira, dentro e fora das universidades, é possível contribuir para a difusão igualitária do conhecimento, e do reconhecimento, além da compreensão de uma nação que abriga inúmeras nações.

Fontes Hemerográficas

Aurora Fluminense (A). Rio de Janeiro, 1828-1834.

Brasil (O). Rio de Janeiro, 1840-1842.

Brasil Histórico (O). Rio de Janeiro, 1864-1865.

Constitucional. Rio de Janeiro, 1864.

Diário Fluminense. Rio de Janeiro, 1825-1831.

Espectador Brasileiro (O). Rio de Janeiro, 1825.

Farol Constitucional. Rio de Janeiro, 1842.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1888-1889.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1822.

Malagueta (A). Rio de Janeiro, 1822.

País (O). Rio de Janeiro, 1888-1889.

Propugnador da Maioridade (O). Rio de Janeiro, 1840.

Reforma (A). Rio de Janeiro, 1870.

Regulador Brasílico-Luso (O). Rio de Janeiro, 1822.

República (A). Rio de Janeiro, 1870.

Repúblico (O). Rio de Janeiro, 1831.

Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro, 1822.

Semana Ilustrada. Rio de Janeiro, 1864-1870.

Sentinela da Monarquia. Rio de Janeiro, 1840-1842.

Sete de Abril (O). Rio de Janeiro, 1834.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMARAL, Alex Lombello. *Entre armas e impressos. A revolta de 1842 em Minas Gerais*. Juiz de Fora; Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Tese de Doutorado em História.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

- ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1823-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural / SR-3, 2002.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / FAPERJ, 2000.
- BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Tese de Doutorado em História Social.
- _____. Revolta e cidadania na corte regencial. *Tempo*. Niterói, vol. 11, nº 22, 2007, p. 31-57.
- BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-119.
- BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Os apelos nacionais nas Cortes Constituintes de Lisboa (1821/22). Em: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 181-208.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. Em: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- CAMPOS, A. P.; MOTTA, K. S.; RIBEIRO, G. L.; SIQUEIRA, K. S. (org.). *Entre as Províncias e a Nação. Os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. Em: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanita, 2015, p. 114-136.
- CARMO, Laura Aparecida Ferreira. *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.
- CARVALHO, José Murilo. *Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____ (org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- COSER, Ivo. *O pensamento político dos liberais: o conceito de americanismo na construção do Estado brasileiro*. São Paulo: Perspetivas, 2010.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). Em: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015. Dissertação de Mestrado.
- FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Tese de Doutorado em História Social.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Dissertação de Mestrado em História.
- FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. João Soares Lisboa contra a Bonifácia: a experiência hispano-americana durante o exílio contra o “Despotismo Tugal”. *Outros Tempos*. Vol. 19, n.º 33, 2022, p. 193-229.

- FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. O princípio da moderação e a condenação de João Soares Lisboa na Bonifácia: a interpretação de Mello Moraes na obra *A Independência e o Império do Brasil* (1877). Em: RIBEIRO, Gladys Sabina; MARTINS, Ismênia de Lima; FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz (org.). *O Oitocentos sob novas perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 253-274.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade: Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004. Tese de Doutorado em História.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A Ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.
- GARCIA, Dantielli Assumpção. Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? *Fragmentum*. Rio Grande do Sul: UFSM, 2010, n° 26, p. 13-28.
- GOMES, Jônatas Roque M. “*Novo Pacto Social*”: *Constitucionalismo e Contratualismo no processo de construção da nação no Brasil (1820-1831)*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2018.
- GUERRA, François-Xavier. “La identidad republicana en la época de la independencia”. Em: SANCHES GOMES, Gonzalo (comp.). *Museo, memoria y nación*. Bogotá. Museo Nacional de Colombia, 2000, p. 253-283.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1988, n° 1, p. 5-27.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *O Brasil Monárquico: O Processo de Emancipação*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, tomo II, vol. 3, 2003.

- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec / Ed. Unijuí / FAPESP, 2003.
- _____. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2005.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). Em: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.
- JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, p. 1-17.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2005, vol. 20, fasc. 57, p. 27-38.
- JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires. *A Imprensa em Guerra. O imaginário e as identidades produzidas nas caricaturas da imprensa ilustrada brasileira e paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*. Rio de Janeiro: Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Dissertação de Mestrado.
- JÚNIOR, Nelson Ferreira Marques. Áulicos e a elite intelectual na corte fluminense (1823-1831). *Veredas da História* [online]. 2015, vol. 8, nº 2.
- JUNIOR, Zigomar Baroni. *Trajetória político-militar de Fructuoso Rivera e as missões (1811-1828)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Dissertação de Mestrado.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*. 1992, vol. 5, nº 10, p. 134-146.
- _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006.
- _____. *Estratos do Tempo. Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2014.

- KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2005, p. 52-61.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEME, Marisa Saenz. Concepções de Estado de João Soares Lisboa: divergências conceituais no campo “liberal-radical” num “Ano Constituinte”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IUC, 2ª Série, 2022, vol. 40, p. 139-160.
- LEME, Marisa Saenz. Federalismo e posturas confederativas no discurso político do Brasil independente: as concepções dos escritos de Frei Caneca. *Almanack*. 2017, vol. 15, p. 214-244.
- LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 467-497.
- _____. *Cores, marcas e falas – a polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821- 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LOBO, Judá Leão; PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A imprensa do Segundo Reinado no processo político constitucional: Força moral e opinião pública. *Revista da Faculdade de Direito*. Curitiba: UFPR, 2014, vol. 59, nº 1, p. 179-206.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*. Guarulhos, nº 10, 2015, p. 314-334.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências*. Rio de Janeiro: Atual, 2000.
- MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 12, nº 3, 2008, p. 263-270.

- MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MARSON, Izabel Andrade. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. Em: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 73-101.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 13-51.
- _____. Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*. São Paulo: USP, 2005, nº 1, p. 8-26.
- _____. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Universidade do Porto, 2004, vol. 2, p. 727-736.
- _____. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec / INL, 1987.
- MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 15-37.
- FRÉDERIC, Mauro. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MELLO, Evaldo Cabral (org.). *Um imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MOREL, Marco. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. Em: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, p. 181-204.
- _____. Independência no papel: a imprensa periódica. Em: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 617-636.
- _____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

- _____; BARROS, Mariana Monteiro (org.). *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- _____. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- MOTA, Isabela Moura. Sátira do cotidiano na capital do império: as caricaturas de costumes nos primeiros anos da *Semana Ilustrada* (1860-1864). *VII Simpósio Nacional de História Cultural*. São Paulo: USP, 2014, p. 1-12.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império. Nabuco de Araújo: Sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1897.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Entre a Europa e a América: o ser brasileiro no processo de independência do Brasil. Em: LOUREIRO, Márcia (org.). *As Singularidades da Independência do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2022, p. 15-45.
- _____. Nas Margens do Liberalismo: Voto, Cidadania e Constituição no Brasil (1821-1824). *Revista de História das Ideias*. Coimbra: 2019, vol. 32, n.º 2, p. 55-77.
- _____. A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*. Rio de Janeiro, 2009, n.º 8, p. 1-17.
- _____. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência, 1820/1822*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (org.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: EDUSP, 2022.
- _____. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: USF, 1999.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a História e a imprensa: breve história da imprensa e as origens da Imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*. Rio Grande, 2011, p. 125-142.
- PEIXOTO, Rafael Cupello. “Tradicionalistas” x “Conservadores”: uma disputa palaciana na Corte de D. Pedro I. Em: CAMPOS, A. P.; MOTTA, K. S.; RIBEIRO, G. L.; SIQUEIRA, K. S. (org.). *Entre as Províncias e a Nação. Os diversos*

significados da política no Brasil do Oitocentos. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 55-84.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Vantuil; RIBEIRO, Gladys Sabina. O Primeiro Reinado em revisão. Em: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137-173.

PEREIRA, Renan Rivaben. *Semana Ilustrada, o moleque e o dr. Semana: imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º Reinado*. São Paulo: UNESP, 2015. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História*. 2016, vol. 35, p. 1-21.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O País e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição, Rio de Janeiro 1884-1888*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. Tese de Doutorado.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

_____. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2015.

_____. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2006, nº 3, p. 69-80.

_____. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. São Paulo: USP, 2003. Tese de Doutorado.

PONTES, Evandro Fernandes de. *Os Pilares da Independência do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

QUEIROZ, Tatiane Rocha. Justiniano José da Rocha e o periódico O Brasil. *ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013, p. 1-14.

- RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p. 1-22.
- _____. Nação e cidadania nos jornais cariocas na época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. Em: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-238.
- _____. Os portugueses na formação da nação brasileira: o debate historiográfico desde 1836. *Ler História*. Lisboa, 2000, n.º 38, p. 103-123.
- _____. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 1997.
- RIBEIRO, Lavinia Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil – 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822 (com um breve estudo geral sobre a informação)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: A Leitura do Passado no Processo de Independência do Brasil*. São Paulo: USP, 2010. Dissertação de Mestrado.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.
- SILVA, Virgínia Rodrigues. O debate da independência do Brasil no Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822). *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IUC, 2ª Série, 2022, vol. 40, p. 117-137.
- SILVA, Nicole Ferreira de Noronha. Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849. *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*. Porto, 2022. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1546id2949&sum=sim>
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2009.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TAMAE, Rafael da Fonseca. O parlamento imperial e a política externa para o Rio da Prata: controle e fiscalização da atuação ministerial durante o quinquênio liberal (1844-1848). Em: *ANPUH-Brasil, 30º Simpósio Nacional de História* [online], Recife, 2019.
- TONIATO, Gustavo Garcia. *A imprensa do Rio de Janeiro e o Conceito de República: 1820-1822*. Franca: UNESP, 2019. Dissertação de Mestrado.
- VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, Escravidão não: O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. Niterói: UFF, 2011. Dissertação de Mestrado.
- VIDIPÓ, George. Um processo criminal nos jornais do século XIX: O atentado contra Dom Pedro II. Em: *Anais do XVIII Encontro de História da ANPUH-RJ* [online], Rio de Janeiro, 2018.
- VIANNA, H. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / INL, 1945.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*. 2011, vol. 32, p. 137-161.